



Projeto Pedagógico do Curso

**CURSO DE LETRAS –
LÍNGUA PORTUGUESA**

Campus Joinville

Aprovado pelo Parecer n.º
156/15/Cepe de 24/9/15 e
atualizado com alterações
aprovadas no ConsUn até
04/10/2018.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE

REITORA

Sandra A. Furlan

VICE-REITOR

Alexandre Cidral

PRÓ-REITOR DE INFRAESTRUTURA

Claiton Emilio do Amaral

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Sirlei de Souza

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Yoná da Silva Dalonso

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Therezinha Maria Novais de Oliveira

DIRETOR DO *CAMPUS* SÃO BENTO DO SUL

Gean Cardoso de Medeiros

Elaboração

Reitoria

Vice-Reitoria

Pró-Reitoria de Infraestrutura

Pró-Reitoria de Ensino

Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários

Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

Curso de Letras – Joinville

Catlogação na fonte pela Biblioteca Universitária da Univille

U58p Universidade da Região de Joinville.
Projeto pedagógico do curso Letras Língua Portuguesa Campus
Joinville/ Universidade da Região de Joinville. - Joinville, SC : UNIVILLE, 2015.

198 p.: il.

1. Plano pedagógico curso. 2. Letras . 3. Ensino superior – Joinville.
4. Universidade da Região de Joinville. I. Título

CDD 370.981

SUMÁRIO

1 DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO.....	7
1.1 Mantenedora	7
1.2 Mantida.....	8
1.3 Missão, visão e valores da Univille	9
1.4 Dados socioeconômicos da região	10
1.4.1 Joinville.....	12
1.4.2 São Bento do Sul	20
1.4.3 São Francisco do Sul	25
1.5 Breve histórico da Furj/Univille.....	30
1.6 Corpo dirigente	35
1.7 Estrutura organizacional	37
1.7.1 Fundação Educacional da Região de Joinville	40
1.7.1.1 Conselho de Administração da Furj	40
1.7.1.2 Conselho Curador da Furj	43
1.7.1.3 Presidência da Furj.....	43
1.7.2 Universidade da Região de Joinville	44
1.7.2.1 Conselho Universitário da Univille	48
1.7.2.2 Reitoria	51
1.7.2.3 <i>Campi</i> e unidades.....	54
1.7.2.4 Cursos de graduação e programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	54
1.7.2.5 Órgãos complementares e suplementares.....	56
1.8 Planejamento Estratégico Institucional (PEI).....	59
1.8.1 A metodologia	60
1.8.2 A estratégia	62
1.8.3 Objetivos	63
1.8.4 Integração do Planejamento Estratégico Institucional com o Curso.....	64
2 DADOS GERAIS DO CURSO	65
2.1 Denominação do curso	65
2.1.1 Titularidade.....	65
2.2 Endereços de funcionamento do curso	65
2.3 Ordenamentos legais do curso.....	65

2.4 Modalidade.....	66
2.5 Número de vagas autorizadas.....	66
2.6 Conceito Enade e conceito preliminar de curso	66
2.7 Período (turno) de funcionamento.....	66
2.8 Carga horária total do curso	66
2.9 Regime e duração	66
2.10 Tempo de integralização	67
2.11 Formas de ingresso.....	67
3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	69
3.1 Política institucional de ensino de graduação	69
3.2 Política institucional de extensão	72
3.3 Política institucional de pesquisa	75
3.4 Justificativa da necessidade social do curso (contexto educacional).....	79
3.5 Proposta filosófica da instituição e do curso	83
3.5.1 Educação para o século XXI	83
3.5.2 Universidade	92
3.5.3 Concepção filosófica do Curso.....	94
3.6 Objetivos do curso.....	95
3.6.1 Objetivo geral do curso.....	95
3.6.2 Objetivos específicos do curso	95
3.7 Perfil profissional do egresso e campo de atuação.....	95
3.7.1 Perfil profissional do egresso	95
3.7.2 Campo de atuação profissional	97
3.8 Estrutura curricular e conteúdos curriculares.....	98
3.8.1 Matriz curricular	99
3.8.2 Ementas e referencial bibliográfico	100
3.8.4 Abordagem dos temas transversais: educação ambiental, educação das relações étnico-raciais e educação em direitos humanos	139
3.8.5 Atividades extracurriculares	142
3.9 Metodologia de ensino-aprendizagem	143
3.10 Inovação pedagógica e curricular.....	146
3.11 Flexibilização curricular	147
3.12 Procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem.....	148
3.13 Apoio ao discente	149

3.13.3 Programas de Bolsa de Estudo	153
3.13.4 Crédito universitário	156
3.13.7 Coordenação ou área.....	157
3.13.8 Outros serviços oferecidos	159
3.14 Gestão do Curso e os processos de avaliação interna e externa	160
3.16 Material didático	166
3.17 Número de Vagas	167
4. GESTAO DO CURSO E PROFISSIONAIS DA EDUCACÃO.....	171
4.1 Gestão do curso	171
4.2 Colegiado do curso	172
4.3 Coordenação do curso	173
4.4 Núcleo Docente Estruturante do curso.....	175
4.5 Corpo docente do curso	176
5 INFRAESTRUTURA	178
5.1 Sala/gabinetes de trabalho para professores de tempo integral	181
5.2 Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos.....	182
5.3 Espaço para os professores do curso (sala dos professores).....	182
5.4 Salas de aula.....	183
5.5 Acesso dos alunos a equipamentos de informática	185
5.6 Biblioteca – Sistema de Bibliotecas da Univille (Sibiville).....	188
5.6.1 Espaço físico, horário e Pessoal administrativo	189
5.6.2 Acervo	191
5.6.3 Serviços prestados/formas de acesso e utilização	192
5.6.4 Acervo específico do curso	194
5.7 Laboratórios	195
5.7.1 Laboratórios de formação básica.....	198
5.8 Comitê de Ética em Pesquisa	199

1 DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO

1.1 Mantenedora

Denominação

Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ

CNPJ: 84.714.682/0001-94

Registro no Cartório Adilson Pereira dos Anjos do Estatuto e suas alterações:

- Estatuto da FURJ protocolo 21640, livro protocolo 7A, livro registro 1.º, fls. 002, Registro 2 em 25/5/1995;
- Primeira alteração, protocolo 70379, livro protocolo 48A, livro registro 9A, fls. 104, Registro 1304 em 14/3/2000;
- Segunda alteração, protocolo 121985, livro protocolo A92 em 21/12/2005;
- Terceira alteração, protocolo 178434, livro protocolo 140 em 6/6/2008;
- Quarta alteração, protocolo 190166, livro protocolo A062, fls. 147, Registro 15289 em 9/4/2015.

Atos legais da mantenedora

- Lei Municipal n.º 871 de 17 de julho de 1967 – autoriza o Prefeito a constituir a Fundação Joinvilense de Ensino (Fundaje);
- Lei n.º 1.174 de 22 de dezembro de 1972 – transforma a Fundaje em Fundação Universitária do Norte Catarinense (Func);
- Lei n.º 1.423 de 22 de dezembro de 1975 – modifica a denominação da Func para Fundação Educacional da Região de Joinville (FURJ).

Endereço da mantenedora

Rua Paulo Malschitzki, n.º 10 – Zona Industrial Norte

CEP 89219-710 – Joinville – SC

Telefone: (47) 3461-9067

Fax: (47) 3461-9014

www.univille.br

1.2 Mantida

Denominação

Universidade da Região de Joinville – Univille

Atos legais da mantida

- Credenciamento: Decreto Presidencial s/ n.º de 14/8/1996;
- Última avaliação externa que manteve o enquadramento como Universidade: Parecer do CEE/SC n.º 223, aprovado em 19/10/2010, publicado no DOE n.º 18.985 de 7/12/2010, Decreto do Executivo Estadual n.º 3.689 de 7 de dezembro de 2010.

Endereços

Campus Joinville

Rua Paulo Malschitzki, n.º 10 – Zona Industrial Norte

CEP 89219-710 – Joinville – SC

Telefone: (47) 3461-9067

Fax: (47) 3461-9014

Campus São Bento do Sul

Rua Norberto Eduardo Weihermann, n.º 230 – Bairro Colonial

CEP 89288-385 – São Bento do Sul – SC

Telefone: (47) 3631-9100

Unidade Centro – Joinville

Rua Ministro Calógeras, n.º 439 – Centro

CEP 89202-207 – Joinville – SC

Telefone: (47) 3422-3021

Unidade São Francisco do Sul
Rodovia Duque de Caxias, n.º 6.365 – km 8 – Bairro Iperoba
CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – SC
Telefone: (47) 3471-3800

1.3 Missão, visão e valores da Univille

Missão

Promover formação humanística, científica e profissional para a sociedade por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, comprometida com a sustentabilidade socioambiental.

Visão

Ser reconhecida nacionalmente como uma universidade comunitária, sustentável, inovadora, internacionalizada e de referência em ensino, pesquisa e extensão.

Valores institucionais

Cidadania

Participação democrática, proatividade e comprometimento promovem o desenvolvimento pessoal e o bem-estar social.

Ética

Construção de relacionamentos pautados na transparência, honestidade e respeito aos direitos humanos promovem o exercício da cidadania e da democracia.

Integração

Ação cooperativa e colaborativa com as comunidades interna e externa constrói o bem comum.

Inovação

Gerar e transformar conhecimento científico e tecnológico em soluções sustentáveis e aplicáveis contribui para o desenvolvimento socioeconômico.

Responsabilidade socioambiental

Gestão de recursos e ações comprometidas com o equilíbrio socioambiental favorecem a qualidade de vida.

1.4 Dados socioeconômicos da região

A mesorregião norte catarinense dispõe de uma área de 15.937,767 km² e uma população de 1.212.997 habitantes, conforme o Censo de 2010 (IBGE, 2016). Em sua área estão localizados 26 municípios de Santa Catarina agrupados em três microrregiões, conforme o quadro 1, onde é apresentada a estimativa populacional do IBGE em 2015.

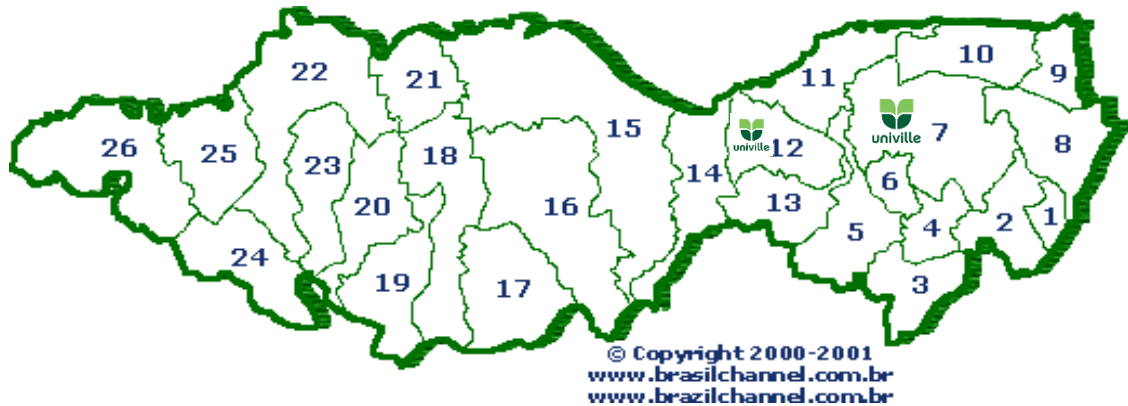
Quadro 1 – Municípios da mesorregião norte catarinense

Mesorregião Norte Catarinense		
Microrregião Canoinhas		
Município	Área (km²)	População estimada em 2015 (habitantes)
Bela Vista do Toldo	583,133	6.248
Canoinhas	1.140,394	54.188
Irineópolis	589,558	10.989
Mafra	1.404,034	55.313
Major Vieira	525,495	7.899
Monte Castelo	573,585	8.475
Papanduva	747,862	18.793
Porto União	845,340	34.882
Santa Terezinha	715,263	8.864
Timbó Grande	598,473	7.632
Três Barras	437,556	18.945
Microrregião de Joinville		
Município	Área (km²)	População estimada 2015 (habitantes)
Araquari	383,986	32.454
Balneário Barra do Sul	111,280	9.828
Corupá	402,789	15.132
Garuva	501,973	16.786
Guaramirim	268,585	40.878
Itapoá	248,409	18.137
Jaraguá do Sul	529,447	163.735
Joinville	1.126,106	562.151
Massaranduba	374,078	16.024
São Francisco do Sul	498,646	48.606
Schroeder	164,382	18.827
Microrregião de São Bento do Sul		
Município	Área (km²)	População estimada 2015 (habitantes)
Campo Alegre	499,073	11.992
Rio Negrinho	907,311	41.602
São Bento do Sul	501,634	80.936

Fonte: IBGE (2016)

Atualmente a Universidade dispõe de unidades e *campi* nos municípios de Joinville, São Bento do Sul e São Francisco do Sul (figura 1).

Figura 1 – Região de atuação da Univille



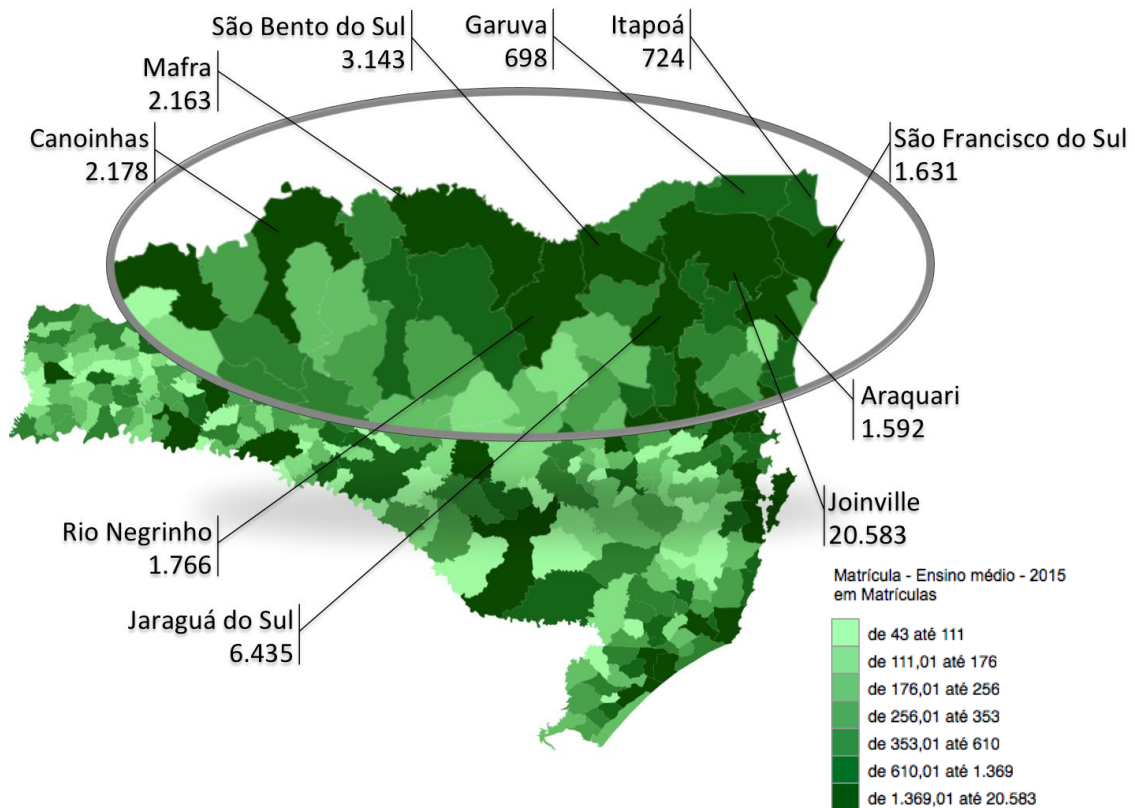
Legenda:

1. Balneário Barra do Sul	2. Araquari	3. Massaranduba	4. Guaramirim	5. Jaraguá do Sul	6. Schroeder
7. Joinville	8. São Francisco do Sul	9. Itapoá	10. Garuva	11. Campo Alegre	12. São Bento do Sul
13. Corupá	14. Rio Negrinho	15. Mafra	16. Itaiópolis	17. Santa Terezinha	18. Papanduva
19. Monte Castelo	20. Major Vieira	21. Três Barras	22. Canoinhas	23. Bela Vista do Toldo	24. Timbó Grande
25. Irineópolis	26. Porto União				

Fonte: Adaptado de Brasil Channel (2016)

Observa-se na figura 2, em que se tem o número de matrículas no ensino médio dos municípios selecionados, considerando o ano de 2015, que há potencial para a oferta do ensino superior na microrregião de Canoinhas, destacando-se esse município e Mafra. Evidencia-se também, pela oportunidade de oferta, o município de Jaraguá do Sul. Por outro lado, pensando na expansão para os municípios do entorno do porto de Itapoá, incluindo esse município e o de Garuva, observa-se que a quantidade de matrículas no ensino médio é baixa.

Figura 2 – Ensino: número de matrículas no ensino médio em 2015



Fonte: IBGE – WebCart (2016)

A seguir, apresentam-se as características econômicas e populacionais de alguns dos municípios apontados na figura 2.

1.4.1 Joinville

O município de Joinville localiza-se no norte do estado de Santa Catarina (figura 3), a 180 km de Florianópolis, a capital do estado. Segundo dados do IBGE (2016), o município dispõe de uma área de 1.126,106 km² e uma população de 562.151 habitantes, conforme estimativa de 2015.

Figura 3 – Mapa de localização do município de Joinville



Fonte: IBGE (2016)

Segundo o IBGE (2016), a variação do crescimento da população de Joinville foi superior à do crescimento populacional do estado de Santa Catarina e do Brasil. Em Joinville, o percentual de crescimento do ano 2000 para 2016 foi de 33%, ou uma média de 1,8% anuais, estando acima do crescimento populacional de Santa Catarina, que foi de 29% (média anual de 1,6%), e do Brasil, que correspondeu a 22% (média anual de 1,2%) para o mesmo período (tabela 1).

Tabela 1 – Crescimento da população do Brasil, de Santa Catarina e de Joinville – 2000 a 2016

Ano	Brasil		SC		Joinville	
	n.º hab.	Variação %	n.º hab.	Variação %	n.º hab.	Variação %
2000	169.590.000		5.349.000		429.000	
2010	190.755.000	12,5%	6.248.000	16,8%	515.000	20,0%
2015	204.450.000	7,2%	6.819.000	9,1%	562.000	9,1%
2016*	206.081.000	0,8%	6.910.000	1,3%	569.000	1,2%

* Previsão até julho/2016

Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016)

A partir de 2015 a taxa de crescimento de Joinville começou a acompanhar a taxa de Santa Catarina, mas ainda ficou acima da taxa nacional. Isso evidencia o

potencial que o município apresenta em relação ao crescimento populacional, que também deve considerar a estratificação por faixa etária (tabela 2).

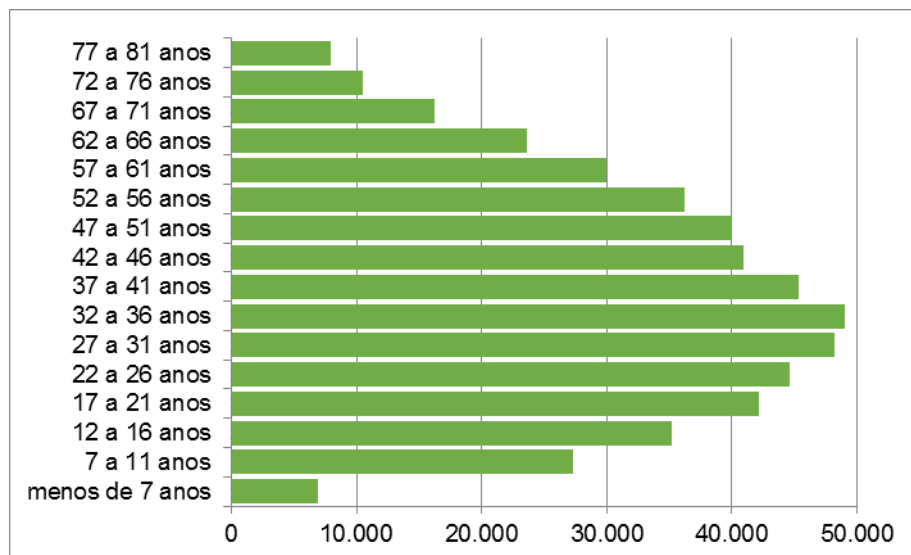
Tabela 2 – Participação de cada faixa etária na população de Joinville – 1970 a 2010

Ano	0-9 anos	10-14 anos	15-17 anos	18-19 anos	20-24 anos	25-39 anos	40-59 anos	60 + anos
1970	37.098	14.174	8.272	5.349	-	24.471	17.417	6.670
1980	58.724	26.631	16.669	10.738	-	52.951	31.735	11.143
1991	77.375	37.631	19.734	13.683	-	91.851	53.379	18.980
2000	77.737	41.681	25.149	17.682	40.553	112.410	86.085	28.236
2010	69.539	42.207	26.514	18.159	48.296	135.394	129.818	45.404

Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016)

Analisando a população por faixa etária e comparando os dados de 2010 em relação ao ano 2000 (IBGE, 2016), observa-se que a população de 18 a 24 anos aumentou 14% (8.220 pessoas), representando o total de 66.455 jovens. Em 2016, esta população tinha idade entre 24 e 30 anos.

Gráfico 1 – População por faixa etária – Joinville – 2017*



* Projeção com base no censo 2010 sem considerar migrações

Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016)

A população de 10 a 14 anos aumentou apenas 1,26% e representa 42.207 jovens (IBGE, 2016). É importante considerar que a média da taxa de fecundidade

total (filhos por mulher) em Joinville, segundo o IBGE (2016), reduziu de 2,6 filhos (1991) para menos de 2 filhos (1,8) em 2010. Projetando essa população para 2017, tem-se a maior concentração da população entre 27 e 36 anos, conforme o gráfico 1.

Joinville vem acompanhando o que ocorre com a população brasileira, configurando uma pirâmide etária adulta, em que se tem uma base larga, porém com taxa de natalidade menor, em face da população infantil e jovem.

Mesmo que se venha observando uma desaceleração do crescimento populacional tanto no município como no estado, por outro lado Joinville também acompanha o fenômeno de ver sua população vivendo mais diante da melhoria na expectativa de vida, tendo um aumento da participação da população com idade acima dos 40 anos. Ainda, observa-se que a população jovem, com idade até os 17 anos, vem reduzindo suas taxas de crescimento.

Esse cenário, em curto prazo, pode representar uma melhoria da produtividade da mão de obra, no entanto, em um período mais longo, com a redução quantitativa de trabalhadores, para que a cidade possa continuar crescendo nos índices atuais, terá de investir em inovação, capacitação e tecnologias que visem suprir a redução da capacidade produtiva em relação a posto de trabalho, transformando a quantidade de trabalhadores em trabalhadores qualificados. Obviamente isso remete à educação, tanto superior como técnica.

Em relação à atividade econômica, Joinville é a maior cidade catarinense, configurando o 3.º polo industrial da Região Sul do Brasil e responsável por cerca de 20% das exportações do estado. Encontra-se entre os 15 municípios com maior arrecadação de tributos e taxas municipais, estaduais e federais e concentra grande parte da atividade econômica na indústria, com destaque para os setores metalomecânico, têxtil, plástico, metalúrgico, químico e farmacêutico (IPPUJ, 2016).

A atividade econômica pode ser expressa pelo PIB a preços correntes, que passou de R\$ 18,2 bilhões (2010) para R\$ 20,4 bilhões (2013), representando um crescimento de 20% nesses 3 anos, conforme apresenta a tabela 3.

Tabela 3 – Produto Interno Bruto a preços correntes – Joinville – 2010 a 2013

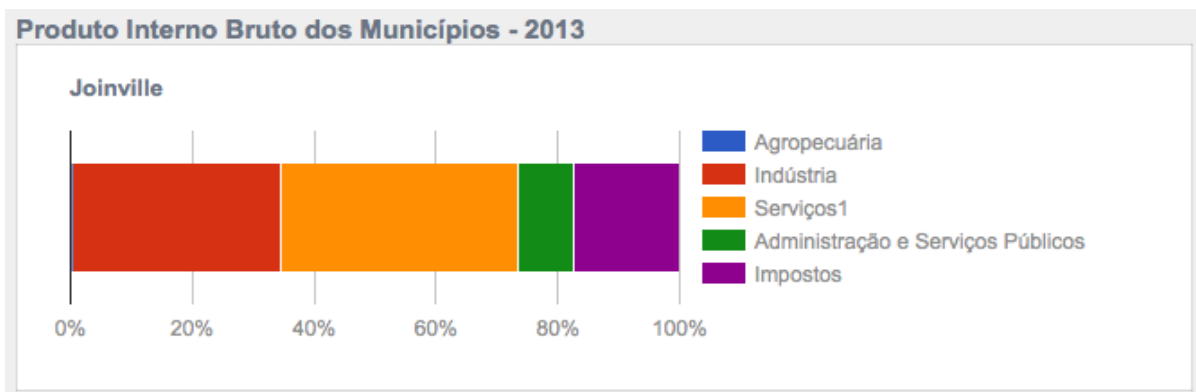
Ano	Produto Interno Bruto a preços correntes (1.000 – R\$)
2010	R\$ 18.284.659,00

2011	R\$ 18.728.516,00
2012	R\$ 20.376.688,00
2013	R\$ 21.979.954,00

Fonte: IBGE (2016)

A participação dos setores da economia no PIB de Joinville caracteriza-se por ser 34% da indústria, 39% de serviços, 9% da administração e serviços públicos e 17,5% dos impostos, como se observa no gráfico 2.

Gráfico 2 – Produto Interno Bruto por setores de atividade (%) – Joinville – 2013



Fonte: IBGE (2016)

O segmento serviços apresentado no gráfico 2 considera a soma das atividades de comércio e serviço. Nesse sentido, na tabela 4, em que se tem o número de empresas em Joinville classificado pelos setores de atividade, pode-se notar que o comércio, a prestação de serviços e os autônomos são representativos, mas o parque industrial desempenha um importante papel na composição do PIB. Avaliando o período de 2005 a 2015, a atividade produtiva mantém-se em constante processo de crescimento, passando de 31 mil empresas para 47 mil (tabela 4).

Tabela 4 – Empresas por setor de atividade – Joinville – 2005 a 2015

Ano	Comércio		Indústria da transformação		Prestação de serviços		Autônomos		TOTAL
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.
2005	10.566	34,0	1.698	5,5	12.393	39,8	6.467	20,8	31.124
2010	12.466	32,9	1.661	4,4	17.477	49,7	6.267	16,6	37.871

2011	13.454	31,6	1.673	3,9	21.182	49,9	6.152	14,4	42.461
2012	15.545	31,6	1.855	3,7	25.436	51,2	6.883	13,8	49.719
2013	16.447	30,2	2.093	3,9	28.207	51,8	7.673	14,1	54.420
2014	16.161	29,2	2.195	4,0	29.851	53,9	7.137	12,9	55.344
2015	15.033	31,7	2.093	4,4	22.938	48,4	7.312	15,4	47.376

Fonte: IPPUJ (2016)

Observa-se que a taxa de crescimento de empresas instaladas em Joinville foi de 52%, considerando o período de 2005 a 2015. E, apesar de corresponder a 4,4% do número total de empresas, o setor da indústria de transformação tem papel significativo para a economia da cidade, como já observado pelo PIB. Ainda, segundo dados do IPPUJ (2016), a indústria de transformação foi responsável por 26% dos empregos, com destaque para a fabricação de produtos de borracha e de material plástico; fabricação de máquinas e equipamentos; e metalurgia. Tais atividades responderam por 89% do emprego da indústria de transformação de Joinville. Dessa forma, a cidade constitui um dos polos industriais mais importantes do país, *status* esse impulsionado pela presença de grandes indústrias no município, como Whirlpool, Embraco, Ciser, Lepper, Docol, Tigre, Tupy e General Motors.

Por outro lado, nos últimos anos tem-se observado o crescimento da participação dos setores de comércio e serviços na economia do município, com aproximadamente 15.000 e 22.900 empresas, respectivamente. O setor de serviços, que aparece com crescimento considerável, já é responsável atualmente por 42% dos empregos (IPPUJ, 2016).

A presença do emprego formal em Joinville reforça a importância da indústria de transformação e do setor de serviços no município, uma vez que são os setores que mais geram empregos formais. Ainda, é preciso destacar a perspectiva de ampliar a participação do setor terciário, especialmente comércio e prestação de serviços. O crescimento da participação desses setores na economia é um movimento que está ocorrendo no país, e Joinville segue tal tendência. Na tabela 5, tem-se a população economicamente ativa (PEA), por setor de atividade.

Tabela 5 – Evolução da população economicamente ativa em Joinville por setor de atividade – 2010 a 2015

Setores	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Primário	560	332	317	550	505	407
Secundário	87.793	46.929	45.090	48.222	46.702	31.676
Terciário	121.106	71.880	73.384	71.001	75.131	61.113
Total	209.459	119.149	118.791	119.773	122.338	93.196

Fonte: IPPUJ (2016)

Considerando os dados da Pesquisa Anual de Serviços do IBGE (2016), a maior parte das empresas do segmento de serviços no Brasil é voltada à prestação de serviços às famílias, incluindo hospitalidade, alimentação, atividades culturais, recreativas e esportivas, serviços pessoais e atividade de ensino continuado.

É em relação ao mercado de trabalho que o IBGE (2016) aponta dados importantes com relação à PEA. Entre 2000 e 2010, o percentual da PEA de 18 anos ou mais passou de 68,2% para 74,2%. Isso aponta muito fortemente um perfil de público com disponibilidade para estudar à noite, pois a maioria das vagas de emprego em Joinville ainda é para o período diurno. Em 2010, da população ocupada, 59,4% possuíam ensino médio completo e 87% apresentaram rendimento de até 5 salários mínimos (IBGE, 2016). No mesmo ano, das pessoas ocupadas com 18 anos ou mais, 28,4% estavam empregadas na indústria de transformação, 41,5% no setor de serviços e 18,6% no comércio. Somando o setor de serviços e comércio, tem-se que 60% das pessoas ocupadas estão em atividades conhecidas como do setor terciário, que se dão predominantemente no horário comercial (diurno) e de segunda-feira a sábado.

Com base no estudo da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC, 2015), os setores que mais geraram empregos na mesorregião norte no período de 2006 a 2011 foram: construção civil; alimentos; serviços para construção; máquinas e equipamentos; materiais elétricos; vestuário e acessórios; produção de minerais não metálicos; eletricidade e gás; têxteis e confecções; automotivo; saúde; produtos químicos e plásticos; e energia.

Chama a atenção, também, o fato de que muitas das áreas apontadas como tendências possuem sustentação na área de serviços. Segundo o IPPUJ (2016), no período de 2005 a 2015 esse foi o setor que apresentou um crescimento de 85% no número de empresas registradas, caracterizando-se como o de maior crescimento no município. O comércio cresceu 42%, a indústria 23% e o registro de autônomos 13%.

Em relação ao número de trabalhadores por atividade econômica em Joinville, observa-se que o setor terciário, em 2015, representou 65,6% dos empregados, com a oferta de 61 mil postos de trabalhos. Esse setor considera a administração pública, comércio e serviço. Entretanto a identidade da cidade ainda está relacionada ao setor secundário, que envolve indústria, serviço industrial e construção civil, com 31 mil postos de trabalho, representando 34% dos empregados no município (IPPUJ, 2016).

Outro fator a ser considerado é a proximidade com o Porto de São Francisco do Sul e o Porto de Itapoá, o que oferece condições de fortalecimento do parque industrial, não só de Joinville, como também das cidades vizinhas, caracterizando a região, também, como um centro de armazenamento e entreposto comercial.

Todo esse cenário de desenvolvimento, gerado pelo processo de industrialização, trouxe consigo problemas idênticos aos enfrentados pelas sociedades industriais de outras partes do mundo. A riqueza gerada e a crescente urbanização aliadas ao crescimento demográfico, que desde a década de 1980 vem se mantendo acima da média de Santa Catarina, têm agravado problemas de ordem social, ambiental e cultural.

Quanto ao aspecto ambiental, a região sofre as consequências da exploração dos recursos naturais, feita nem sempre de forma racional, podendo-se apontar: a poluição hídrica; a ocupação e a urbanização de mangues; a precariedade do sistema de esgoto; a produção do lixo urbano e industrial; a devastação da floresta que cobre a serra do mar; e a poluição atmosférica. Tais aspectos potencializam o papel da Universidade como instituição de pesquisa e de extensão que contribui para a análise dos problemas regionais e a construção de soluções em parceria com o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada.

1.4.2 São Bento do Sul

O município de São Bento do Sul localiza-se a 88 km de Joinville e 251 km de Florianópolis (figura 4). Segundo dados do IBGE (2016), São Bento do Sul dispõe de uma área de 501,634 km² e uma população de 80.936 habitantes, conforme estimativa de 2015.

Figura 4 – Mapa de localização do município de São Bento do Sul



Fonte: IBGE (2016)

Segundo o IBGE (2016), a variação do crescimento da população do município de São Bento do Sul foi superior ao crescimento no Brasil, mas um pouco abaixo do crescimento no estado. O percentual de crescimento da população de São Bento do Sul do ano 2000 para 2016 foi de 26% (média de 1,5% anual), enquanto o crescimento populacional de Santa Catarina foi de 29% (média anual de 1,6%) e do Brasil foi de 22% (média anual de 1,2%), como demonstrado na tabela 6.

Tabela 6 – Crescimento da população no Brasil, em Santa Catarina e em São Bento do Sul – 2000 a 2016

	Brasil		SC		São Bento do Sul	
	n.º hab.	Variação %	n.º hab.	Variação %	n.º hab.	Variação %
2000	169.590.000		5.349.000		64.928	
2010	190.755.000	12,5%	6.248.000	16,8%	74.801	15,2%
2015	204.450.000	7,2%	6.819.000	9,1%	80.936	8,2%
2016*	206.081.000	0,8%	6.910.000	1,3%	81.893	1,2%

* Previsão até julho/2016

Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016)

Observa-se que, apesar de São Bento do Sul apresentar uma taxa de crescimento populacional um pouco abaixo da média estadual, o potencial de crescimento é positivo, tanto pelo espaço territorial para a instalação de novas empresas como a proximidade com outros municípios do entorno que também estão se desenvolvendo. Na tabela 7, tem-se a participação de cada faixa etária.

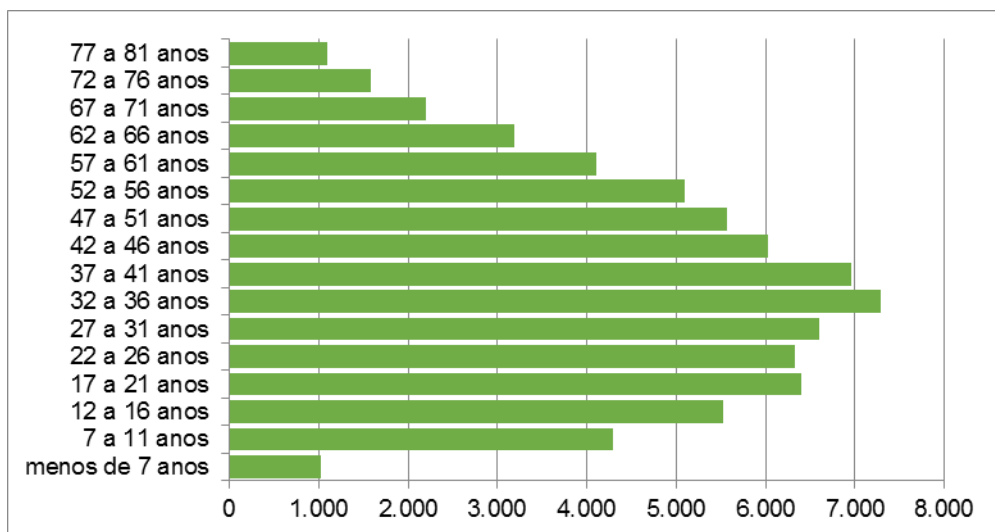
Tabela 7 – População residente por faixa etária – São Bento do Sul – 2000 e 2010

Ano	0-4 anos	5-9 anos	10-14 anos	15-17 anos	18-19 anos	20-24 anos	25-39 anos	40-59 anos	60 + anos
2000	6.201	6.311	6.340	3.881	2.910	6.904	16.927	11.927	4.036
2010	5.322	5.523	6.393	3.755	2.576	6.604	20.282	17.969	6.377

Fonte: IBGE (2016)

Analisando a população por faixa etária e comparando os dados de 2010 em relação ao ano 2000 (IBGE, 2016), observa-se que a população de 18 a 24 anos teve uma redução de 6,5% (634 pessoas), representando o total de 9.180 jovens. Em 2016 essa população tem idade entre 24 e 30 anos. A população de 10 a 14 anos aumentou apenas 1% e representa 6.393 jovens (IBGE, 2016). Projetando essa população para 2017, tem-se a maior concentração da população entre 36 e 41 anos (gráfico 3).

Gráfico 3 – População por faixa etária – São Bento do Sul – 2017*



* Projeção com base no censo de 2010, sem considerar migrações
 Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016)

São Bento do Sul vem acompanhando o que ocorre com a população brasileira, configurando uma pirâmide etária adulta, em que se tem uma base larga, porém com uma taxa de natalidade menor, em face da população infantil e jovem. Mesmo que se venha observando uma desaceleração do crescimento populacional tanto no município como no estado, São Bento do Sul também acompanha o fenômeno de ver sua população vivendo mais, diante da melhoria na expectativa de vida, tendo um aumento da participação da população com idade acima dos 40 anos. Ainda, observa-se que a população jovem, com idade até os 16 anos, vem reduzindo suas taxas de crescimento. Assim como em Joinville, para São Bento do Sul tal cenário contribui com a redução quantitativa de trabalhadores e, para que o município possa continuar crescendo nos índices atuais, será necessário investir em inovação, capacitação e tecnologias que visem suprir a redução da capacidade produtiva em relação a posto de trabalho, transformando a quantidade de trabalhadores em trabalhadores qualificados.

Quanto à atividade econômica, São Bento do Sul é um município industrializado, atraindo pessoas de outras cidades, inclusive do estado do Paraná. A atividade econômica de São Bento do Sul pode ser expressa pelo PIB a preços correntes, que passou de R\$ 1,89 bilhão (2010) para R\$ 3,1 bilhões (2014), representando um crescimento de 64% nesses 4 anos (tabela 8).

Tabela 8 – PIB a preços correntes – São Bento do Sul – 2010 a 2014

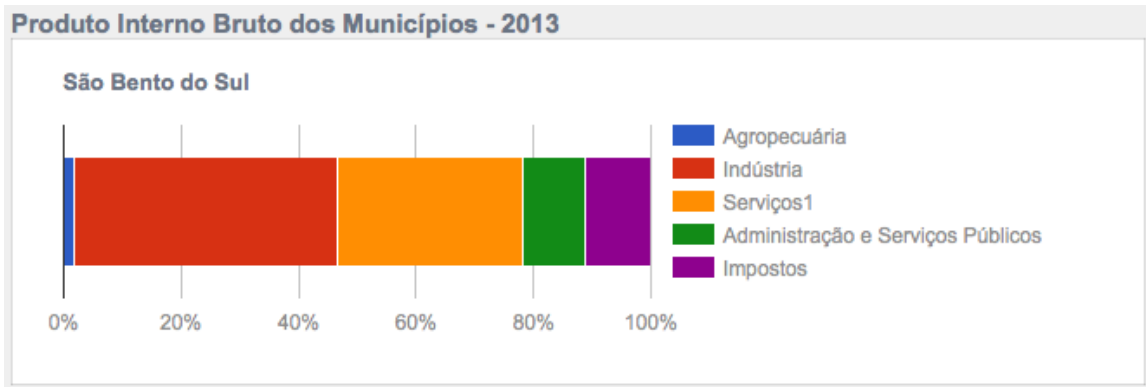
Ano	PIB a preços correntes (1.000 – R\$)
2010	R\$ 1.892.011,00
2011	R\$ 2.268.983,00
2012	R\$ 2.488.111,00
2013	R\$ 2.696.943,00
2014	R\$ 3.100.451,00

Fonte: IBGE (2016)

A participação dos setores da economia no PIB de São Bento do Sul caracteriza-se por ser 45% da indústria, 31% de serviços, 11% da administração e

serviços públicos e 11% dos impostos; a agropecuária não chega a 2%, como se observa no gráfico 4.

Gráfico 4 – PIB por setores de atividade (%) – São Bento do Sul – 2013



Fonte: IBGE (2016)

Conforme dados da Associação Empresarial de São Bento do Sul (ACISBS, 2015), São Bento do Sul é o 12.º exportador de Santa Catarina, e 80% do produto exportado são móveis, o que justifica a participação da indústria no PIB da cidade. Na tabela 9, observa-se a balança comercial de São Bento do Sul.

Tabela 9 – Balança comercial – São Bento do Sul – 2007 a 2014

Ano	Exportação		Importação		Saldo
	US\$ FOB (A)		US\$ FOB (B)		US\$ FOB (A) - (B)
2007	\$188.130.896,00		\$36.031.262,00		\$152.099.634,00
2008	\$162.705.195,00	-13,5%	\$38.757.255,00	7,6%	\$123.947.940,00
2009	\$133.500.776,00	-17,9%	\$48.868.360,00	26,1%	\$84.632.416,00
2010	\$141.479.553,00	6,0%	\$70.903.007,00	45,1%	\$70.576.546,00
2011	\$123.125.722,00	-13,0%	\$88.955.125,00	25,5%	\$34.170.597,00
2012	\$113.824.040,00	-7,6%	\$87.795.881,00	-1,3%	\$26.028.159,00
2013	\$112.329.488,00	-1,3%	\$58.901.128,00	-32,9%	\$53.428.360,00
2014*	\$57.370.037,00		\$40.438.703,00		\$16.931.334,00

* dados até junho/2014

Fonte: Denk e Westphal (2014)

As exportações de São Bento do Sul tiveram no período de 2007 a 2014 oscilações que confirmam a dependência do país quanto às políticas internas (comerciais e cambiais) e ao cenário econômico internacional. Destacam-se os triênios de 2007 a 2009 e 2011 a 2013, nos quais houve retração nas exportações em decorrência do cenário recessivo internacional.

Por outro lado, considerando dados até julho de 2014, observa-se que há uma recuperação positiva das exportações. No *ranking* estadual, móveis de madeira ocupam a décima posição entre os produtos catarinenses mais exportados, representando US\$ 9,7 milhões, em janeiro de 2016. Mesmo considerando que as exportações de São Bento do Sul apresentaram retração nos triênios destacados, observa-se que o saldo da balança comercial sempre se apresenta como superavitário, diferentemente do saldo da balança comercial do estado, o qual desde 2010 vem apresentando valores negativos. Isso confirma a contribuição das exportações para o município.

São Bento do Sul é considerada a principal economia do planalto norte catarinense e conta com importante participação dos setores de higiene e limpeza; metalurgia; fiação e tecelagem; cerâmica; plástico; e comércio. A indústria de São Bento do Sul responde por aproximadamente 66% do valor adicionado do município, que é a diferença entre as entradas e saídas de uma empresa, ou seja, é o valor agregado ao produto. Em seguida vêm o comércio, com cerca de 13%, e os serviços, com 7%. O valor adicionado da agropecuária corresponde a cerca de 1,5%. O restante do movimento vem de empresas registradas no Simples Nacional ou de setor não identificado. No setor industrial, o segmento metalomecânico já corresponde a 20,5% da atividade econômica são-bentense, seguido pelo segmento de madeira e móveis, com cerca de 15% (MORAES, 2015). Além das empresas moveleiras (tais como Rudnick), outros segmentos têm representatividade no município por meio de indústrias com renome nacional e internacional, destacando-se Tuper, Condor, Tecmatic, Oxford, Buddemeyer e Fiação São Bento.

Nessa direção, a ACISBS (2015) revela que diferentes setores compõem a cadeia produtiva e a economia do município, a qual em termos de indústria de transformação, como anteriormente mencionado, é regida pela cadeia de valor da indústria metalomecânica; do mobiliário; da indústria do plástico; da indústria da

fiação e tecelagem; da indústria cerâmica. A referida publicação ainda expressou que, em número de empresas, há um crescimento nos setores de comércio e serviços, embora a indústria de manufatura tenha presença marcante no contexto do município, como apresenta a tabela 10.

Tabela 10 – Agrupamento dos principais segmentos econômicos – São Bento do Sul – 2014

Indústria	67,0%
Metalomecânica	20,5%
Metalurgia	14,4%
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	2,7%
Fabricação de máquinas e equipamentos	2,1%
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	1,3%
Móveis/madeiras	13,41%
Fabricação de móveis	12,3%
Fabricação de produtos de madeira	1,1%
Comércio	12,8%
Comércio varejista	5,6%
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	2,9%
Comércio por atacado	4,2%
Serviços	6,5%
Simples Nacional	10,7%

Fonte: ACISBS (2015)

Em 2014 o segmento industrial agrupava 67% do que movimentou a economia de São Bento do Sul, seguido pelo comércio, com 12,8%. É importante destacar que o segmento de serviços, com 6,5%, tem potencial de crescimento, considerando o crescimento populacional do município e o seu desenvolvimento econômico.

1.4.3 São Francisco do Sul

O município de São Francisco do Sul está localizado na ilha de mesmo nome, a 37 km de Joinville e a 194 km da capital Florianópolis (figura 5). Segundo dados do IBGE (2016), São Francisco do Sul dispõe de uma área de 498,646 km² e uma população de 48.606 habitantes, conforme estimativa de 2015.

Figura 5 – Mapa de localização do município de São Francisco do Sul



Fonte: IBGE (2016)

Segundo o IBGE (2016), a variação do crescimento da população de São Francisco do Sul foi bem superior à do crescimento populacional de Santa Catarina e do Brasil. O percentual de crescimento da população do município do ano 2000 para 2016 foi de 58% (média de 2,9% anuais), enquanto o crescimento populacional do estado foi de 29% (média anual de 1,6%) e o do Brasil foi de 22% (média anual de 1,2%), como se observa na tabela 11.

Tabela 11 – Crescimento da população no Brasil, em Santa Catarina e em São Francisco do Sul – 2000 a 2016

	Brasil		Santa Catarina		São Francisco do Sul	
	n.º hab.	Variação %	n.º hab.	Variação %	n.º hab.	Variação %
2000	169.590.000		5.349.000		31.519	
2010	190.755.000	12,5%	6.248.000	16,8%	42.520	34,9%
2015	204.450.000	7,2%	6.819.000	9,1%	48.606	14,3%
2016*	206.081.000	0,8%	6.910.000	1,3%	49.658	2,2%

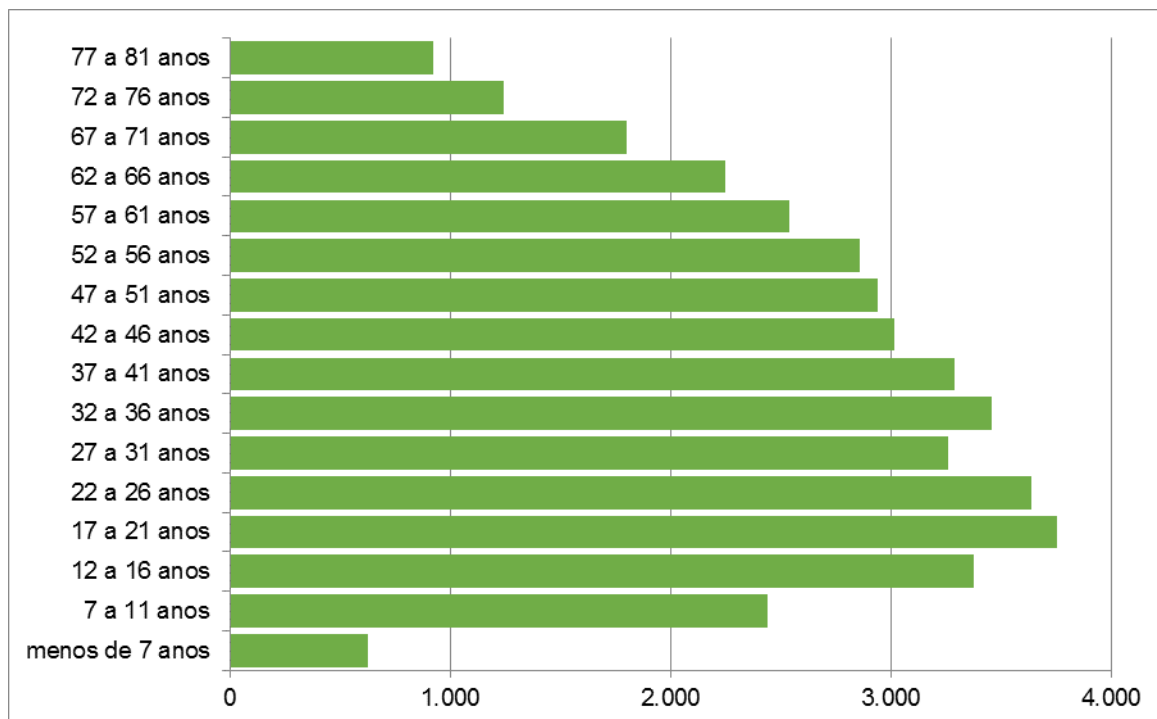
* Previsão até julho/2016

Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016)

O crescimento populacional de São Francisco do Sul pode ser explicado pela implantação de novas empresas e empreendimentos, bem como pela previsão de implantação de novos terminais portuários e de um estaleiro. Projetando essa

população para 2017, tem-se a maior concentração da faixa etária entre 21 e 26 anos, conforme gráfico 5.

Gráfico 5 – População por faixa etária – São Francisco do Sul – 2017*



* Projeção com base no censo 2010 sem considerar migrações

Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016)

São Francisco do Sul vem acompanhando o que ocorre com a população brasileira, configurando uma pirâmide etária adulta, em que se tem uma base larga, porém com uma taxa de natalidade menor, em face da população infantil e jovem. Entretanto a população de São Francisco do Sul é mais jovem, mesmo que se observe uma desaceleração do crescimento populacional. Por outro lado, a cidade também acompanha o fenômeno de ver sua população vivendo mais, diante da melhoria na expectativa de vida. Ainda, observa-se que a população infantil, com idade até os 7 anos, apresenta uma redução significativa na sua taxa de crescimento.

Esse cenário pode representar uma melhoria da produtividade da mão de obra, tendo em vista que ainda há um número significativo de jovens a entrar no mercado de trabalho. Além disso, deve-se considerar a necessidade de investir em inovação e capacitação, transformando a quantidade de trabalhadores em

trabalhadores qualificados. Obviamente isso remete à educação, tanto superior como técnica.

Em relação à atividade econômica, São Francisco do Sul é uma cidade portuária e turística. O Porto de São Francisco do Sul é o quinto maior do Brasil em movimentação de contêineres e o sexto em volume de cargas. O porto dispõe de acesso rodoviário a Joinville, pela BR-280, num percurso de 40 km, e as composições ferroviárias acessam o porto por meio da estrada de ferro 485, que liga São Francisco do Sul à cidade de Mafra, distante 167 km.

A atividade econômica do município pode ser expressa pelo PIB a preços correntes, que passou de R\$ 2,1 bilhões (2010) para R\$ 3,2 bilhões (2013), representando um crescimento de 54% nesses 3 anos (tabela 12).

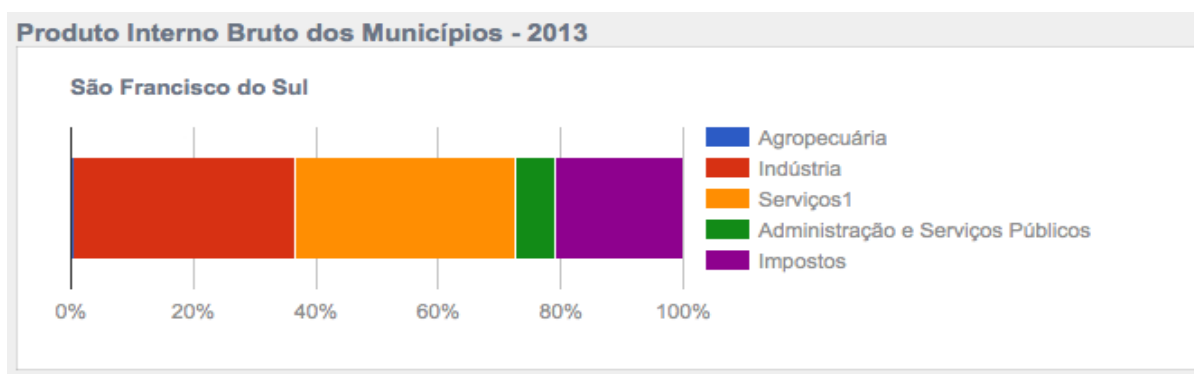
Tabela 12 – PIB a preços correntes – São Francisco do Sul – 2010 a 2013

Ano	PIB a preços correntes (1.000 – R\$)
2010	R\$ 2.114.777
2011	R\$ 2.670.998
2012	R\$ 2.904.852
2013	R\$ 3.257.476

Fonte: IBGE (2016)

A participação dos setores da economia no PIB de São Francisco do Sul caracteriza-se por ser 36% da indústria, 39% de serviços, 6% da administração e serviços públicos e 21% dos impostos, como se observa no gráfico 6.

Gráfico 6 – PIB por setores de atividade (%) – São Francisco do Sul – 2013



Fonte: IBGE (2016)

Em São Francisco do Sul, tomando-se como referência dezembro de 2014, existiam 1.764 empresas formais, as quais geraram 11.405 postos de trabalho com carteira assinada (tabela 13). O setor terciário (serviços) é o mais representativo em número de empresas, assim como na geração de empregos.

Tabela 13 – Número de empresas no Cadastro Central de Empresas – São Francisco do Sul – 2010 a 2014

Número de empresa atuantes	
2010	1.794
2011	1.684
2012	1.719
2013	1.783
2014	1.764

Fonte: IBGE (2016)

A economia de São Francisco do Sul gira em torno do seu porto, que é essencialmente exportador. É o principal porto graneleiro do estado e movimenta aproximadamente 5,4 milhões de toneladas/ano. Os principais produtos exportados são soja, milho, madeira, papel, compressores, móveis, cerâmica, carne congelada, autopeças e têxteis. No porto há todo um conjunto de empresas da área de logística, além da rede ferroviária da América Latina Logística (ALL).

Há poucas indústrias instaladas no município, mas são representativas, em função de seu porte e inserção nacional, com destaque para a indústria de laminação de chapas de aço Arcelor Mittal, a Bunge Alimentos S/A e a indústria de fertilizantes Fecoagro. Ressalta-se ainda a presença, há mais de 20 anos, de um terminal aquaviário da Petrobrás S/A, que opera recebendo petróleo de navios que o descarregam por uma monoboia. O produto é armazenado e enviado por meio de oleoduto até refinarias do Paraná.

A cidade de São Francisco do Sul também é reconhecida no estado de Santa Catarina e no País pelo seu patrimônio cultural e natural. Destaque pode ser dado ao conjunto arquitetônico de sua área central, que é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). É possível citar, especialmente, o Museu Histórico Municipal, o Museu do Mar, o Forte Marechal Luz e a Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça. Há ainda de se considerar a existência de praias e o estuário da Baía da Babitonga, com suas inúmeras ilhas e grande biodiversidade de

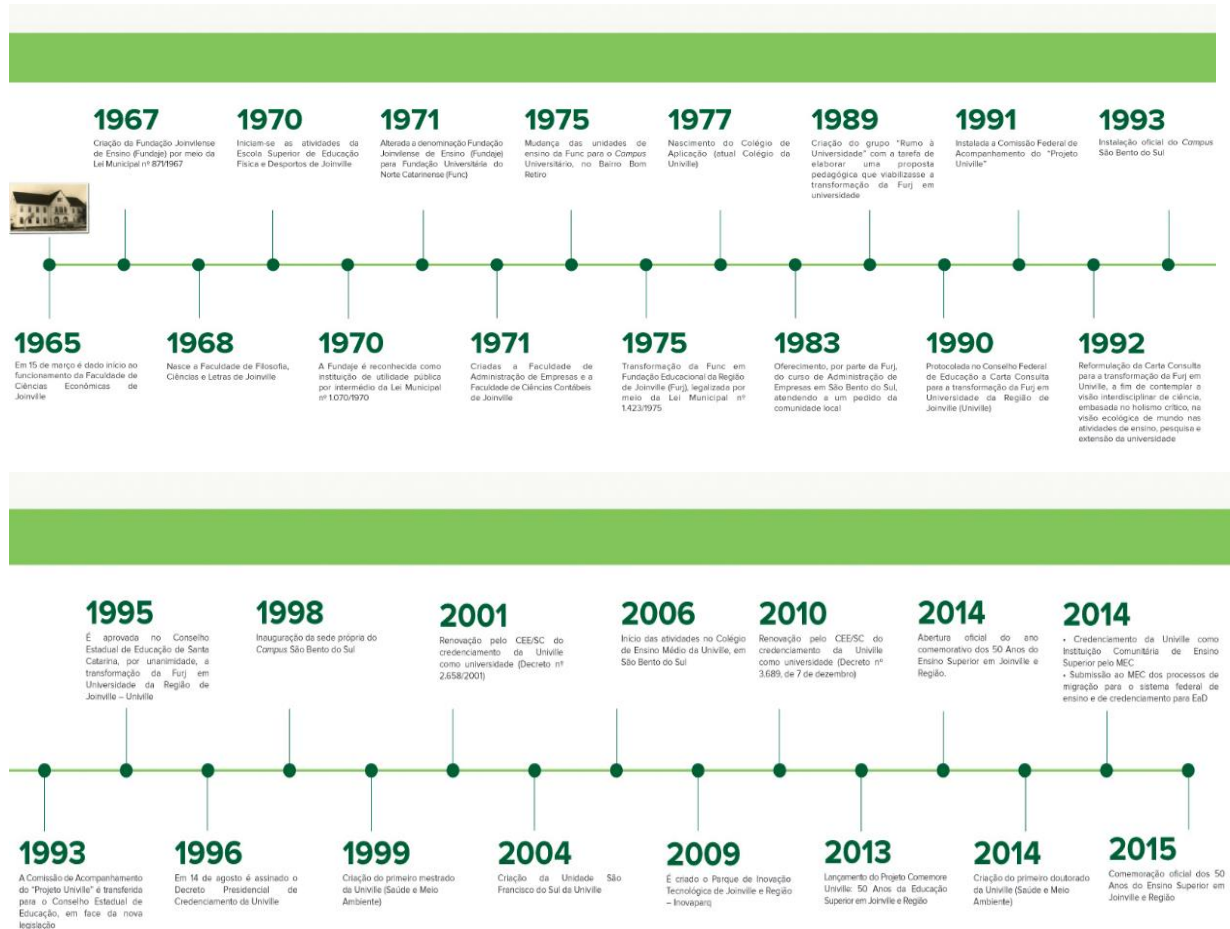
interesse científico. Todas essas atrações tornam o turismo uma atividade relevante, observando-se maior fluxo turístico no verão, quando contingentes de turistas movimentam a economia do município.

1.5 Breve histórico da Furj/Univille

A história da Universidade da Região de Joinville (Univille) confunde-se com o desenvolvimento da educação superior no norte catarinense. A implantação da Faculdade de Ciências Econômicas em 1965, que tinha como mantenedora a Comunidade Evangélica Luterana e atualmente é um dos cursos de graduação da Univille, deu início a essa história. Em 1967 a Lei Municipal n.º 871, de 17 de julho, originou a Fundação Joinvilense de Ensino (Fundaje), com o objetivo de criar e manter unidades de ensino superior. Segundo Coelho e Sossai (2015), em 1971 o nome Fundaje foi alterado para Fundação Universitária do Norte Catarinense (Func), pela Lei n.º 1.174, de 22 de dezembro. Em 1975 todas as unidades da Func foram transferidas para o *Campus* Universitário, em uma área do bairro Bom Retiro (atualmente pertencente à Zona Industrial Norte), e passaram a constituir a Fundação Educacional da Região de Joinville (Furj), segundo a Lei Municipal n.º 1.423, de 22 de dezembro de 1975, que modificou sua denominação e alterou sua estrutura organizacional. Atualmente a Furj é a mantenedora da Univille.

Ao longo dos mais de 50 anos de atuação, a Instituição desenvolveu-se pelos esforços da comunidade e do poder público dos municípios, com o intuito de oportunizar aos jovens da região o acesso à educação superior. Os principais fatos dessa trajetória são ilustrados na linha do tempo apresentada na figura 6 e estão descritos nesta seção do PDI 2017-2021.

Figura 6 – Linha do tempo da educação superior em Joinville



Fonte: Coelho e Sossai (2015)

Em 1977 a educação básica começou a ser oferecida pela Instituição, em unidade específica chamada de Colégio de Aplicação, que em 2001 passou a funcionar em sede própria com a denominação de Colégio Univille. Em 1982 a área de ensino da Furj estendeu sua atuação até Jaraguá do Sul, com o curso de Ciências Econômicas, e no ano seguinte também com o de Ciências Contábeis. Em 1984 começou a ofertar o curso de Administração de Empresas em São Bento do Sul.

A direção-geral da Instituição, desde sua criação, era exercida por nomeação feita pelo prefeito da cidade. Somente no fim de 1987, em um trabalho conjunto com a comunidade acadêmica, realizaram-se as primeiras eleições diretas para o cargo de diretor-geral. Em 6 de outubro de 1987 o prefeito de Joinville assinou a Lei n.º 5.660, a qual previa que o diretor-geral das Unidades Integradas de Ensino passaria a ser eleito (COELHO; SOSSAI, 2015). Desde então as eleições para o dirigente da

Instituição ocorrem por votação secreta pelo Colégio Eleitoral da Instituição, composto pelos profissionais da educação, estudantes e pessoal administrativo.

No início do ano letivo de 1989 aconteceram reuniões com lideranças comunitárias das áreas econômica e política do município e lideranças da comunidade acadêmica para rever o projeto institucional da Furj. Foi então criado o grupo Rumo à Universidade, com a tarefa específica de elaborar uma proposta pedagógica que viabilizasse a transformação da fundação em universidade. Em março de 1990 a Carta Consulta que delineava o perfil de uma universidade adequada às questões voltadas à microrregião, denominada Universidade da Região de Joinville, foi protocolada no Conselho Federal de Educação (CFE). O documento apresentava a proposta de uma universidade que contemplasse uma visão interdisciplinar de ciência, com ênfase em aspectos ambientais, concretizada por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Segundo Coelho e Sossai (2015, p. 35), a interdisciplinaridade foi preocupação do projeto pedagógico institucional e dos cursos “diante do desafio de religar saberes para responder aos complexos problemas regionais”.

Em 1991 a Carta Consulta foi aprovada, e a implementação do Projeto Univille foi autorizada, com a posse solene da Comissão Federal de Acompanhamento do Projeto. Foram desenvolvidas ações no que diz respeito a capacitação docente, plano de cargos e salários, ampliação do acervo da biblioteca, ampliação das instalações físicas e construção de novos laboratórios (COELHO; SOSSAI, 2015).

Em 1992 o Presidente da República assinou a homologação do parecer emitido pelo CFE. Em maio de 1993, diante de mudanças na legislação relacionada à educação superior, a responsabilidade pelo acompanhamento passou ao Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina (CEE/SC).

Ainda em 1993 foi instalado oficialmente um *campus* em São Bento do Sul, embora as atividades pedagógicas dos cursos continuassem a ser desenvolvidas em espaços locados. Em março de 1998 a sede própria foi inaugurada. No ano seguinte, houve a construção do Centro de Estudos e Pesquisas Ambientais (Cepa) Rugendas, em área localizada fora da região urbana da cidade de São Bento do Sul.

Em 5 de dezembro de 1995, pelo Parecer n.º 214/95, o CEE/SC aprovou, por unanimidade, os documentos que normatizavam a estrutura da Instituição: Estatuto da mantenedora (Furj), Estatuto e Regimento da Univille, juntamente com o

reconhecimento de todos os seus cursos. Em 14 de agosto de 1996 foi assinado o Decreto Presidencial de Credenciamento da Univille, publicado no Diário Oficial da União em 15 de agosto do mesmo ano. Esse credenciamento foi renovado em 2001 pelo CEE/SC pelo prazo de cinco anos (Parecer n.º 123 e Resolução n.º 032/2001).

Em 2004 a Univille passou a atuar em São Francisco do Sul em unidade própria na cidade, entretanto desde 1993 a Instituição já estava presente na região com a oferta de cursos de graduação e atividades de pesquisa e extensão. Em 1999 foi implantado o Cepa da Vila da Glória, visando desenvolver estudos e pesquisas ambientais na região da Baía da Babitonga.

Em 2005 foi criada uma unidade no Centro de Joinville que abriga salas de aula e laboratórios, bem como os ambulatórios universitários e a farmácia-escola, que atendem a população em convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS).

No ano de 2006 o Colégio Univille no *Campus* São Bento do Sul foi criado com o intuito de oferecer o ensino médio. A partir de 2012 o colégio passou a ofertar também as séries finais do ensino fundamental. No mesmo ano a Instituição criou o Núcleo de Inovação e Propriedade Intelectual (Nipi), que tem entre seus objetivos o estímulo, a promoção e a valorização do conhecimento gerado na universidade. Conforme Coelho e Sossai (2015), com as atividades desenvolvidas pelo Nipi a Univille passou a ter representatividade no Sistema Nacional para a Inovação e no projeto do Governo estadual de implantação e estruturação de núcleos de inovação tecnológica em Santa Catarina.

Em 2009, para fomentar as parcerias estratégicas entre a Univille, outras instituições de ensino, empresas e governos, o Conselho de Administração da FURJ criou o Parque de Inovação Tecnológica de Joinville e Região (Inovaparq). A Univille, por meio do Inovaparq, participa do processo de estruturação e gestão de um ambiente que permite potencializar as atividades de pesquisa científica e tecnológica, a transferência de tecnologia e a introdução de inovação no ambiente produtivo e social, bem como favorecer a criação e a consolidação de empreendimentos que auxiliam no desenvolvimento de novas tecnologias, produtos, serviços e processos.

Em 2010 o CEE/SC realizou avaliação da Instituição e, mediante o Parecer n.º 223, sancionado em 19 de dezembro, aprovou o recredenciamento da Univille como universidade pelo prazo de sete anos. O Parecer n.º 223 foi homologado pelo

Decreto do governador do estado de Santa Catarina n.º 3.689, de 7 de dezembro de 2010.

Desde 2007 as instituições comunitárias de ensino superior do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina intensificaram a articulação política com o intuito de fortalecer o reconhecimento da categoria de universidades comunitárias pelo governo federal e pela sociedade. A Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc), a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe) e outras entidades dedicaram-se ao fortalecimento da identidade das instituições comunitárias e à divulgação do papel desempenhado por essas universidades. O movimento resultou no encaminhamento de um projeto de lei com vistas à regulamentação das instituições comunitárias de educação superior. O projeto foi amplamente debatido e aprovado pelo Congresso Nacional por meio da Lei n.º 12.881, de 12 de novembro de 2013, que dispõe sobre a definição, a qualificação, as prerrogativas e as finalidades das instituições comunitárias de ensino superior (Ices). Em 12 de novembro de 2014, pela Portaria n.º 676, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) do MEC qualificou como Ices a Univille, mantida pela Furj.

Em 2014, por decisão do Conselho Universitário, a Instituição aderiu ao Edital MEC/Seres n.º 4, de 1.º de julho daquele ano, permitindo a migração de instituições de ensino superior para o sistema federal de educação. Por meio desse processo de migração, quando do deferimento pelo órgão federal, a Univille passará a ser regulada, supervisionada e avaliada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo MEC e não mais pelo CEE/SC.

Também em 2014, com base na decisão do Conselho Universitário e levando em conta o previsto no PDI 2012-2016, a Univille encaminhou ao MEC o processo de credenciamento institucional para a oferta da educação a distância (EaD), incluindo o pedido de autorização para a oferta do primeiro curso de graduação nessa modalidade e o credenciamento de dois polos de apoio presencial, sendo um deles na Unidade da Universidade em São Francisco do Sul e outro no *Campus* em São Bento do Sul. Em 2015 ocorreu a visita de avaliação *in loco* para a autorização do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos na modalidade EaD. No mesmo ano ocorreu a visita de avaliação *in loco* para o credenciamento do polo de apoio presencial em São Francisco do Sul. As visitas foram realizadas por comissões nomeadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Anísio Teixeira (Inep), do MEC, e atribuíram em ambos os casos a nota 4, ou seja, consideraram as condições de oferta “Muito boas”. Aguarda-se a finalização dos trâmites para a emissão dos respectivos atos de autorização e credenciamento e o efetivo início da oferta da modalidade EaD.

Em 2016 a Seres deferiu o processo de migração da Universidade. Com esse deferimento, a Univille protocolou os processos referentes a reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação em atividade, bem como o processo de recredenciamento da Universidade. Os próximos passos do processo de migração incluem as visitas de avaliação *in loco* promovidas pelo Inep e os trâmites de tais processos no MEC e no CNE, com a emissão dos atos oficiais de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação e recredenciamento da Universidade.

1.6 Corpo dirigente

SANDRA APARECIDA FURLAN – Reitora

Titulação

Graduação: Eng. Química – Faculdade de Engenharia de Lorena (1984)

Especialização: Operação e Gerência de Produtos de Usinas Alcooleiras – Faculdade de Engenharia de Lorena (1986)

Mestrado: Engenharia Química – Instituto Nacional Politécnico de Toulouse – França (1988)

Doutorado: Engenharia de Processos – Instituto Nacional Politécnico de Toulouse – França (1991)

ALEXANDRE CIDRAL – Vice-Reitor

Titulação

Graduação: Ciências da Computação – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1988)

Graduação: Psicologia – Associação Catarinense de Ensino – ACE (1995)

Mestrado: Psicologia – UFSC (1997)

Doutorado: Engenharia de Produção – UFSC (2003)

SIRLEI DE SOUZA – Pró-Reitora de Ensino

Titulação

Graduação: História – Fundação Educacional da Região de Joinville – Furj (1995)

Mestrado: História do Brasil – UFSC (1998)

THEREZINHA MARIA NOVAIS DE OLIVEIRA – Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Titulação

Graduação: Engenharia Sanitária – UFSC (1989)

Mestrado: Engenharia de Produção – UFSC (1993)

Doutorado: Engenharia de Produção – UFSC (1998)

YONÁ DA SILVA DALONSO – Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

Titulação

Graduação: Turismo e Hotelaria – UNIVALI (1998)

Mestrado: Ciências da Comunicação – USP (2004)

Doutorando: Geografia – Universidade do UMINHO (2015)

CLAITON EMILIO DO AMARAL – Pró-Reitor de Infraestrutura

Titulação

Graduação: Engenharia Mecânica – Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc (1987)

Graduação: Engenharia Civil – Udesc (2004)

Especialização: Matemática Aplicada – Universidade da Região de Joinville – Univille (2005)

Mestrado: Engenharia de Produção – UFSC (2001)

Doutorado: Engenharia de Produção – UFSC (2016)

GEAN CARDOSO DE MEDEIROS – Diretor-Geral do *Campus* São Bento do Sul

Titulação

Graduação: Ciências da Computação – Universidade do Sul de Santa Catarina –

Unisul – 1996

Especialização: Empreendedorismo na Engenharia – UFSC (1999)

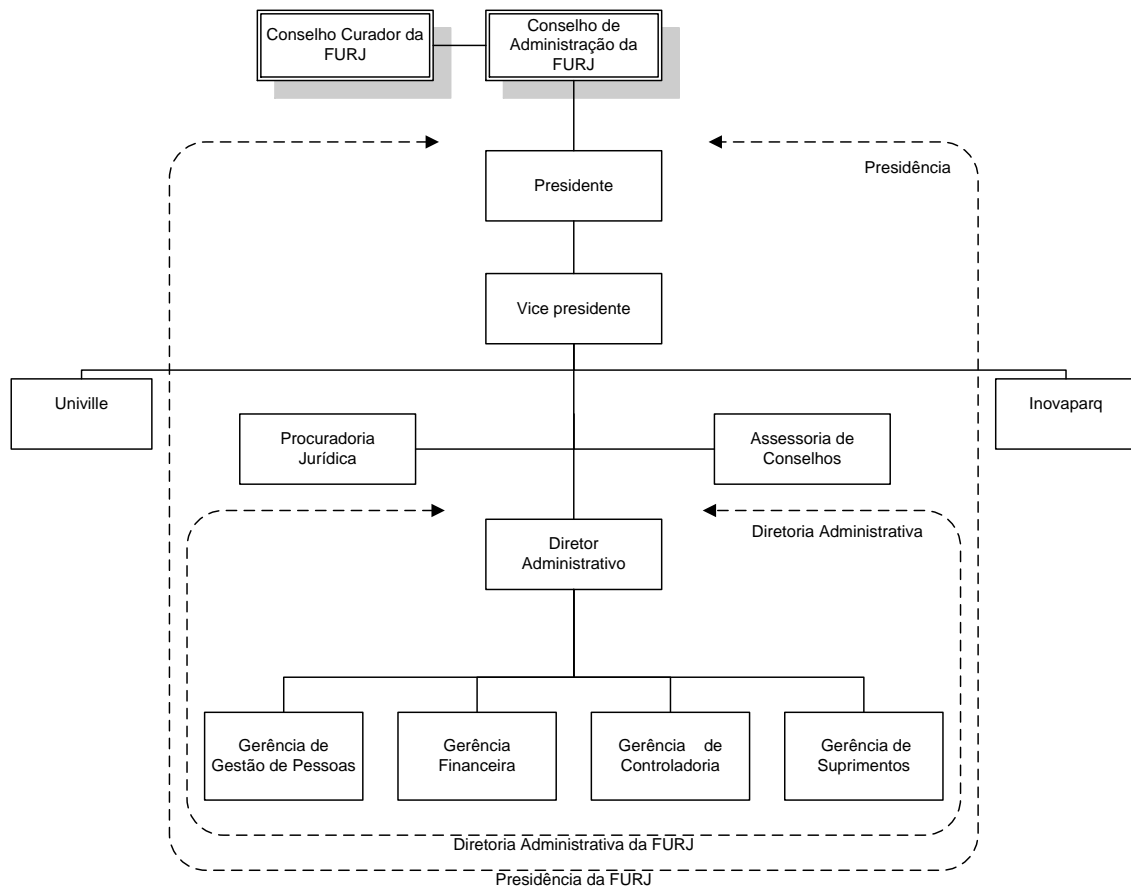
Mestrado: Ciências da Computação – UFSC (2002)

1.7 Estrutura organizacional

A estrutura organizacional é a forma como uma instituição ou organização distribui a autoridade, as responsabilidades e as atividades com vistas a executar os processos de trabalho que proporcionam a implementação das estratégias e o alcance dos objetivos organizacionais. De acordo com Hall (2004), a estrutura organizacional consiste na maneira como ocorre a distribuição das pessoas entre posições sociais que influenciam os relacionamentos de papéis desempenhados por elas. Essa estrutura implica a divisão de trabalho (distribuição das tarefas entre as pessoas) e a hierarquia (distribuição das pessoas em posições), atendendo a três funções básicas: viabilizar os processos, produtos e serviços organizacionais com o intuito de alcançar os objetivos e metas; minimizar as variações individuais sobre a organização; estabelecer o contexto no qual o poder decisório é exercido e as ações são executadas. Dessa forma, a estrutura organizacional é a soma de meios pelos quais o trabalho se divide em tarefas distintas e como se realiza a coordenação dessas tarefas (MINTZBERG, 2010), com implicações quanto à definição das instâncias deliberativas, executivas e consultivas e das relações hierárquicas entre as áreas na organização.

O organograma da Furj é apresentado na figura 7.

Figura 7 – Organograma da Furj

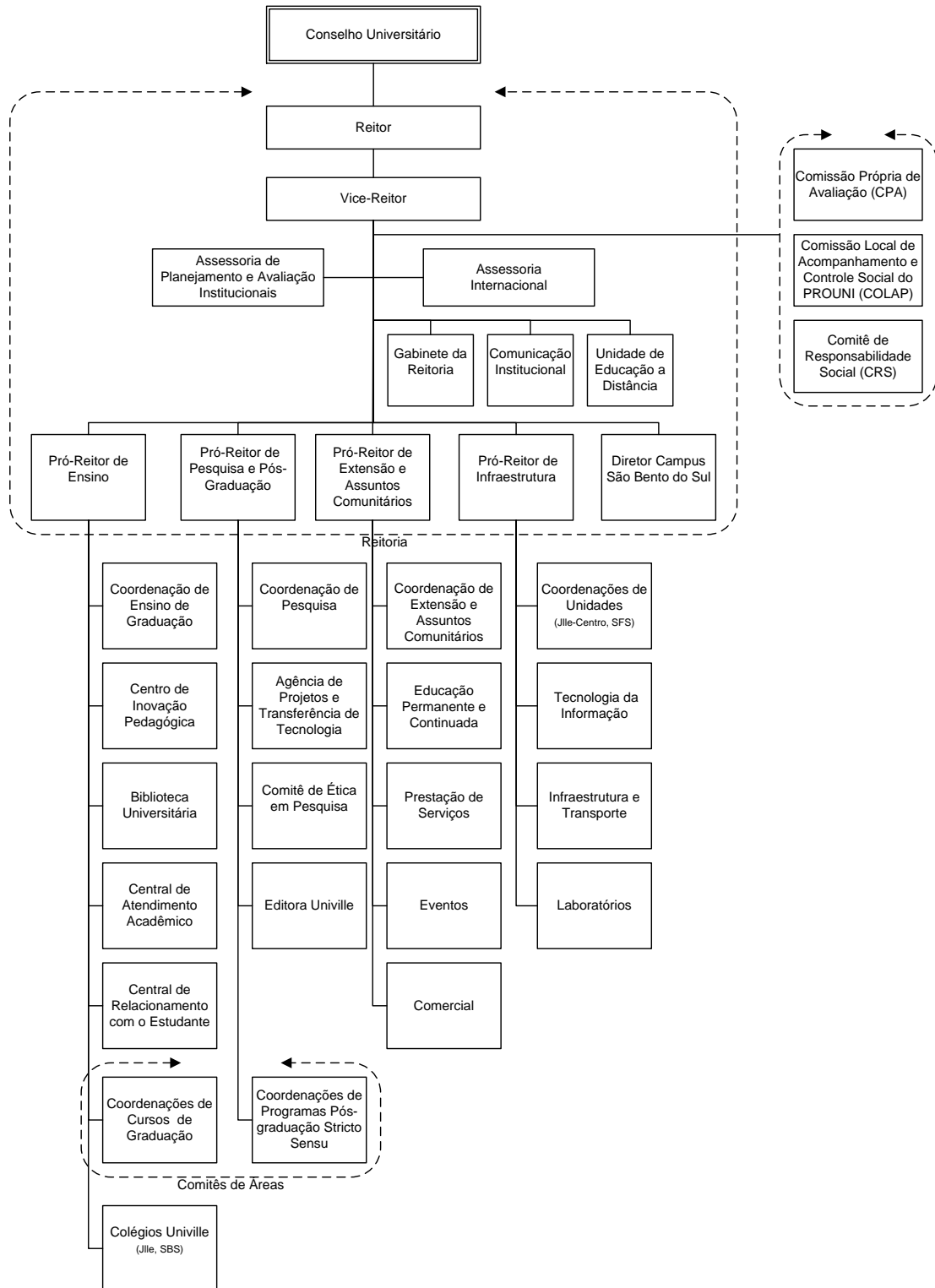


Fonte: Primária (2016)

A Furj tem como órgão deliberativo superior o Conselho de Administração, e como órgão fiscalizador, o Conselho Curador. O órgão executivo da Furj é a presidência, da qual faz parte a diretoria administrativa. A Furj é mantenedora da Univille e do Inovaparq.

A administração da Univille está organizada em geral, dos *campi* e unidades, dos cursos de graduação e programas de pós-graduação *stricto sensu* e dos órgãos complementares e suplementares (UNIVILLE, 2016). O organograma da Univille é apresentado na figura 8.

Figura 8 – Organograma da Univille



Fonte: Primária (2016)

A seguir os órgãos que compõem a estrutura da Furj e da Univille são descritos. A administração de ambas é realizada por meio de órgãos deliberativos,

consultivos e executivos previstos nos estatutos, regimentos e outras regulamentações institucionais.

1.7.1 Fundação Educacional da Região de Joinville

A Fundação Educacional da Região de Joinville, instituída pela Lei n.º 871, de 17 de julho de 1967, com alterações posteriores, é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia didático-pedagógica, científica, tecnológica, administrativa, financeira e disciplinar, exercida na forma da lei e dos seus estatutos, com sede e foro na cidade de Joinville, Santa Catarina. As disposições atinentes à autonomia da Furj são regidas por seu estatuto, que passou por atualização aprovada em 2014 pelo Conselho de Administração, Conselho Curador e Ministério Público de Santa Catarina.

A Furj tem por finalidade manter a Univille e o Inovaparc. As instituições mantidas gozam de autonomia didática, pedagógica, científica, tecnológica, administrativa e disciplinar, de acordo com a legislação e regulamentos próprios.

São órgãos da administração da Furj:

- Conselho de Administração;
- Conselho Curador;
- Presidência.

1.7.1.1 Conselho de Administração da Furj

O Conselho de Administração, órgão máximo e soberano de deliberação em assuntos de política administrativa e financeira da Furj, constitui-se dos seguintes membros (FURJ, 2014a):

- Presidente da Furj;
- Vice-Presidente da Furj;
- Diretor Administrativo da Furj, sem direito a voto;
- Um indicado por unidade acadêmico-administrativa;
- Dois indicados pelo *Campus* São Bento do Sul;

- Um indicado por cada um dos demais *campi* da Univille;
- Um indicado pelos Colégios Univille;
- Um indicado pelos programas/cursos de pós-graduação *stricto sensu* da Univille;
- Um discente indicado por DCE da Univille;
- Um indicado pelo Inovaparq;
- O último ex-presidente da Furj;
- Um indicado pelas APPs dos Colégios da Univille;
- Um indicado pela Affurj;
- Representantes da comunidade Regional:
 - um indicado pelo Poder Executivo de cada município em que a Furj tenha sede ou extensão;
 - um indicado pelo Poder Legislativo de Joinville;
 - um indicado pela Associação dos Municípios da Região Nordeste de Santa Catarina;
 - um indicado da comunidade empresarial;
 - um indicado da comunidade científica;
 - um indicado das Centrais Sindicais de Joinville;
 - um indicado pelo Conselho Municipal de Educação.

O presidente e o vice-presidente do Conselho de Administração serão eleitos dentre seus membros, para um mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução. A natureza do mandato dos conselheiros é definida pelo Estatuto da Furj.

Ao Conselho de Administração compete (FURJ, 2014a):

- examinar, discutir e aprovar:
 - o Estatuto e o Regimento da Furj e suas respectivas reformas;
 - os regulamentos das instituições mantidas pela Furj e suas respectivas reformas, exceto da Univille, que se reportará ao Conselho Universitário dessa mantida;
 - as estratégias de ação e as prioridades de investimento da Furj e de suas instituições mantidas;
 - as diretrizes para investimentos da Furj;
 - a criação e a extinção de estruturas administrativas da Furj;
 - a criação e a extinção de instituição mantida pela Furj;
 - a proposta orçamentária do ano subsequente para ser submetida ao Conselho Curador para análise e homologação;
 - o orçamento anual e o orçamento plurianual da Furj, a serem submetidos ao Conselho Curador para análise e homologação;
 - a prestação de contas anual da Furj, mediante parecer do Conselho Curador;
 - o relatório anual e o balanço geral da Furj, mediante parecer do Conselho Curador;

- os critérios para definição de mensalidades, taxas, descontos e demais contribuições relativas às prestações de serviços executadas pelas instituições mantidas pela Furj;
- os valores das mensalidades ou anuidades escolares de cursos regulares;
- os critérios para contratação de serviços e aquisição de produtos e bens para consecução dos objetivos da Furj;
- o plano de cargos e salários do pessoal contratado pela Furj e suas alterações.
- acompanhar a execução orçamentária;
- estabelecer diretrizes para a execução de atividades relacionadas com:
 - administração financeira, contábil e auditoria;
 - administração patrimonial;
 - administração de pessoal;
 - avaliação das atividades da Furj.
- deliberar sobre os seguintes assuntos e submetê-los à homologação do Conselho Curador:
 - os pedidos de empréstimos que onerem os bens da Furj, a serem apresentados a entidades de financiamento;
 - a aceitação de doações com encargo;
 - os convênios, acordos e contratos que onerem o patrimônio da Furj;
 - a participação da Furj no capital de outras empresas, cooperativas, condomínios ou outras formas de associativismo, bem como organizar empresas cuja atividade interesse aos objetivos da Furj.
- autorizar a alienação, a oneração ou a aquisição de bens e direitos pela Furj e encaminhar para homologação do Conselho Curador;
- escolher os membros e os suplentes do Conselho Curador;
- homologar o Estatuto e o Regimento Geral da Univille e suas respectivas reformas, aprovados pelos Conselhos da Univille;
- homologar a diretoria administrativa indicada pelo presidente da Furj;
- conhecer outras matérias de interesse da Furj e deliberar sobre elas;
- julgar em grau de recurso, em matéria de sua competência, as decisões tomadas pelas Instituições mantidas pela Furj;
- resolver os casos omissos neste Estatuto e no Regimento da Furj.

A sistemática de funcionamento das reuniões do Conselho de Administração é definida pelo Estatuto da Furj.

Ao Presidente do Conselho de Administração compete (FURJ, 2014a):

- convocar e presidir as reuniões do Conselho;
- constituir comissões e grupos de trabalho;
- distribuir processos e designar relator para exame e parecer;
- cumprir o Estatuto da Furj;

- encaminhar ao Conselho Curador as deliberações do Conselho de Administração que necessitem de apreciação e/ou homologação daquele conselho;
- exercer atribuições definidas em lei, neste estatuto ou por deliberação do conselho.

1.7.1.2 Conselho Curador da Furj

O Conselho Curador é o órgão de fiscalização e registro da administração econômico-financeira da Furj, e seus conselheiros e suplentes são indicados pelo Conselho de Administração da Furj, dentre pessoas que detenham capacidade e familiaridade com a área econômico-financeira, jurídica e/ou contábil. O Conselho Curador é composto por dez membros, sendo cinco titulares e cinco suplentes. A natureza do mandato e a sistemática das reuniões são definidas pelo Estatuto da Furj.

De acordo com o estatuto (Furj, 2014a), compete ao Conselho Curador:

- homologar o ato do Conselho de Administração, que aprova:
 - a proposta orçamentária;
 - o orçamento anual e o orçamento plurianual da Furj;
 - contratos e convênios que onerem os bens patrimoniais da Furj;
 - pedidos de empréstimos que onerem os bens da Furj, a serem apresentados a entidades de financiamento;
 - a aceitação de doações e/ou subvenções com encargo;
 - a participação da Furj no capital de outras empresas, cooperativas, condomínios ou outras formas de associativismo;
 - a organização de empresas cujas atividades interessem aos objetivos da Furj.
- examinar, discutir e emitir parecer sobre a prestação de contas anual, o relatório anual e o balanço geral da Furj para aprovação do Conselho de Administração;
- homologar o ato do Conselho de Administração que autoriza a alienação, oneração ou aquisição de bens e direitos pela Furj.

1.7.1.3 Presidência da Furj

A presidência da Furj é composta por presidente, vice-presidente e diretoria administrativa. Os cargos de presidente e vice-presidente da Furj são exercidos respectivamente pelo reitor e vice-reitor da Univille.

De acordo com o Estatuto da Furj (Furj, 2014a), compete ao presidente dessa fundação:

- promover a organização, a coordenação, a supervisão e o controle de todas as atividades da Furj, na forma da lei, do estatuto e das deliberações do Conselho de Administração;
- representar a Furj, ativa e passivamente, em juízo e fora dele;
- designar a diretoria administrativa da Furj;
- constituir advogado para defesa de interesse da entidade;
- determinar a execução das resoluções do Conselho de Administração;
- superintender os serviços administrativos da Furj;
- cumprir e fazer cumprir o Estatuto da Furj;
- firmar contratos e convênios;
- captar recursos com instituições financeiras, órgãos de fomento e comunidade em geral;
- informar o Conselho de Administração e o Conselho Curador sobre a oneração de bens imóveis, decorrente de decisão em processo judicial;
- encaminhar a proposta orçamentária da Furj ao Conselho de Administração até o dia 30 de outubro do ano anterior ao exercício financeiro e até o dia 15 de dezembro do mesmo ano ao Ministério Público;
- encaminhar a prestação de contas da Furj ao Conselho Curador;
- encaminhar a prestação de contas da Furj ao Ministério Público até o dia 30 de junho do ano subsequente ao do exercício financeiro;
- exercer atribuições definidas em lei, no estatuto ou por deliberação do Conselho de Administração, e atribuições inerentes a sua competência legal.

Compete ao vice-presidente (Furj, 2014a):

- representar a Furj em faltas e impedimentos temporários do presidente;
- coordenar ações administrativas delegadas pelo presidente.

A Diretoria Administrativa é responsável pela execução das atividades de planejamento, gerenciamento e controle dos recursos disponibilizados para a Furj e suas mantidas e pela avaliação dos resultados (FURJ, 2014a).

1.7.2 Universidade da Região de Joinville

A Universidade da Região de Joinville é uma instituição de ensino, pesquisa e extensão credenciada pelo MEC em 14 de agosto de 1996, mantida pela Furj. A Universidade goza de autonomia didática, pedagógica, científica, tecnológica, administrativa e disciplinar, de acordo com a legislação, seu estatuto e demais regulamentações institucionais. O Estatuto da Univille passou por atualização, aprovada em 2016 pelo Conselho Universitário e homologada pelo Conselho de Administração da mantenedora (UNIVILLE, 2016).

A Univille organiza sua atuação em *campi*, unidades e polos de apoio presencial à EaD, podendo criá-los e implantá-los segundo suas políticas e a legislação vigente. Atualmente a Universidade conta com:

- *Campus* Joinville, que é sua sede
 - Rua Paulo Malschitzki, n.º 10 – Zona Industrial Norte
 - CEP 89219-710 – Joinville – SC
 - Tel.: (47) 3461-9000
 - *e-mail*: univille@univille.br

- *Campus* São Bento do Sul
 - Rua Norberto Eduardo Weihermann, 230 – Bairro Colonial
 - CEP 89288-385 – São Bento do Sul – SC
 - Tel.: (47) 3631-9100
 - *e-mail*: univillesbs@univille.br

- Unidade Centro – Joinville
 - Rua Ministro Calógeras, 439 – Centro
 - CEP 89202-207 – Joinville – SC
 - Tel.: (47) 3422-3021
 - *e-mail*: univillecentro@univille.br

- Unidade São Francisco do Sul
 - Rodovia Duque de Caxias, 6.365 – km 8 – Bairro Iperoba
 - CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – SC
 - Tel.: (47) 3471-3800
 - *e-mail*: univille.sfs@univille.br

A Univille tem como finalidade promover e apoiar a educação e a produção da ciência por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para a sólida formação humanística e profissional, objetivando a melhoria da qualidade de vida da

sociedade (UNIVILLE, 2016). A educação e a produção da ciência são desenvolvidas na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que envolvem a arte, a cultura, o esporte, o meio ambiente, a saúde, a inovação, a internacionalização e o empreendedorismo, objetivando a melhoria da qualidade de vida da sociedade e da comunidade regional.

Para alcançar suas finalidades, a Univille propõe-se a (UNIVILLE, 2016):

- promover o ensino voltado à habilitação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento para participarem do desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural, contribuindo assim para o desenvolvimento humano em suas dimensões política, econômica e social;
- promover, estimular e assegurar condições para a pesquisa científica, tecnológica, artística, esportiva, cultural e social, comprometida com a melhoria da qualidade de vida da comunidade regional e com a inovação em todas as áreas do saber;
- promover a extensão por meio do diálogo com a comunidade, objetivando conhecer e diagnosticar a realidade social, política, econômica, tecnológica, artística, esportiva e cultural de seu meio, bem como compartilhar conhecimentos e soluções relativos aos problemas atuais e emergentes da comunidade regional.

Conforme seu estatuto (UNIVILLE, 2016), no cumprimento de suas finalidades, a Univille adota os princípios de respeito à dignidade da pessoa e de seus direitos fundamentais, proscrevendo quaisquer tipos de preconceito ou discriminação. Além disso, na realização de suas atividades, a Univille considera:

- a legislação aplicável e a legislação específica educacional;
- o seu estatuto e o estatuto e regimento da mantenedora;
- o seu regimento;
- as resoluções do Conselho de Administração da Furj e do Conselho Universitário da Univille;
- as demais regulamentações oriundas dos Conselhos Superiores e das Pró-Reitorias.

A autonomia didático-científica da Universidade, obedecendo ao artigo 207 da Constituição da República Federativa do Brasil, consiste na faculdade de (UNIVILLE, 2016):

- estabelecer suas políticas de ensino, pesquisa, extensão e demais políticas necessárias ao cumprimento de suas finalidades;
- criar, organizar, modificar e extinguir cursos de graduação e cursos/programas de pós-graduação, observadas a legislação vigente, as

demandas do meio social, econômico e cultural e a viabilidade econômico-financeira;

- fixar os currículos de seus cursos e programas, obedecidas as determinações legais;
- criar, organizar, modificar e extinguir programas e projetos de pesquisa científica, de extensão e de produção artística, cultural e esportiva;
- estabelecer a organização e o regime didático-científico da Universidade;
- promover avaliações, realizando mudanças conforme seus resultados;
- elaborar, executar e acompanhar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) por meio do processo participativo do Planejamento Estratégico Institucional (PEI);
- promover a capacitação de seus profissionais em sintonia com as normas e necessidades institucionais;
- conferir graus, diplomas, títulos e outras dignidades universitárias.

A autonomia administrativa consiste na faculdade de (UNIVILLE, 2016):

- propor a reforma do Estatuto e do Regimento da Univille;
- elaborar, aprovar e reformar o Regimento do Conselho Universitário;
- propor critérios e procedimentos sobre admissão, remuneração, promoção e dispensa do pessoal administrativo e dos profissionais da educação, para deliberação do Conselho de Administração da Furj;
- eleger os seus dirigentes, nos termos da legislação vigente, do seu Estatuto e do Regimento da Univille;
- utilizar o patrimônio e aplicar os recursos da Furj, zelando pela conservação, otimização e sustentabilidade, de forma a assegurar a realização de suas finalidades e seus objetivos;
- elaborar a proposta orçamentária para o ano subsequente encaminhando-a para deliberação do Conselho de Administração da Furj;
- executar o orçamento anual aprovado, prestando contas de sua realização à mantenedora;
- firmar acordos, contratos e convênios acadêmicos da Univille.

A autonomia disciplinar consiste na faculdade de aplicar sanções ao corpo diretivo, aos profissionais da educação, ao corpo discente e ao pessoal administrativo, na forma da Lei, do Regimento da Univille e do Regime Disciplinar dos Empregados da Furj (UNIVILLE, 2016).

Para atingir os seus fins, a Univille segue princípios de organização (UNIVILLE, 2016):

- Unidade de administração, considerando missão, visão, princípios e valores institucionais, bem como Plano de Desenvolvimento Institucional, únicos;
- Estrutura orgânica com base nos cursos, em sua integração e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

- Racionalidade de organização para integral utilização dos recursos humanos e materiais;
- Universalidade do saber humano, por meio da atuação nas diferentes áreas do conhecimento;
- Flexibilidade de métodos e diversidade de meios, pelos quais as atividades de ensino, pesquisa, extensão e serviços oferecidos possam melhor atender às diferentes necessidades dos públicos e das comunidades em que a Universidade atua.

Conforme seu estatuto (Univille, 2016), a administração geral da Univille organiza-se da seguinte forma:

- Órgão deliberativo superior: Conselho Universitário, que dispõe de quatro câmaras consultivas:
 - Câmara de Ensino;
 - Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação;
 - Câmara de Extensão;
 - Câmara de Gestão.
- Órgão executivo superior: Reitoria;
- Órgãos consultivos.

Os órgãos consultivos da administração geral são constituídos com base nas demandas acadêmico-administrativas e em questões estratégicas institucionais, podendo ser integrados por membros da comunidade regional.

1.7.2.1 Conselho Universitário da Univille

O Conselho Universitário, órgão máximo consultivo, deliberativo, normativo e jurisdicional da Univille em assuntos de ensino, pesquisa, extensão, planejamento, administração universitária e política institucional, é constituído pelos seguintes membros:

- reitor como presidente;
- pró-reitores;
- último ex-reitor;
- diretores de *campi*;
- coordenadores de cursos de graduação e de programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- coordenadores das áreas de pós-graduação *lato sensu*, ensino, pesquisa e extensão;
- diretores dos órgãos complementares;
- um representante do pessoal docente;
- representação discente, composta por:

- dois representantes da graduação por *campus*;
- um representante da graduação por unidade;
- um representante da pós-graduação *lato sensu*;
- um representante da pós-graduação *stricto sensu*.
- um representante do pessoal administrativo;
- um representante da Associação de Pais e Professores dos Colégios da Univille.

A natureza do mandato dos conselheiros e a sistemática das reuniões do Conselho Universitário são definidas pelo Estatuto da Univille.

Conforme tal estatuto, compete ao Conselho Universitário (UNIVILLE, 2016):

- zelar pelo patrimônio material e imaterial, tangível e intangível da Furj;
- zelar pela realização dos fins da Univille, exercendo a jurisdição superior da Universidade em matéria acadêmica e administrativa, incluindo a fiscalização no âmbito de suas atribuições, e a proposição de medidas de natureza disciplinar preventiva, corretiva ou repressiva, quando necessário;
- deliberar, em última instância, em matéria de ensino, pesquisa, extensão, planejamento, administração geral e política institucional;
- homologar instruções normativas da Reitoria e dos órgãos complementares e suplementares;
- instituir símbolos, insígnias e bandeiras no âmbito da Univille;
- deliberar sobre a aprovação da concessão de títulos honoríficos, por maioria qualificada de no mínimo 2/3 (dois terços) do total de seus membros;
- deliberar sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- deliberar sobre as políticas institucionais da Univille;
- deliberar sobre a proposta orçamentária da Univille para o ano subsequente e, quando for o caso, sobre a proposta orçamentária revisada, encaminhando-a à diretoria administrativa da mantenedora para compor a proposta orçamentária da Furj, a ser apreciada pelo Conselho de Administração;
- deliberar sobre a proposta de orçamento plurianual da Univille, encaminhando-a à diretoria administrativa da mantenedora para apreciação do Conselho de Administração da Furj;
- apreciar o Demonstrativo de Resultados da realização orçamentária do exercício anterior da Univille, encaminhando parecer à diretoria administrativa da mantenedora para compor a prestação de contas da Furj;
- emitir parecer a respeito de proposta de extinção da Univille, por decisão de no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros, encaminhando-o ao Conselho de Administração da Furj;

- deliberar sobre a criação, a extinção ou a fusão de *campi*, unidades e polos de apoio presencial para a Educação a Distância;
- deliberar sobre a criação, o desmembramento, a fusão ou a extinção de coordenações de cursos, comitês de área, setores e de órgãos complementares e suplementares;
- deliberar sobre acordos, contratos e convênios acadêmicos da Univille, encaminhando-os para a homologação do Conselho de Administração da Furj;
- aprovar o regulamento para eleição do reitor;
- aprovar alterações deste estatuto;
- aprovar o Regimento da Univille;
- fixar normas complementares ao Regimento da Univille sobre processo seletivo, projetos pedagógicos de cursos de graduação ou programas de pós-graduação, bem como sobre calendário acadêmico, horários das aulas, matrícula, transferência de alunos, verificação de rendimento escolar, revalidação de diplomas estrangeiros, aproveitamento de estudos e outros assuntos pertinentes à sua esfera de competência;
- estabelecer critérios para a distribuição de bolsas de estudo, quando se tratar de recursos próprios;
- aprovar a criação, o projeto de autorização, o projeto pedagógico, o desmembramento ou a extinção de cursos de graduação;
- aprovar a criação, o projeto e o regimento, bem como a extinção dos programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- aprovar os projetos de cursos *lato sensu*;
- deliberar sobre o número de vagas iniciais de cursos de graduação e de pós-graduação novos e alteração do número de vagas dos cursos existentes;
- homologar os resultados dos editais dos projetos de ensino, de pesquisa e de extensão;
- homologar os resultados dos processos seletivos para admissão de professores adjuntos;
- estabelecer normas sobre credenciamento, descredenciamento e recredenciamento dos profissionais da educação superior;
- deliberar sobre pedido de afastamento docente;
- apreciar e emitir parecer sobre os Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais da Educação Superior e do Pessoal Administrativo, com as respectivas remunerações, para posterior deliberação do Conselho de Administração da Furj;
- julgar, em grau de recurso, os processos cuja decisão final tenha sido proferida pela Reitoria, em suposta situação de infringência à lei ou às regulamentações internas;
- deliberar, em grau de recurso, sobre decisões administrativas da Reitoria, de outros órgãos ou de outras autoridades universitárias;

- deliberar sobre providências destinadas a prevenir ou corrigir atos de indisciplina coletiva;
- apurar responsabilidade do reitor, quando incorrer em falta grave, ou quando, quer por omissão, quer por tolerância, permitir ou favorecer o não cumprimento deste estatuto, do Regimento da Univille e da legislação educacional;
- deliberar, após sindicância, sobre a intervenção em qualquer instância acadêmica ou administrativa da Univille por motivo de infringência da legislação, deste estatuto e do Regimento da Univille, por decisão de no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros;
- deliberar sobre a criação e o funcionamento de comissões temporárias e grupos de trabalho para tratar de assuntos de sua competência;
- emitir parecer a respeito de agregação de estabelecimentos isolados de ensino ou de pesquisa, localizados na área de atuação da Universidade, mediante aprovação por 2/3 (dois terços) de seus membros;
- deliberar sobre questões omissas neste estatuto e no Regimento da Univille.

Compete ao presidente do Conselho Universitário (UNIVILLE, 2016):

- convocar e presidir as reuniões do Conselho;
- constituir comissões temporárias e grupos de trabalho;
- distribuir processos e designar relator para exame e parecer;
- cumprir o Estatuto da Furj e o Estatuto da Univille;
- encaminhar à Furj as deliberações e os pareceres que necessitem da sua apreciação e/ou homologação;
- exercer atribuições definidas em lei, neste estatuto ou por deliberação do Conselho Universitário.

1.7.2.2 Reitoria

A Reitoria, órgão executivo superior da Univille que coordena, superintende e fiscaliza todas as suas atividades, é constituída de (UNIVILLE, 2016):

- reitor;
- vice-reitor;
- pró-reitor de ensino;
- pró-reitor de pesquisa e pós-graduação;
- pró-reitor de infraestrutura;
- pró-reitor de extensão e assuntos comunitários;
- diretor de *campi*.

A eleição para os cargos de reitor e vice-reitor ocorre de acordo com regulamento próprio, e o mandato é de quatro anos. O colégio eleitoral compõe-se de profissionais da educação, pessoal administrativo e estudantes regularmente matriculados na Universidade. Os candidatos aos cargos de reitor e vice-reitor devem pertencer ao quadro de carreira da Univille e comprovar o exercício de docência na Instituição por, no mínimo, quatro anos, além de apresentar uma proposta de gestão universitária.

Conforme o estatuto (UNIVILLE, 2016), compete à Reitoria planejar, superintender, coordenar, fiscalizar e avaliar todas as atividades da Univille, especialmente:

- coordenar a elaboração de projetos de criação e de projetos pedagógicos de cursos de graduação, de pós-graduação *lato sensu* e de pós-graduação *stricto sensu* a serem submetidos ao Conselho Universitário, considerando o previsto no PDI;
- propor normas e critérios para a elaboração e a execução de planos, programas, projetos, editais e fundos para atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- supervisionar as atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de gestão universitária, realizando as mudanças que se fizerem necessárias, com base nos processos avaliativos;
- supervisionar planos, programas e projetos de ensino, de pesquisa e de extensão, avaliando os seus resultados;
- elaborar as políticas institucionais a serem submetidas ao Conselho Universitário;
- promover e deliberar sobre iniciativas de interação da Univille com a comunidade, com instituições congêneres e com organismos nacionais, internacionais e estrangeiros que possam contribuir para o alcance das finalidades institucionais;
- coordenar o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) da Universidade com vistas a elaborar e atualizar o PDI, a ser submetido ao Conselho Universitário;
- elaborar o Relatório Anual de Atividades da Univille;
- administrar os recursos humanos, financeiros e materiais da Univille, colocados à sua disposição pela Furj, visando ao aperfeiçoamento e ao desenvolvimento de suas atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de gestão universitária;
- propor alterações nas atribuições e competências dos órgãos que integram a estrutura administrativa da Universidade, observando o Estatuto e o Regimento da Univille;

- formular a proposta orçamentária da Univille para o ano subsequente, submetendo-a à apreciação do Conselho Universitário, e posteriormente encaminhá-la à diretoria administrativa da mantenedora para compor a proposta orçamentária da Furj para o ano seguinte;
- formular o orçamento anual e o orçamento plurianual da Univille com base na revisão da proposta orçamentária aprovada no ano anterior pelo Conselho de Administração da Furj;
- acompanhar a execução do orçamento anual e do orçamento plurianual da Univille, decidindo sobre as alterações que se fizerem necessárias, obedecidos os critérios estabelecidos pela Furj;
- elaborar o Demonstrativo de Resultados da Univille, submetendo-o à apreciação do Conselho Universitário até 15 de abril do ano subsequente, e posteriormente encaminhá-lo à diretoria administrativa da mantenedora para compor a prestação de contas da Furj;
- exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pela Furj, por este estatuto, pelo Regimento da Univille e por resoluções, convênios e outros atos decorrentes de competência legal.

São atribuições do reitor (UNIVILLE, 2016):

- representar a Univille em juízo ou fora dele, administrar, superintender, coordenar e fiscalizar todas as suas atividades;
- convocar e presidir o Conselho Universitário;
- promover, em conjunto com as pró-reitorias e diretorias de *campi*, a integração no planejamento e a harmonização na execução das atividades da Univille;
- encaminhar ao Conselho Universitário, nos prazos estabelecidos: o Plano de Desenvolvimento Institucional; a Proposta Orçamentária Anual; a Proposta Orçamentária revisada, quando for o caso; a Proposta do Orçamento Plurianual e o Demonstrativo de Resultados da Univille;
- zelar pela fiel observância da legislação educacional, deste estatuto e do Regimento da Univille;
- conferir grau aos formandos da Univille ou delegar essa atribuição aos pró-reitores ou aos diretores de *campi*;
- assinar os diplomas de graduação, juntamente com o pró-reitor de ensino;
- assinar os diplomas de pós-graduação, juntamente com o pró-reitor de pesquisa e pós-graduação;
- exercer o poder disciplinar na esfera de sua competência;
- firmar acordos e convênios entre a Univille e entidades ou instituições públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras, excetuando-se aqueles privativos da mantenedora;
- designar, indicar, delegar ou atribuir atividades ou representações de forma individual ou coletiva a membros da Reitoria;
- decidir, em caso de urgência, *ad referendum* do Conselho Universitário;
- baixar portarias;

- exercer outras atribuições inerentes a sua competência legal.

Das decisões do reitor cabe recurso ao Conselho Universitário, na forma estabelecida pelo Regimento da Univille.

A Vice-Reitoria é exercida pelo vice-reitor, eleito com o reitor. Além das atribuições estatutárias de substituto eventual do reitor, o vice-reitor executa atribuições delegadas pelo reitor.

Os pró-reitores e diretores de *campi* são nomeados pelo reitor, devendo esse ato ser homologado pelo Conselho Universitário. São condições para a investidura nos cargos de pró-reitor e diretor de *campus* ter experiência no magistério superior na Univille de, no mínimo, quatro anos e a disponibilidade de 40 horas semanais.

As competências das pró-reitorias e das diretorias de *campi* são definidas no Regimento da Univille. O reitor pode remanejar competências das pró-reitorias de acordo com as necessidades administrativas. No caso de exoneração de pró-reitor ou diretor de *campus*, o reitor pode designar outro pró-reitor ou o vice-reitor para responder temporariamente pela pró-reitoria ou diretoria de *campus*.

As funções não eletivas de assessoria, coordenação, gerência e diretoria são feitas por nomeação do reitor.

1.7.2.3 *Campi* e unidades

A administração dos *campi* organiza-se da seguinte forma (UNIVILLE, 2016):

- Órgão executivo: direção do *campus*, que poderá contar com assessorias de ensino, pesquisa e extensão e pessoal administrativo necessário às atividades-fim;
- Órgãos consultivos: constituídos com base nas demandas acadêmico-administrativas e em questões estratégicas institucionais, podendo ser integrados por membros da comunidade regional.

A administração das unidades é organizada por coordenações que podem dispor de pessoal administrativo necessário às atividades-fim.

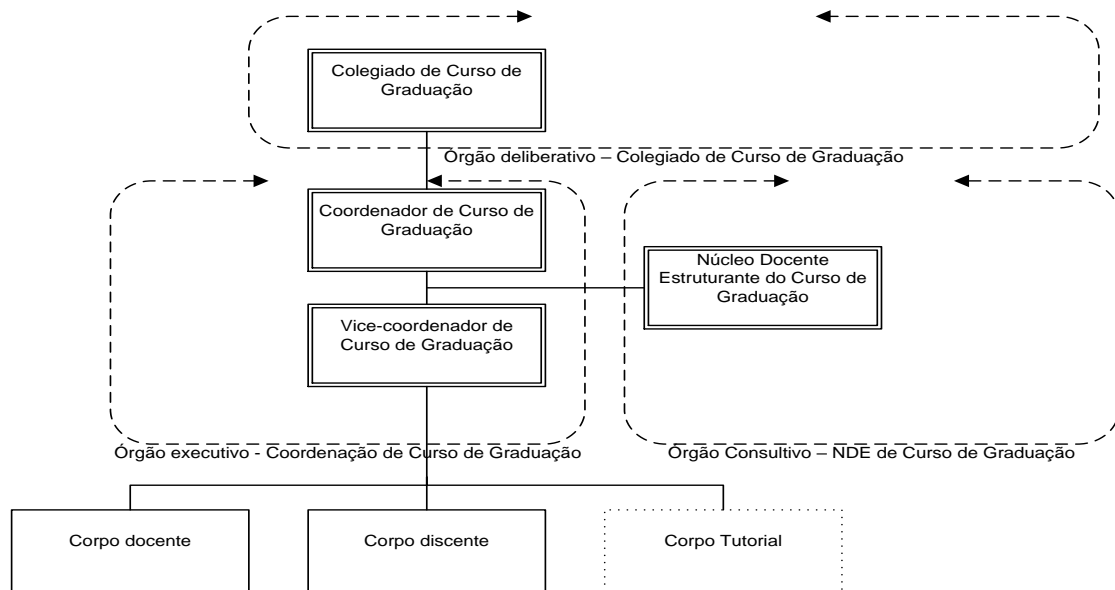
1.7.2.4 Cursos de graduação e programas de pós-graduação *stricto sensu*

A administração dos cursos de graduação organiza-se da seguinte forma (figura 9):

- Órgão deliberativo: Colegiado;
- Órgão executivo: coordenação;

- Órgão consultivo: Núcleo Docente Estruturante (graduação).

Figura 9 – Estrutura organizacional de cursos de graduação da Univille

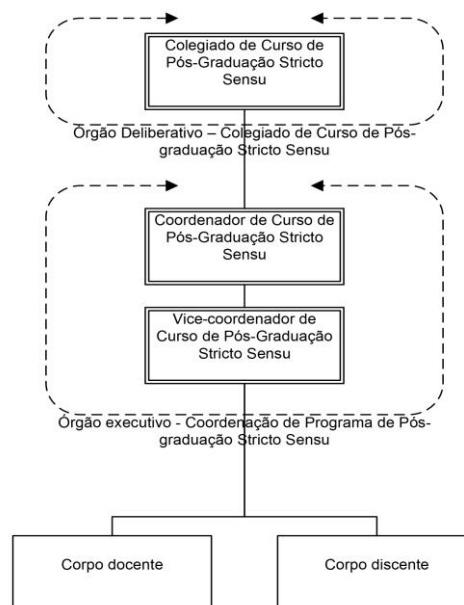


Fonte: Primária (2016)

A administração dos programas de pós-graduação *stricto sensu* organiza-se da seguinte forma (figura 10):

- Órgão deliberativo: Colegiado;
- Órgão executivo: coordenação.

Figura 10 – Estrutura organizacional de programas de pós-graduação *stricto sensu* da Univille



Fonte: Primária (2016)

O estatuto (UNIVILLE, 2016) prevê a constituição de comitês de área. Um comitê de área compreende um conjunto de cursos de graduação e programas de pós-graduação *stricto sensu*, integrados por meio de ações compartilhadas voltadas ao alcance de objetivos, metas e estratégias previstos no PEI e no PDI.

1.7.2.5 Órgãos complementares e suplementares

Os órgãos complementares e suplementares são normatizados pelo Conselho Universitário em regulamento próprio, que dispõe sobre sua criação, estrutura, funcionamento, fusão e extinção.

São órgãos complementares da Universidade:

- Colégio Univille – Joinville;
- Colégio Univille – São Bento do Sul.
- Colégio Univille – São Francisco do Sul.

Os órgãos suplementares da Universidade são:

- Biblioteca Universitária;
- Editora Univille.

O quinto capítulo caracterizou a organização administrativa da Instituição. Primeiramente os organogramas da Furj e da Univille foram apresentados. A seguir, os órgãos da administração da Furj foram descritos considerando o estatuto da fundação mantenedora (FURJ, 2014a): Presidência, Conselho de Administração e Conselho Curador. Por fim, a estrutura administrativa da Univille foi detalhada, considerando o disposto em seu estatuto (UNIVILLE, 2016): Conselho Universitário, Reitoria e demais instâncias da Instituição.

1.7.2.6 Educação a Distância (Unidade Ead - UNEaD)

Com a criação da Unidade de Educação a Distância da Univille (EaD UNIVILLE) responsável por planejar, coordenar e articular, interna e externamente, as ações de educação a distância, organizando-se uma estrutura tecnológica, financeira e de recursos humanos necessária a sua plena viabilização.

Em 2005, a Univille instala uma comissão para iniciar os estudos para viabilizar a oferta de educação a distância. Nos anos seguintes, investe na formação de professores implanta o ensino semipresencial nos cursos de Sistema de Informação e Pedagogia. Também oferece a disciplina de Metodologia da Pesquisa e Metodologia do Ensino Superior e cursos lato sensu.

Em 2013, o Centro de Inovação Pedagógica com uma equipe de mais dois professores fica responsável em elaborar o projeto EaD da Univille, com vistas a solicitar o credenciamento junto ao Ministério de Educação.

No ano de 2014 a Univille realizou o protocolo de credenciamento a oferta de cursos a distância no MEC.

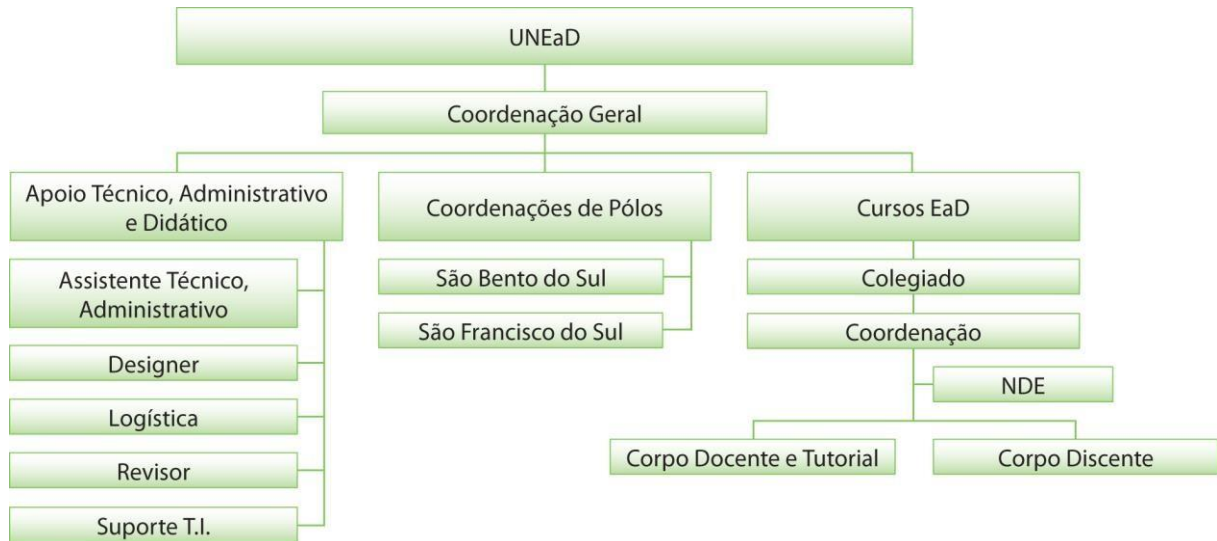
Em 2015 a Univille recebeu a comissão do MEC para o credenciamento da IES na sede em Joinville e no polo de São Francisco do Sul.

No ano de 2017 a Univille implantou mais de 50 disciplinas na modalidade em ead nos seus cursos de graduação presenciais. Com a mudança da legislação(Decreto N.º 9.057/2017), a Univille aguarda a autorização para a oferta dos cursos a distância.

A proposta da Univille, quando do seu credenciamento, irá dar continuidade às ações de expansão, considerando o previsto no PDI, e aperfeiçoar continuamente os processos acadêmicos, pedagógicos e administrativos na perspectiva do fortalecimento das condições de oferta de cursos.

O gerenciamento das atividades a distância é da responsabilidade da Unidade EaD (UNEaD), sendo vinculada à Vice-reitoria, sob a supervisão da Pró-reitoria de Ensino (Figura 11).

Figura 11 – Organograma da Unidade Ead



Fonte: Primária (2015)

A UNEaD atua na implementação das políticas institucionais para a educação a distância de forma articulada com as pró-reitorias, coordenadores dos cursos e coordenadores de cursos. A UNEaD tem na sua estrutura organizacional: coordenação geral; designer; suporte de TI; logística; revisor; assistente técnico, administrativo.

A base de trabalho do UNEaD é a sede da Universidade, que está localizada no Bloco B, sala 11, no Campus de Joinville, a partir da qual são mantidas articulações com as coordenações de curso, dos polos, docentes e tutores.

1.7.2.7 Polo de apoio presencial em São Bento do Sul

O Campus São Bento do Sul é base física integrada à UNIVILLE que desenvolve atividades permanentes de ensino, pesquisa e extensão e está situado na cidade de São Bento do Sul na Rua Norberto Eduardo Weihermann, 230 - Bairro Colonial, CEP: 89288-385; tel.: (47) 3631-9100; e-mail: univillesbs@univille.br. Dentro do cronograma de expansão previsto no PDI 2017-2021 é previsto a estruturação do Polo de apoio presencial em São Bento do Sul.

1.7.2.8 Polo de apoio presencial em São Francisco do Sul

Uma Unidade é uma base física integrada à UNIVILLE que desenvolve atividades permanentes de ensino, pesquisa e extensão sem dispor de status de Campus. Atualmente a UNIVILLE conta com duas Unidades, sendo uma delas em São Francisco do Sul na Rodovia Duque de Caxias, 6.365 - Poste 128 – km 8 – Bairro Iperoba, CEP 89240-000; tel.: (47) 3471-3800; e-mail: univille.sfs@univille.br. Dentro do cronograma de expansão previsto no PDI 2017-2021 é previsto a estruturação do Polo de apoio presencial em São Francisco do Sul.

1.7.2.9 Polo de apoio presencial em Joinville na Unidade Centro

A Unidade Centro de Joinville está localizada na Rua Ministro Calógeras, 439, no Bairro Centro, CEP 89202-207; tel: (47) 3431 0600; e-mail: unidadecentro@univille.br ; Dentro do cronograma de expansão previsto no PDI 2017-2021 é previsto a estruturação do Polo de apoio presencial na Unidade Centro.

1.7.2.10 Polo de apoio presencial em Joinville na Unidade Bom Retiro

A sede, também será um polo de apoio presencial da Univille. Localizada na rua Paulo Malschitzki, 10, Bairro Zona Industrial Norte, Joinville – SC. CEP 89219-710

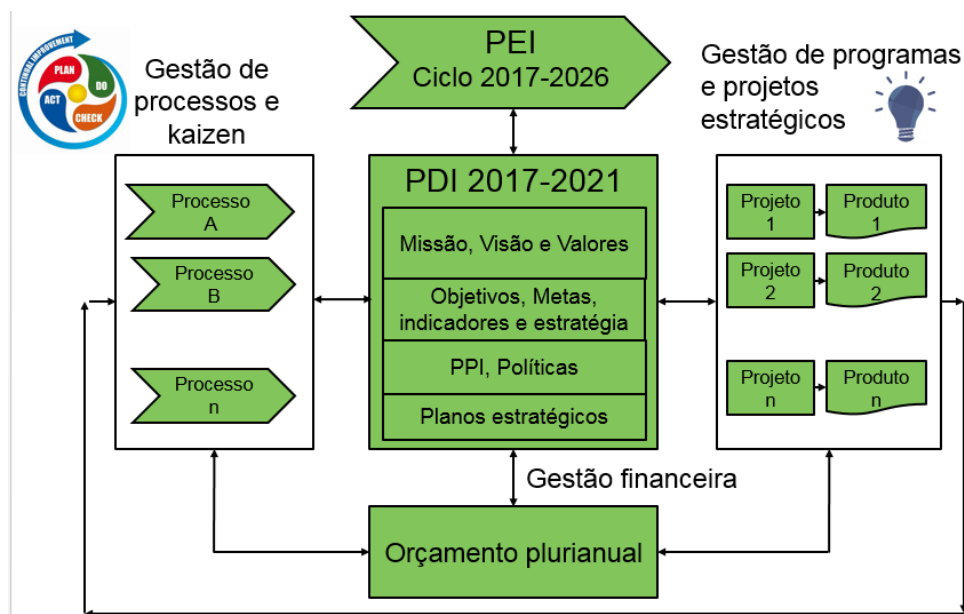
1.8 Planejamento Estratégico Institucional (PEI)

A organização e a coordenação do PEI é competência da Reitoria (UNIVILLE, 2016), que as delegou à Vice-Reitoria e contou com a Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucionais (Apai) na execução das atividades. Uma das diretrizes adotadas foi propiciar a participação ativa dos gestores dos diferentes níveis decisórios da Instituição por meio de coleta e análise de dados, reuniões, *workshops* e atividades do Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG). Outra diretriz esteve relacionada a divulgar e comunicar amplamente as atividades do PEI e proporcionar meios para que os membros dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica pudessem conhecer o processo e encaminhar sugestões.

1.8.1 A metodologia

O PEI para o ciclo 2017-2026 é um processo que resulta em um plano estratégico, que abrange dois quinquênios. Para o primeiro quinquênio foi elaborado o PDI 2017-2021, contemplando programas e projetos com vistas ao alcance dos objetivos e metas institucionais (figura 12).

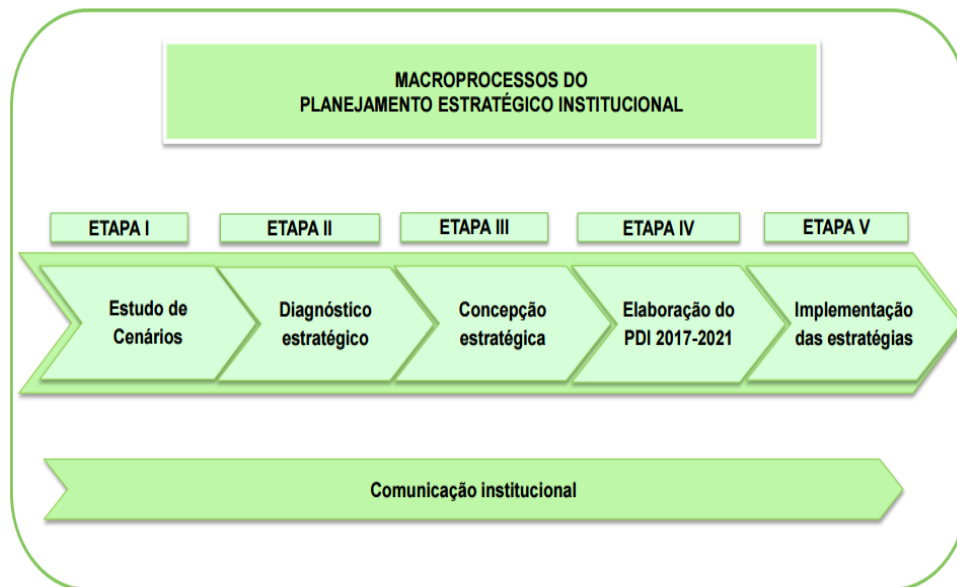
Figura 12 – *Framework* do PEI e sua relação com o PDI



Fonte: Primária (2016)

A metodologia tomou por base a sistemática adotada no ciclo anterior e uma fundamentação teórica sobre planejamento estratégico, considerando as especificidades de uma Instituição Comunitária de Educação Superior.

Figura 13 – Metodologia do PEI ciclo 2017-2026



Fonte: Primária (2016)

A metodologia está organizada em etapas (figura 13), e cada uma delas consiste em um macroprocesso. Cada macroprocesso abrange um conjunto de atividades que produz um resultado a ser utilizado na etapa seguinte, com base em determinados dados e informações. As etapas do PEI são:

- **Etapa I – Estudo de cenários:** a Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucionais, por meio de um processo de inteligência competitiva, elaborou questões que, após validação pela Reitoria, propiciaram a coleta de dados sobre determinados temas estratégicos. A análise dos dados permitiu o delineamento de cenários que constituíram a base para o diagnóstico estratégico;
- **Etapa II – Diagnóstico estratégico:** foram realizados *workshops* com os gestores da Universidade (Reitoria, coordenadores de cursos de graduação, coordenadores de programas de pós-graduação *stricto sensu*, diretores, coordenadores, gerentes e assessores). Nestes *workshops*, os dados e informações obtidos no estudo de cenários foram compartilhados com os gestores e foi promovida a análise do ambiente interno e do ambiente externo por meio da técnica *Strengths-Weaknesses-Opportunities-Threats* (SWOT) cruzado. Tal análise proporcionou a identificação de oportunidades e ameaças no ambiente externo e forças e fragilidades institucionais. Com base nisso, os gestores puderam discutir os possíveis objetivos e estratégias a serem adotados e dispor de dados e informações para definir a concepção estratégica institucional;
- **Etapa III – Concepção estratégica:** nessa etapa foram realizados *workshops* com a finalidade de discutir e propor a missão, a visão, os

valores, os objetivos e as metas institucionais para o novo ciclo do PEI. As atividades contaram com a participação dos gestores da Universidade e também incluíram a proposição de programas e projetos a serem desenvolvidos para a implementação da estratégia definida para o ciclo compreendido de 2017 a 2026;

- **Etapa IV – Elaboração do PDI 2017-2021:** o plano estratégico para o período de 2017 a 2026 foi desdobrado em dois períodos de cinco anos com o intuito de propiciar um melhor acompanhamento de sua execução e atender à exigência legal de que o PDI seja quinquenal. Assim, a elaboração do PDI para o período de 2017 a 2021 foi priorizada e contemplou as informações do PEI 2017-2026 com base nas exigências previstas pelo Sinaes e pelos procedimentos regulatórios do MEC;
- **Etapa V – Implementação das estratégias:** é a etapa que ocorre a partir da aprovação do PDI pelo Conselho Universitário e corresponde à execução de ações, projetos e programas previstos no PDI sob a coordenação da GI. Além disso, tal etapa também abrange processos de acompanhamento, controle e avaliação da execução do PDI por meio dos processos de AI.

Por fim, a metodologia considera um processo transversal de Comunicação Institucional, o qual tem o objetivo de socializar dados e informações sobre o PEI, bem como mobilizar a comunidade acadêmica para o engajamento em ações, projetos e programas que visam ao alcance dos objetivos e metas estratégicos.

1.8.2 A estratégia

O PEI propôs como estratégia para a Univille no período de 2017 a 2026:

Estratégia

Desenvolvimento institucional por meio da gestão do ensino, da pesquisa e da extensão com foco na qualidade com inovação, considerando a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental.

A estratégia proposta está articulada à identidade institucional, expressa pela missão, visão e valores, e enfatiza o compromisso com a qualidade e com a inovação no ensino, na pesquisa e na extensão (figura 14).

Figura 14 – Síntese da estratégia da Univille para o período 2017-2026



Fonte: Primária (2016)

1.8.3 Objetivos

O PEI propôs os seguintes objetivos estratégicos para o ciclo 2017-2026:

Objetivos estratégicos 2017-2026:

1. Melhorar a qualidade e o desempenho institucional e dos cursos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).
2. Melhorar o desempenho econômico e financeiro institucional.
3. Aumentar a produção científica qualificada, bem como a produção tecnológica, esportiva, artística e cultural da Univille, intensificando a relação entre ensino, pesquisa e extensão.
4. Fortalecer a qualidade institucional perante os públicos interno e externo.
5. Fortalecer a inserção da Univille como universidade comunitária e promotora da sustentabilidade socioambiental.
6. Ampliar a representatividade da Univille na comunidade regional e na comunidade acadêmico-científica.
7. Fortalecer a Univille como universidade inovadora e empreendedora.

1.8.4 Integração do Planejamento Estratégico Institucional com o Curso

O Curso integra a Coordenação e a Área, sendo de responsabilidade da Pró-Reitoria de ensino.

A Coordenação promove o desdobramento tático e operacional de objetivos e estratégias institucionais na elaboração do Projeto Pedagógico do Curso.

Este capítulo apresentou a caracterização geral da instituição, buscando evidenciar os principais aspectos referentes a: identidade da mantenedora e da mantida, inserção regional e o contexto educacional de atuação, histórico da instituição, composição do corpo dirigente, estrutura organizacional da mantenedora e da mantida e, por fim, o planejamento estratégico institucional.

2 DADOS GERAIS DO CURSO

Este capítulo apresenta a caracterização geral do curso. Neste sentido, os dados referentes à denominação, modalidade, vagas, carga horária, regime e duração, bem como período de integralização são apresentados. A seguir são indicados o endereço de funcionamento, os ordenamentos legais e a forma de ingresso.

2.1 Denominação do curso

Letras – Língua Portuguesa.

2.1.1 Titularidade

O egresso do curso de Letras – Língua Portuguesa obterá o título de licenciado em Letras – habilitação em Língua Portuguesa.

2.2 Endereços de funcionamento do curso

O curso é oferecido no *Campus* Joinville, localizado no endereço Rua Paulo Malschitzki, n. 10, *Campus* Universitário – Zona Industrial. CEP 89219-710 – Joinville/SC. *E-mail*: letras@univille.net.

2.3 Ordenamentos legais do curso

Criação: 1967.

Autorização de funcionamento: Parecer n.º 31/68/CEE, de 25 de março de 1968.

Reconhecimento: Parecer n.º 1147/72/CFE, de 14 de outubro de 1972; Decreto n.º 71.351, de 9 de novembro de 1972.

Renovação de reconhecimento: Parecer n.º 459/94/CEE, de 29 de agosto de 1994; Parecer n.º 035/04/CEE, de 30 de março de 2004; Parecer n.º 209/06/CEE, de

8 de agosto de 2006; Parecer nº 067/10/CEE, de 27 de abril de 2010; Parecer n.º 262/11/CEE, de 13 de dezembro de 2011; Parecer nº 236/14/CEE, de 05/08/2014.

2.4 Modalidade

Presencial.

2.5 Número de vagas autorizadas

O curso possui autorização para 44 vagas para ingressantes por período letivo.

2.6 Conceito Enade e conceito preliminar de curso

O curso possui conceito Enade 3 e CPC 4 obtido no ciclo avaliativo de 2017.

2.7 Período (turno) de funcionamento

O curso funciona no turno noturno, das 18h55min às 22h30, de segunda a sexta-feira, com ingresso no primeiro semestre do ano letivo.

2.8 Carga horária total do curso

O curso possui 2.820 horas, equivalentes a 3.384 horas-aula para Letras – Língua Portuguesa.

2.9 Regime e duração

O regime do curso é o seriado anual, com duração de 4 anos.

2.10 Tempo de integralização

Mínimo: 4 anos.

Máximo: 6 anos.

2.11 Formas de ingresso

O ingresso no curso de Letras – Língua Portuguesa da Univille acontecia de diversas maneiras:

a) Vestibular: é a forma mais conhecida e tradicional. Constitui-se de redação e questões objetivas de diversas áreas do conhecimento. Na Univille o processo vestibular é operacionalizado pelo Sistema Acafe (Associação Catarinense das Fundações Educacionais);

b) Enem Univille: a Instituição destina vagas específicas para ingresso por meio do desempenho do candidato na prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A prova do Enem pode ser realizada por qualquer pessoa que tenha concluído o ensino médio;

c) Processo Seletivo: a Instituição destina vagas específicas para ingresso por meio da análise do desempenho do estudante;

d) Transferência: para esta modalidade é necessário que o candidato possua vínculo acadêmico com outra instituição de ensino superior. São disponibilizadas também transferências de um curso para outro para acadêmicos da própria Univille;

e) Portador de diploma: com uma graduação já concluída o candidato poderá concorrer a uma vaga sem precisar realizar o tradicional vestibular, desde que o curso pretendido tenha disponibilidade de vaga;

f) ProUni: Para participar desse processo o candidato deve ter realizado o ensino médio em escola pública ou em escola particular com bolsa integral e feito a prova do Enem;

g) Reopção de curso: Os candidatos que não obtiverem o desempenho necessário no vestibular Acafe/Univille para ingressar na Universidade no curso prioritariamente escolhido poderão realizar inscrição para outro curso de graduação que ainda possua vaga, por meio de seu desempenho no vestibular. A seleção desses candidatos acontece pela avaliação do boletim de desempenho no vestibular;

h) Reingresso: O reingresso é a oportunidade de retorno aos estudos para aquele que não tenha concluído seu curso de graduação na Univille. Ao retornar, o estudante deverá se adaptar à matriz curricular vigente do curso.

Este capítulo caracterizou os aspectos gerais do curso, dentre eles: denominação, modalidade, vagas, carga horária, regime e duração, bem como período de integralização. Por fim, foram indicados o endereço de funcionamento, os ordenamentos legais e a forma de ingresso.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Este capítulo caracteriza a organização didático-pedagógica do curso. Inicialmente são apresentadas as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão. A seguir são caracterizadas a justificativa social e a proposta filosófica do curso. Na sequência são descritos os objetivos, perfil profissional do egresso, estrutura, conteúdos e atividades curriculares do curso. Também são apresentados aspectos relacionados à metodologia de ensino, processo de avaliação da aprendizagem, serviços de atendimento aos discentes e processos de avaliação do curso. Por fim, são caracterizadas as tecnologias da informação e comunicação.

3.1 Política institucional de ensino de graduação

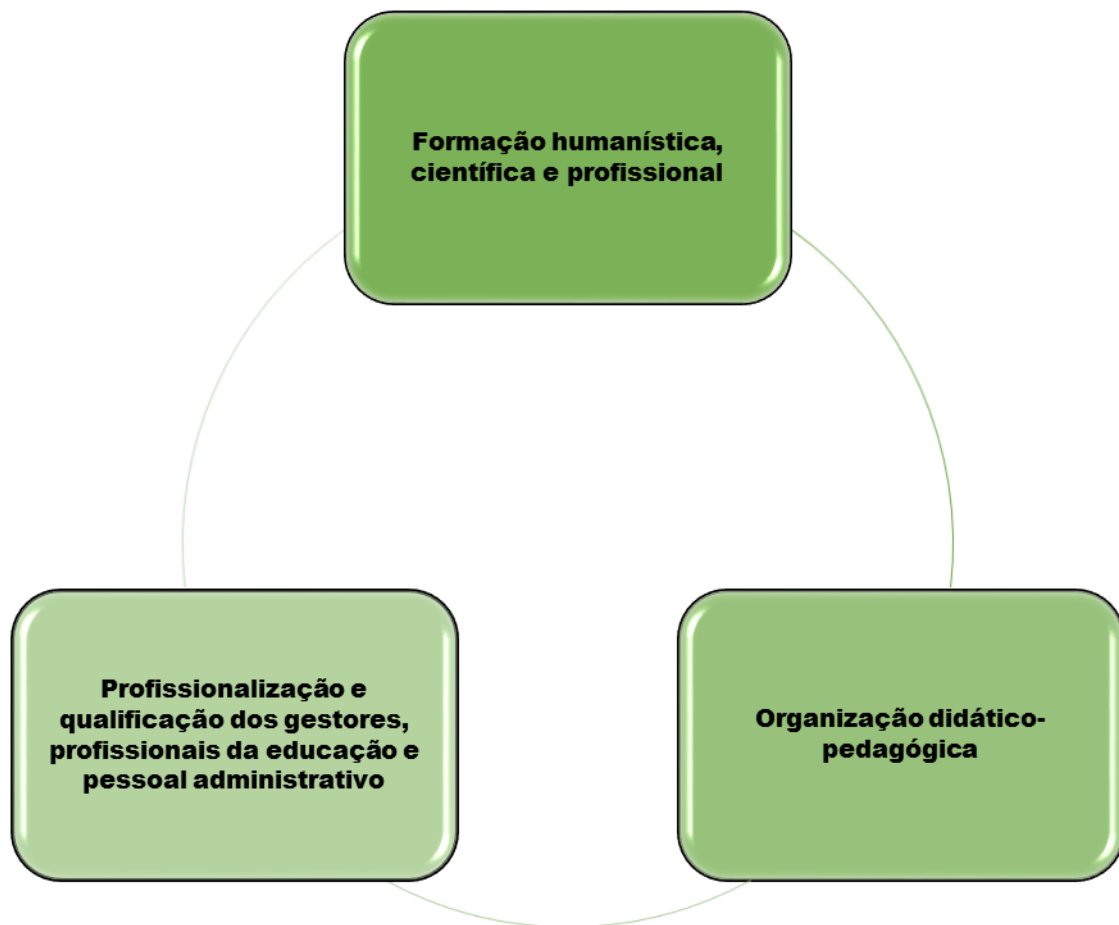
A Política de Ensino da Univille tem por objetivo definir as diretrizes institucionais que orientam o planejamento, a organização, a coordenação, a execução, a supervisão/acompanhamento e a avaliação de atividades, processos, projetos e programas desenvolvidos pela Universidade nos diversos níveis e modalidades do ensino e que propiciam a consecução dos objetivos estratégicos e o alcance das metas institucionais.

O público-alvo contemplado por essa política é constituído por gestores e demais profissionais da Instituição. Abrange também todos os estudantes regularmente matriculados em qualquer nível e modalidade de ensino da Univille.

Essa política institucional considera três macroprocessos (figura 15):

- Formação humanística, científica e profissional;
- Organização didático-pedagógica;
- Profissionalização e qualificação de gestores, profissionais da educação e pessoal administrativo.

Figura 15 – Macroprocessos do ensino



Fonte: Primária (2016)

Cada um desses macroprocessos abrange atividades, processos, projetos e programas que envolvem mais de um elemento da estrutura organizacional, perpassando a Universidade, o que causa impacto significativo no cumprimento da missão e realização da visão e propicia uma perspectiva dinâmica e integrada do funcionamento do ensino alinhada à finalidade institucional e aos objetivos e metas estratégicos da Universidade.

Embora cada um dos macroprocessos apresente diretrizes específicas para a sua consecução, há diretrizes gerais que devem nortear o desenvolvimento dessa política, entre as quais:

- **INDISSOCIABILIDADE DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:** assegurar a articulação e integração entre atividades, processos, projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão;
- **QUALIDADE:** gerenciar, executar e avaliar processos, projetos e programas considerando requisitos de qualidade previamente definidos e contribuindo para a consecução de objetivos e o alcance de metas;
- **CONDUTA ÉTICA:** baseada em valores que garantam a integridade intelectual e física dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem;
- **TRANSPARÊNCIA:** assegurar a confidencialidade, a imparcialidade, a integridade e a qualidade de dados e informações, norteando-se pelas normas que conduzem os processos desenvolvidos pela Univille;
- **LEGALIDADE:** considerar a legislação vigente e as regulamentações institucionais relacionadas a processos, projetos e programas desenvolvidos;

SUSTENTABILIDADE: capacidade de integrar questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais no desenvolvimento de atividades, projetos e programas de ensino, bem como promover o uso racional de recursos disponíveis e/ou aportados institucionalmente, de modo a garantir a médio e longo prazo as condições de trabalho e a execução das atividades de ensino.

O curso de Letras – Língua Portuguesa estrutura-se na concepção de que a cultura humana se fundamenta na linguagem, pautando-se na proposta teórica de Bakhtin, segundo a qual a estrutura da enunciação é social e a língua é histórica e socialmente dinâmica. A educação é concebida como processo de formação e de interação social que conduz à produção científica participativa e crítica, aliando teoria e prática. Objetiva-se o avanço do conhecimento, de forma a tornar possível e habitual trabalhar e refletir a realidade linguística da região. O ensino deverá alicerçar-se nas atividades de pesquisa e extensão, concebendo um profissional de Letras que considere as questões advindas do seu atual campo profissional. Pretende-se a superação da dicotomia entre teoria e prática por meio da práxis.

O curso pressupõe um vínculo com o estudo da língua e das literaturas e, também, das manifestações artísticas e culturais. Uma de suas principais tarefas é a formação de professores de Ensino Fundamental e Médio, além do trabalho com a arte e a cultura. No que se refere ao profissional de educação em Letras, o magistério é a atividade primeira que pode ser exercida tanto em instituições de educação como em empresas, ONGs e prestadoras de serviços.

3.2 Política institucional de extensão

A Política de Extensão da Univille tem por objetivo definir as diretrizes institucionais que orientam: o planejamento, a organização, o gerenciamento, a execução e a avaliação dos cursos de extensão; prestação de serviços; eventos; atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer; participação em instâncias comunitárias; projetos e programas desenvolvidos pela Universidade no que diz respeito à extensão universitária.

O público-alvo contemplado por essa política é constituído por profissionais da educação, pessoal administrativo e gestores da Univille. Abrange também todos os estudantes regularmente matriculados em qualquer nível e modalidade de ensino, nos diversos cursos oferecidos pela Univille. O público-alvo dessa política engloba ainda, indiretamente, a comunidade externa envolvida nas atividades de extensão da Universidade.

Essa política considera três macroprocessos (figura 16):

- Formação humanística, científica e profissional;
- Inserção comunitária;
- Promoção da sustentabilidade socioambiental.

Cada um desses macroprocessos abrange atividades, processos, projetos e programas que envolvem mais de um elemento da estrutura organizacional, perpassando a Universidade, causando impacto significativo no cumprimento da missão e na realização da visão e proporcionando uma perspectiva dinâmica e integrada do funcionamento da extensão, alinhada à finalidade institucional e aos objetivos e metas estratégicos da Universidade.

Figura 16 – Macroprocessos da extensão



Fonte: Primária (2016)

Nas seções seguintes deste documento, cada um dos macroprocessos é descrito e são identificadas diretrizes específicas. Entretanto considera-se que existem diretrizes gerais a serem observadas, que se encontram descritas a seguir:

- **INDISSOCIABILIDADE DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:** assegurar a articulação e integração entre atividades, processos, projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão;
- **QUALIDADE:** gerenciar, executar e avaliar processos, projetos e programas, considerando requisitos de qualidade previamente definidos e contribuindo para a consecução de objetivos e o alcance de metas;
- **CONDUTA ÉTICA:** zelar pela construção de relacionamentos pautados em princípios éticos, de transparência, honestidade e respeito aos direitos humanos e à sustentabilidade socioambiental;

- **TRANSPARÊNCIA:** assegurar a confidencialidade, a imparcialidade, a integridade e a qualidade de dados e informações, norteando-se pelas normas que conduzem os processos desenvolvidos pela Univille;
- **LEGALIDADE:** considerar a legislação vigente e as regulamentações institucionais relacionadas a processos, projetos e programas desenvolvidos;
- **SUSTENTABILIDADE:** capacidade de integrar questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais no desenvolvimento de atividades, projetos e programas de extensão, bem como promover o uso racional de recursos disponíveis e/ou aportados institucionalmente, de modo a garantir a médio e longo prazos as condições de trabalho e a execução das atividades de extensão;
- **AUTONOMIA:** promover, de forma sistematizada, o protagonismo social por meio do diálogo com a comunidade;
- **PLURALIDADE:** reconhecer a importância de uma abordagem plural no fazer extensionista que considere os múltiplos saberes e as correntes transculturais que irrigam as culturas.

As linhas de extensão do curso visam operacionalizar a interface entre linguagens e ensino escolar, contemplando: Práticas de leitura; Práticas sociais de linguagem e Novas linguagens e ensino.

As atividades de extensão do Curso variam entre projetos, programas, cursos e eventos destinados ao atendimento à comunidade em geral:

a) A linguagem da não-violência na escola: uma possibilidade para a construção da cultura da paz: objetiva conscientizar os sujeitos envolvidos com a educação de que o uso da linguagem nas relações sociais cotidianas pode estar impregnado de violência para que eles consigam, mediante leitura crítica de diferentes gêneros textuais de circulação, estabelecer pelo diálogo as negociações para os conflitos inerentes às relações humanas. Em 12 anos de atuação, estiveram envolvidos cerca de 200 acadêmicos como multiplicadores da proposta por meio de oficinas, palestras e cursos oferecidos para a educação básica, associações de bairros, ongs etc.

b) Programa Institucional de Literatura Infantil e Juvenil (Prolij): responsável pela promoção, crítica e circulação da Literatura Infantil Juvenil na região norte do Estado. Mantém os seguintes projetos: Liberte um livro, Correio Literário e Liberte um poema. Em andamento, há o Grupo de Contação de Histórias. Em 2018, foi dado início a um projeto de pesquisa sobre o hibridismo na literatura contemporânea.

c) Programa de Incentivo à Leitura (Proler): atuando em rede, visa o fortalecimento de uma política nacional de leitura. Desenvolve ações institucionais e comunitárias em parceria com: a) Presídio Regional de Joinville Soldado Jackson dos Santos, no projeto A Leitura como Instrumento de Ressocialização e Cidadania: Remição Penal, que promove o exercício da cidadania e a inclusão social de pessoas apenadas por meio da leitura do literário e da produção de resenhas críticas, estando envolvidos acadêmicos de Letras na avaliação dessas resenhas; b) Associação Ecos de Esperança, projeto Minha Vida, que objetiva a escrita de Álbuns de Vida, a recuperação de memórias boas de crianças de adolescentes acolhidos em casas lares; c) CAPES- AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas) – Rodas Leitura com dependentes de álcool e drogas frequentadores do espaço, objetivando a ressignificação de valores, a partir de leituras e discussão de textos literários; d) projeto Salve o Cinema (desde 2004), dirigido para a formação de público e discussão da linguagem cinematográfica e como atividade transversal acoplada ao curso. Anualmente, em parceria com o Curso, o Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade e o PROLIJ, acontece o Encontro Anual do PROLER-JOINVILLE/PROLIJ/ Seminário de Pesquisa em Linguagens, Leitura e Cultura.

3.3 Política institucional de pesquisa

A Política de Pesquisa da Univille tem por objetivo definir as diretrizes institucionais que orientam o planejamento, a organização, a coordenação, a execução, a supervisão/acompanhamento e a avaliação de atividades, processos, projetos e programas desenvolvidos pela Universidade no que diz respeito à pesquisa.

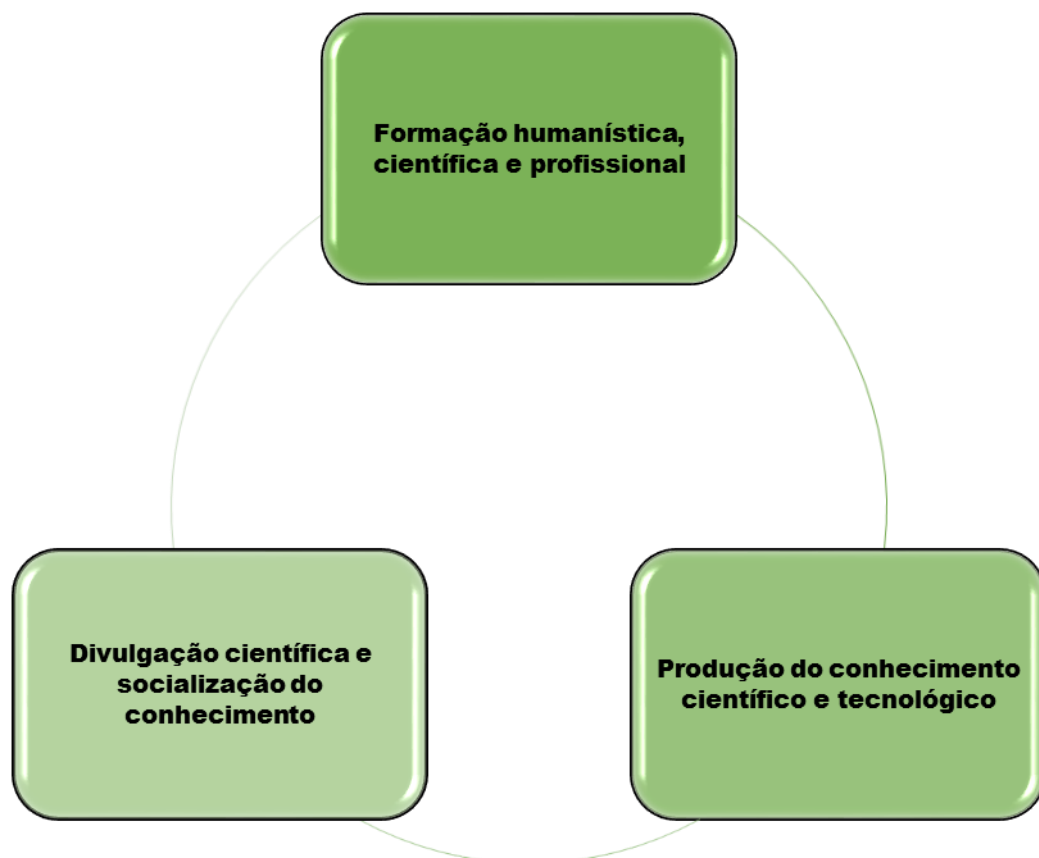
O público-alvo contemplado por essa política é constituído por profissionais da educação, pessoal administrativo e gestores da Univille. Abrange ainda os estudantes regularmente matriculados em qualquer nível e modalidade de ensino, nos diversos cursos oferecidos pela Univille.

Essa política considera três macroprocessos (figura 17):

- Formação humanística, científica e profissional;
- Produção do conhecimento científico e tecnológico;
- Divulgação científica e socialização do conhecimento.

Cada um desses macroprocessos abrange atividades, processos, projetos e programas que envolvem mais de um elemento da estrutura organizacional, perpassando a Universidade, o que causa impacto significativo no cumprimento da missão e realização da visão e propicia uma perspectiva dinâmica e integrada do funcionamento da pesquisa alinhada à finalidade institucional e aos objetivos e metas estratégicos da Universidade.

Figura 17 – Macroprocessos da pesquisa



Embora cada um dos macroprocessos apresente diretrizes específicas para a sua consecução, há diretrizes gerais que devem nortear o desenvolvimento dessa política, entre as quais:

- **INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:** assegurar a articulação e integração entre atividades, processos, projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão;
- **QUALIDADE:** gerenciar, executar e avaliar processos, projetos e programas considerando requisitos de qualidade previamente definidos e contribuindo para a consecução de objetivos e o alcance de metas;
- **CONDUTA ÉTICA:** baseada em valores que garantam integridade intelectual e física dos envolvidos na ação de pesquisar e fidelidade no processamento e na demonstração de resultados com base nas evidências científicas;
- **TRANSPARÊNCIA:** assegurar a confidencialidade, a imparcialidade, a integridade e a qualidade de dados e informações, norteando-se pelas normas que conduzem os processos desenvolvidos pela Univille;
- **LEGALIDADE:** considerar a legislação vigente e as regulamentações institucionais relacionadas a processos, projetos e programas desenvolvidos;
- **SUSTENTABILIDADE:** capacidade de integrar questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais no desenvolvimento de atividades, projetos e programas de pesquisa, bem como promover o uso racional de recursos disponíveis e/ou aportados institucionalmente, de modo a garantir a médio e longo prazos as condições de trabalho e a execução das atividades de pesquisa científica;
- **ARTICULAÇÃO SOCIAL:** busca de soluções científicas e tecnológicas para o desenvolvimento e a valorização das atividades econômicas, culturais e artísticas da região por meio de parceria entre a Universidade e a comunidade externa;

- **RELEVÂNCIA:** projetos e programas de pesquisa devem estar alinhados ao PDI, aos PPCs e às linhas dos PPGs, visando ao impacto social e inovador da pesquisa.

O curso apresenta as seguintes linhas de pesquisa: Leitura e produção textual; Tecnologias educacionais; Papel do professor na escola e Práticas de letramento.

O letramento tem sido tematizado em pesquisas desenvolvidas desde 2005. Os letramentos (literários, digital e acadêmico) têm sido focalizados em diferentes trabalhos, tanto em nível de mestrado como na graduação, consolidando-se como uma temática urgente e necessária no campo da formação de professores de Língua Portuguesa. A pesquisa Ações de letramento no trabalho e na formação docente em contextos educativos, com a participação de professores, estudantes e egressos do curso, objetiva compreender como se configuram ações de letramento no trabalho e na formação docente em contextos educativos.

As pesquisas dirigidas para leitura e produção textual operam interfaces entre leitura e o uso das tecnologias educacionais, especialmente por meio da criação de blogs, nos quais são postadas produções resultantes de reflexões sobre o literário. Um dos objetivos é analisar a experiência estética da leitura de textos literários mediada por recursos tecnológicos. Foram articuladas estratégias de leitura com imbricações tecnológicas diversas, como o acesso à Biblioteca Digital do Portal Nupill (www.nupill.org), com visitas a obras de diversos autores representativos da Literatura Brasileira; uso de software específico de leitura desenvolvido pela Univille em parceria com a UFSC e a Universidade do Vale do Itajaí (Univali); programa Relógio de Ouro, que contém as obras de Machado de Assis; acesso às obras dos autores contemporâneos e catarinenses Alcides Buss e aos poemas visuais e animações de Arnaldo Antunes e de Augusto de Campos, para posterior discussão.

Em 2017 e 2018, o PROLER, em parceria com o Núcleo do Programa Arte na Escola/Univille, Programa de Teatro/Univille e Prefeitura Municipal de Joinville, está desenvolvendo o projeto interdisciplinar Um olhar para Joinville que envolve 158 profissionais de 87 escolas e CEIs vinculados à rede municipal de ensino atuantes nas áreas de Letras, Artes, Geografia e História. O projeto caracteriza-se como investigativo, crítico, sensível, atuando numa abordagem interdisciplinar para o bairro em que a escola está inserida.

Pesquisas desenvolvidas nos últimos cinco anos, endereçadas a crianças e jovens na contemporaneidade, resultou em publicações da coleção Livro dos Livros – Resenhas do Prolij, uma coletânea de resenhas como sugestão aos interessados em obras de qualidade no campo infantil, infanto juvenil e juvenil, sobre várias temáticas, incluindo aquelas voltadas para a cultura afro-brasileira e indígena, além de narrativas visuais e obras teóricas.

Em 2017, foi iniciado o projeto de pesquisa Prática do Professor do Ensino Superior: metodologias e uso das tecnologias digitais que objetiva analisar relatos de professores participantes da formação continuada ofertada pela Univille.

3.4 Justificativa da necessidade social do curso (contexto educacional)

O curso de Letras trata, fundamentalmente, da linguagem verbal, numa visão artístico-cultural e social de língua e literatura. Desse modo, preocupa-se com as possibilidades de expressão do ponto de vista tanto comunicativo quanto interativo e criativo.

A linguagem imprime-se historicamente por meio das relações dialógicas dos interlocutores dos discursos, possibilitando ao homem que se constitua pela interação com o outro. Para Bakhtin (1992, p. 41), “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios humanos”.

Destarte, o conhecimento da linguagem verbal, propiciado no curso de Letras da Univille, é essencial para a formação de professores que vão lidar com o ensino de língua por intermédio da própria língua. Para esses e outros profissionais da área da linguagem, como revisores, críticos, secretários, o curso proporciona o conhecimento da estrutura da língua e de suas possibilidades criativas e o desenvolvimento das habilidades de leitura e produção textual.

A formação de professores torna-se um desafio para as políticas governamentais, na medida em que é necessário garantir índices respeitáveis na área educacional e suprir as vagas para docentes.

Em todas as licenciaturas o número de matrículas vem diminuindo em relação à oferta de vagas e, mesmo que o número de inscritos seja superior ao número de vagas ofertadas, também apresenta queda, em alguns casos de modo significativo.

Por outro lado, o documento intitulado Diretrizes para a Formação de Professores: Concepção e Implementação, que discute a formação inicial de professores para a educação básica¹, assumiu como princípios para os cursos de licenciatura:

- A formação do professor deve ser plena, obedecendo ao princípio da universalidade do conhecimento, alicerçado numa sólida base humanística, ética e democrática;
- A formação do professor, tarefa das IES, deve dar-se de forma articulada, sistemática e contínua com a rede de ensino básico, escolas e instâncias competentes. Ainda, o documento aponta como estratégica a possibilidade de as IES desenvolverem integração curricular de modo a resolver seus próprios desafios. Faz-se urgente propor alterações e tomar decisões.

O Plano Nacional de Educação (PNE) versa sobre a formação de profissionais em educação e explicita vigorosamente os seguintes pontos, que permitem reestruturar os cursos de licenciatura com indicativos de qualidade e inovação:

- A docência como base na formação profissional de todos aqueles que se dedicam ao estudo do trabalho pedagógico;
- O trabalho pedagógico como foco formativo;
- 3 A sólida formação teórica em todas as atividades curriculares, nos conteúdos específicos a serem ensinados na educação básica em todos os seus níveis e modalidades e nos conteúdos especificamente pedagógicos;
- A ampla formação cultural;
- A criação de experiências curriculares que permitam contato dos futuros profissionais com a realidade da escola desde o início do curso;
- A incorporação da pesquisa como princípio formativo;
- A possibilidade de vivência, pelos futuros profissionais, de formas de gestão democrática;
- O desenvolvimento do compromisso social e político da docência;
- A reflexão sobre a formação para o magistério.

¹ Diretrizes para a Formação de Professores: Concepção e Implementação, elaboradas com base na oficina de João Pessoa (PB), realizada em 16 e 17 de setembro de 2002 e promovida pelo Fórum de Pró-Reitores de Graduação.

No âmbito das políticas públicas voltadas para a melhoria da educação no Brasil, a formação inicial de professores tem ganhado especial atenção com o lançamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em 2009. Tendo como objetivo fomentar a formação docente, caracteriza-se pela distribuição de bolsas a estudantes das licenciaturas e a professores da educação básica e de instituições de ensino superior. O desenvolvimento do programa pauta-se em ações didático-pedagógicas planejadas em conjunto entre as diferentes instâncias envolvidas.

A Univille participa do Pibid desde agosto de 2012, tendo como fio condutor das ações a questão do letramento. São sete subprojetos, entre os quais o Subprojeto de Letras, desenvolvido em uma escola de ensino fundamental e duas de ensino médio. Encontram-se envolvidos no programa 20 estudantes do curso, além da coordenadora de área. A coordenadora institucional também é oriunda do curso. As ações têm priorizado o trabalho com gêneros discursivos, com ênfase em atividades de leitura. Muitas das ações são desenvolvidas em parceria com outros subprojetos presentes nas mesmas escolas.

São nítidas as contribuições trazidas pelo programa para todas as licenciaturas. Em Letras não é diferente. Além da compreensão de uma formação inicial em que teoria e prática não mais despontem de forma dicotômica e dissociada, mas que se fundem em um todo consistente que faça sentido para o futuro professor, o Pibid tem contribuído para a manutenção de muitos estudantes no curso. A parceria entre escola e universidade também tem ressignificado as discussões sobre a formação de professores de língua.

Joinville é a maior cidade catarinense, com aproximadamente 577.077 habitantes (IBGE/2017). A Região Metropolitana do Norte e Nordeste Catarinense, onde Joinville está inserida, abrange 26 Municípios com uma população de 1.363.845 habitantes. É pólo industrial da região Sul, com volume de receitas geradas aos cofres públicos inferior apenas às capitais Porto Alegre (RS) e Curitiba (PR), e está em 28^o lugar no ranking nacional do Produto Interno Bruto - PIB. A cidade concentra grande parte da atividade econômica na indústria com destaque para os setores metal-mecânico, têxtil, plástico, metalúrgico, químico e farmacêutico.

A diversidade étnica foi uma característica do processo colonizador em Joinville. À população luso-brasileira e negra juntaram-se, sobretudo, os germânicos

(alemães, suíços, noruegueses, austríacos, suecos, dinamarqueses, belgas e holandeses), franceses e italianos. O crescimento da cidade, em termos espaciais, esteve diretamente vinculado à expansão econômico industrial, que trouxe consigo o crescimento populacional e foi acompanhada de investimentos em educação, cultura e tecnologia. Um exemplo disto está na conquista da única escola do Balé Bolshoi, fora do seu país de origem, bem como a organização do maior festival de dança do mundo.

A instalação de grandes montadoras de automóveis (General Motors e a BMW), na vizinha cidade de Araquari, bem como o crescimento e profissionalização do comércio através da instalação de novos centros comerciais, geram um novo estágio de desenvolvimento. Este cenário de transformações, na área da educação, implica uma permanente reflexão sobre as práticas profissionais para que haja maior adequação às redes públicas e privadas de ensino.

O ensino em Joinville acompanhou a evolução do setor econômico da cidade. Joinville tem a 4ª maior rede de ensino da Região Sul do país, o que representa um significativo campo de atuação para os formados no Curso que atendem, ainda, as cidades da microrregião. Há significativa demanda por professores habilitados, exigência das redes públicas, além das escolas particulares que absorvem os professores formados pela Universidade. Diante do exposto, é considerável o papel do curso de Letras para Joinville e região, cumprindo seu papel na formação de professores desde 1968.

É a estes novos cenários que se delineiam no contexto social que os graduados de Letras estão sendo preparados para atuar, especialmente como professores de Língua Portuguesa. Para além do ensino de aspectos gramaticais, o graduado de Letras deve reconhecer as múltiplas possibilidades de usos linguísticos, configurados nos gêneros discursivos, nos quais, cada vez mais, as múltiplas linguagens se imbricam. Há, portanto, de se reconhecer que os textos são multissemióticos. Daí a ênfase, durante o curso, em atividades de leitura (e leitura crítica), perceptível a partir dos projetos e programas de pesquisa e extensão, cujas ações são socializadas para toda a comunidade em variados eventos. A atitude investigativa e questionadora, que se pretende que oriente o fazer pedagógico do graduado em Letras, é proposta em atividades de pesquisa desenvolvidas em diferentes componentes curriculares, e, principalmente, durante o Estágio Curricular Supervisionado, para que a sua intervenção pedagógica seja pautada em questões

de investigação sustentadas por repertórios teóricos metodológicos e análises de resultados da experiência realizada.

3.5 Proposta filosófica da instituição e do curso

3.5.1 Educação para o século XXI

Desde a década de 1990 ocorrem discussões nacionais e internacionais sobre a educação para o século XXI e o compromisso com a aprendizagem dos estudantes, compreendida como o processo de desenvolvimento de competências para fazer frente aos desafios do mundo contemporâneo. Em termos gerais, com base nos pilares delineados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, do inglês United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) para a educação do século XXI, pode-se considerar que tais competências incluem, de forma não exclusiva, a capacidade do estudante de (DELORS, 2000):

- **Aprender a conhecer:** inclui as capacidades de formular problemas, definir objetivos e especificar e aplicar metodologias, técnicas e ferramentas na solução de problemas;
- **Aprender a fazer:** implica ser capaz de empregar conceitos, métodos, técnicas e ferramentas próprios de determinado campo profissional;
- **Aprender a conviver:** abrange a capacidade de se comunicar de forma eficaz, trabalhar em equipe, respeitar as normas de convívio social levando em conta os direitos e deveres individuais e coletivos;
- **Aprender a ser:** diz respeito a ser capaz de agir eticamente e comprometido com o respeito aos direitos humanos.

Decorridas quase duas décadas do início do século XXI, a proposição dos pilares precisa considerar as transformações pelas quais o mundo do trabalho vem passando e as novas exigências em termos de habilidades para o exercício da cidadania e a inserção no mundo do trabalho contemporâneo. Entre os estudos internacionais que discutem tais mudanças, é possível citar o realizado pelo Institute for The Future (IFTF), um grupo ligado à University of Phoenix que se dedica a pesquisas sobre mudanças sociais e no mercado de trabalho. O relatório *Future*

work skills 2020 apontou seis grandes indutores de mudanças disruptivas com impactos sobre as habilidades para o trabalho no século XXI (IFTF, 2011):

- **Extrema longevidade:** ocorre um aumento da população com idade acima dos 60 anos, sobretudo nos Estados Unidos, na Europa e em países como o Brasil. A perspectiva é de que tal fenômeno influencie as percepções sobre idade/velhice, bem como sobre as carreiras profissionais, a inserção no mercado de trabalho e a forma de proporcionar serviços de saúde e bem-estar para as pessoas idosas;
- **Ascensão de sistemas e máquinas inteligentes:** o avanço tecnológico, especialmente da microeletrônica e da tecnologia da informação e comunicação, proporciona a disponibilização de um grande número de máquinas e sistemas inteligentes (*smart*) não apenas nas fábricas e escritórios, mas também nos serviços médico-hospitalares e educacionais, nos lares e na vida cotidiana. Isso implicará um novo tipo de relacionamento dos seres humanos com as máquinas e sistemas, o que exigirá domínio de habilidades tecnológicas e compreensão das modalidades de relacionamentos sociais mediadas por essas tecnologias;
- **Mundo computacional:** a difusão do uso de sensores para a captação de dados e o incremento no poder de processamento e de comunicação por meio de diferentes objetos de uso cotidiano (*internet of things – IoT*) abrem a oportunidade de desenvolvimento de sistemas pervasivos e ubíquos em uma escala que anteriormente era impossível. Uma das consequências disso é a disponibilização de uma enorme quantidade de dados (*big data*) que por meio de modelagem e simulação propiciam a compreensão de uma variedade de fenômenos e problemas nas mais diferentes áreas e em diferentes níveis de abrangência. Isso exige a capacidade de coletar e analisar grandes volumes de dados com o intuito de identificar padrões de relacionamento e comportamento, tomar decisões e projetar soluções;
- **Ecologia das novas mídias:** novas tecnologias de multimídia transformam as formas de comunicação, desenvolvendo novas linguagens e influenciando não apenas a maneira com que as pessoas se comunicam, mas também como se relacionam e aprendem. Tais mudanças exigem outras formas de alfabetização além da textual e uma nova compreensão dos processos de aprendizagem e construção do conhecimento;
- **Superestruturas organizacionais:** novas tecnologias e plataformas de mídia social estão influenciando a forma como as organizações se estruturam e como produzem e criam valor. O conceito de rede passa a ser uma importante metáfora para a compreensão da sociedade e das organizações. Essa reestruturação implica ir além das estruturas e dos processos tradicionais para considerar uma integração em escala ainda maior, ultrapassando as fronteiras organizacionais e físicas com o objetivo de propiciar a colaboração entre pessoas, grupos e instituições. Isso influencia e transforma conceitos organizacionais e de gestão que passam

a considerar aspectos das áreas de *design*, computação, neurociências, psicologia, antropologia cultural e sociologia;

- **Mundo conectado globalmente:** o aumento da interconectividade global faz repensar as relações entre as nações, e um novo contexto social e político desenha-se à medida que Estados Unidos e Europa deixam de ser lideranças em termos de criação de empregos, inovação e poder político e econômico. As organizações multinacionais já não têm necessariamente suas sedes na Europa, no Japão e nos EUA e, além disso, passam a usar a conectividade global para potencializar o papel de suas subsidiárias em países como Índia, Brasil e China. Como algumas das consequências dessa transformação, cresce a importância de saber lidar com a diversidade humana em todos os seus aspectos e dispor da capacidade de adaptação a diferentes contextos sociais e culturais.

O IFTF (2011) identificou um conjunto de habilidades para o mundo do trabalho com base nas mudanças caracterizadas anteriormente. Tais habilidades são representadas na figura 18:

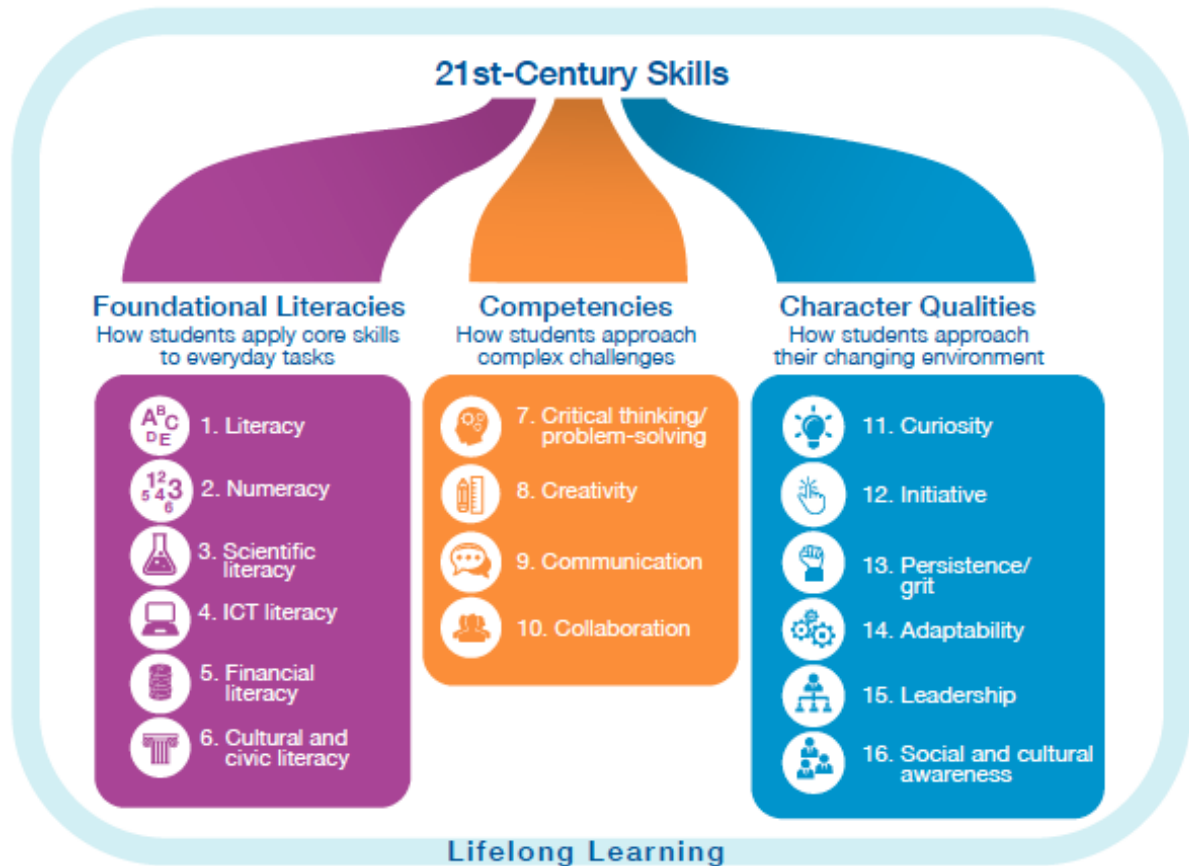
Figura 18 – Dez habilidades para a força de trabalho no futuro

Fazer sentido	• Ser capaz de determinar o sentido ou significado mais profundo do que está sendo expresso
Inteligência social	• Ser capaz de se conectar aos outros de uma forma direta e profunda para sentir e estimular reações e interações desejadas
Pensamento inovador e adaptativo	• Ser capaz de pensar e propor soluções e respostas para além do que é baseado em regras
Competência transcultural	• Ser capaz de agir em diferentes contextos culturais
Pensamento computacional	• Ser capaz de traduzir uma grande quantidade de dados em conceitos abstratos e raciocinar baseado em dados
Fluência em novas mídias	• Ser capaz de avaliar e desenvolver criticamente conteúdo para uso em novas formas de mídia e empregar em comunicação persuasiva
Transdisciplinaridade	• Ser capaz de entender conceitos transversais a múltiplas disciplinas
Mentalidade projetual	• Ser capaz de representar e desenvolver tarefas e processos de trabalho para a obtenção de resultados desejados
Gestão da carga cognitiva	• Ser capaz de discriminar e filtrar informação pela análise de sua importância, e entender como maximizar o funcionamento cognitivo usando diversas ferramentas e técnicas
Colaboração virtual	• Ser capaz de trabalhar produtivamente, engajar-se e demonstrar presença em uma equipe virtual

Fonte: Adaptado de IFTF (2011)

Mais recentemente, o Fórum Econômico Mundial (WEFORUM, 2015), publicou um estudo sobre uma nova visão para a educação com o emprego de novas metodologias e tecnologias de aprendizagem. O estudo enfatiza a concepção de uma educação ao longo de toda a vida que tem por objetivo o desenvolvimento de competências e habilidades (figura 19) necessárias para que se possa enfrentar as transformações no mundo do trabalho e no contexto social (WEFORUM, 2015).

Figura 19 – Competências e habilidades para o século XXI



Fonte: WEFORUM (2015)

Conforme o Weforum (2015), as competências e habilidades para o século XXI abrangem três grupos:

- **Habilidades fundamentais** – relacionadas às habilidades aplicadas no cotidiano e que podem ser subdivididas em: leitura e escrita; numéricas; aplicação do pensamento científico; utilização de tecnologias da informação e comunicação; gestão das finanças pessoais; e atuação no contexto cultural e no exercício da cidadania;
- **Competências** – relacionadas à abordagem de problemas complexos que incluem: pensamento crítico e solução de problemas; criatividade; comunicação; colaboração (os quatro cês);
- **Características pessoais** – dizem respeito a atitudes e habilidades empregadas em situações de mudança e que abrangem: curiosidade; iniciativa; persistência e resiliência; adaptabilidade; liderança; consciência social e cultural.

No Brasil, o Plano Nacional de Educação (PNE) é referência importante na discussão sobre educação. Foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado

pela Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014a), tem vigência de dez anos e conta com as seguintes diretrizes:

- erradicação do analfabetismo;
- universalização do atendimento escolar;
- superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- melhoria da qualidade da educação;
- formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país;
- estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação, como proporção do PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- valorização dos profissionais da educação;
- promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

O PNE é um conjunto de compromissos com o intuito de: eliminar desigualdades por meio de metas orientadas para enfrentar as barreiras de acesso e permanência à educação; erradicar as desigualdades educacionais levando em conta as especificidades regionais; promover a formação para o trabalho com base nas realidades locais; e fomentar o exercício da cidadania (MEC, 2014). O PNE foi elaborado com base em um amplo debate promovido pela Conferência Nacional de Educação ocorrida em 2010 e pelas discussões no Congresso Nacional, resultando em 20 metas (quadro 2):

Quadro 2 – Metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024

Meta	Tema	
1	Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até 3 anos até o fim da vigência deste PNE	Educação infantil
2	Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos noventa e cinco por cento dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE	Ensino fundamental
3	Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o fim do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para oitenta e cinco por	Ensino médio

	cento	
4	Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados	Educação especial
5	Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental	Alfabetização de crianças
6	Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, cinquenta por cento das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, vinte e cinco por cento dos(as) alunos(as) da educação básica	Tempo integral
7	Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: - Ensino fundamental séries iniciais: 2015/5,2; 2017/5,5; 2019/5,7; 2021/6,0; - Ensino fundamental séries finais: 2015/4,7; 2017/5,0; 2019/5,2; 2021/5,2; - Ensino médio: 2015/4,3; 2017/4,7; 2019/5,0; 2021/5,2	Qualidade da educação básica/Ideb
8	Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, doze anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos vinte e cinco por cento mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos
9	Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para noventa e três inteiros e cinco décimos por cento até 2015 e, até o fim da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em cinquenta por cento a taxa de analfabetismo funcional	Alfabetização da população com 15 anos ou mais / Erradicação do analfabetismo absoluto
10	Oferecer, no mínimo, vinte e cinco por cento das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional	Educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional
11	Triuplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos cinquenta por cento da expansão no segmento público	Educação profissional técnica de nível médio

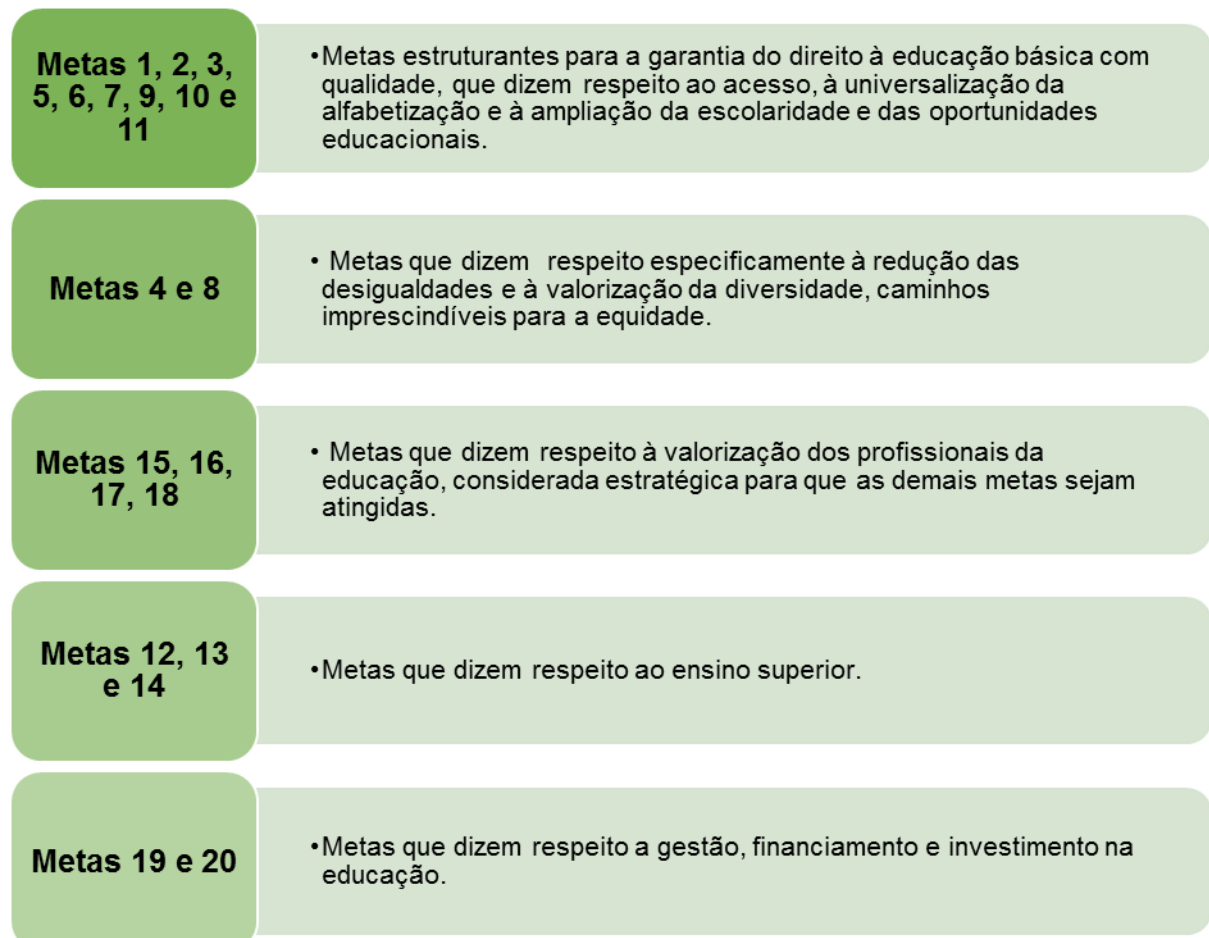
12	Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público	Acesso à educação superior
13	Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para setenta e cinco por cento, sendo, do total, no mínimo, trinta e cinco por cento doutores	Qualidade da educação superior / Titulação do corpo docente
14	Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , de modo a atingir a titulação anual de sessenta mil mestres e vinte e cinco mil doutores.	Acesso à pós-graduação <i>stricto sensu</i> / Ampliação do número de titulados
15	Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do <i>caput</i> do art. 61 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam	Formação dos profissionais da educação/professores da educação básica com formação específica de nível superior (licenciatura na área de conhecimento em que atuam)
16	Formar, em nível de pós-graduação, cinquenta por cento dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino	Formação, em nível de pós-graduação, dos professores da educação básica / Formação continuada na área de atuação
17	Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE	Equiparação, até o final de 2019, do rendimento médio dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente
18	Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal	Planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino / Piso salarial nacional para profissionais da educação básica pública – referenciados na Lei do Piso

19	Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto	Gestão democrática da educação
20	Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do país no quinto ano de vigência desta lei e, no mínimo, o equivalente a dez por cento do PIB ao final do decênio	Investimento público em educação pública

Fonte: Adaptado de Brasil (2014b)

Em uma análise transversal, é possível agrupar as metas com o intuito de compreender a articulação proposta pelo PNE. A figura 20 apresenta o agrupamento das metas conforme proposto pelo documento *Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação* (MEC 2014):

Figura 20 – Agrupamento das metas do PNE 2014-2024



Fonte: Primária (2016)

É importante destacar o papel das universidades para o alcance das metas relacionadas ao ensino superior. As ações a serem desenvolvidas pelas instituições de ensino superior incluem:

- Expansão do acesso à graduação pela oferta de vagas em diferentes modalidades de ensino com o intuito de contribuir para o aumento das taxas de matrícula;
- Expansão do acesso à pós-graduação *stricto sensu* pela oferta de vagas com o intuito de contribuir para o aumento do número de mestres e doutores e a consequente melhoria da pesquisa no país;
- Melhoria da qualidade da educação superior pelo investimento em: qualificação e profissionalização dos profissionais da educação; inovação pedagógica e curricular; e infraestrutura.

Dessa forma, a partir da contextualização dos desafios da educação para o século XXI e das metas do PNE 2014-2024, é possível discutir o papel da Univille, enquanto Universidade, e seus compromissos com uma formação humanística, científica e profissional perante os desafios do mundo contemporâneo.

3.5.2 Universidade

Inicialmente, é importante que se ratifique a importância da formação humanística, científica e profissional oferecida pela Univille nesses seus 50 anos de existência. Isso permite compreender o conhecimento sempre como possibilidade de discussão e diálogo para a formação inicial, integral e continuada de todos os sujeitos envolvidos nesse processo: estudantes, profissionais da educação, pessoal administrativo e comunidade externa. Como diz Morin (2004, p. 55), “todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana”. Daí a importância de analisar e perceber os movimentos da sociedade e como vêm se configurando nos tempos atuais.

Para tanto é necessário pensar como o conhecimento tem sido tratado nas instituições formadoras, pois a Universidade deve oportunizar aos seus estudantes e profissionais um processo de aprendizagem por meio da relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Tal relação permite que a Universidade se alimente e

retroalimento com os resultados dos conhecimentos gerados por ela mesma e pela comunidade de sua região de abrangência, como forma de se manter sintonizada com essa comunidade e construir um relacionamento colaborativo e relevante com ela.

A posição de Santos (1989) aproxima-se da concepção da Universidade sobre formação:

A concepção humanística das ciências sociais enquanto agente catalisador da progressiva fusão das ciências naturais e ciências sociais coloca a pessoa, enquanto autor e sujeito do mundo, no centro do conhecimento, mas, ao contrário das humanidades tradicionais, coloca o que hoje designamos por natureza no centro da pessoa. Não há natureza humana porque toda a natureza é humana.

Assim, a educação precisa contribuir para a formação integral da pessoa e para a prática de sua cidadania. “Ser cidadão significa ter uma visão crítico-reflexiva, traduzido em prática transformadora da realidade, de forma autônoma, responsável e ética” (FREIRE, 1998). Eis o caráter estratégico da universidade, na medida em que a formação por ela propiciada contribui para o desenvolvimento, pelo estudante, das competências necessárias para sua atuação no contexto social e profissional. A Univille, dessa forma, concebe a educação como uma ação comprometida também com o desenvolvimento de competências:

A competência é o conjunto de aprendizagens sociais e comunicacionais nutridas a montante pela aprendizagem e formação e a jusante pelo sistema de avaliações.[...] competência é um saber agir responsável e que é reconhecido pelos outros. Implica saber como mobilizar, integrar e transferir os conhecimentos, recursos e habilidades, num contexto profissional determinado (FLEURY; FLEURY, 2001).

Possibilitar ao estudante e ao futuro profissional a oportunidade de pensar ambientalmente a sociedade em sua dimensão totalizadora, isto é, o ser humano inserido no meio ambiente, faz com que o uso de seus conhecimentos e habilidades ajude a construir uma sociedade socioambientalmente responsável.

Como instituição comunitária, a Univille percebe a necessidade urgente de promover uma educação com caráter dialógico e integrador, para que as relações estabelecidas entre os atores sociais que a compõem pensem criticamente no seu

papel com base em valores que incluem cidadania, ética e integração, considerando a importância da inovação e da responsabilidade socioambiental.

3.5.3 Concepção filosófica do Curso

O curso, em sua proposta, busca integrar a noção de homem/sociedade, aprofundando as reflexões no seu objeto específico, que é o estudo da linguagem. Com a perspectiva de produzir e aplicar os conhecimentos da área da linguagem, promove discussões e reflexões sobre ética, estética e democracia no contexto educacional e social, reconhecendo a diversidade (especialmente a linguística), que ali se faz presente, como inerente ao humano.

A cultura humana fundamenta-se na linguagem; assim, para a superação de obstáculos no que se refere à interação social, faz-se necessária a ação de profissionais visando à resolução de questões na área. Portanto, o domínio da linguagem em geral e de seus múltiplos recursos expressivos, inclusive os estéticos, deve sustentar os estudos de Letras, na tentativa de rompimento de uma visão tradicional de língua como estrutura (e que, em alguns casos, ainda norteia o trabalho com a linguagem no contexto escolar. Adota-se a concepção de linguagem baseada no princípio ideológico do enunciado como uma produção humana, como um conjunto de produções conceituais coletivas, constantemente perpassadas pelo “dialogismo”. Compreende-se a estrutura da enunciação como puramente social e que a língua varia de acordo com a época e os grupos sociais. Nesse sentido, os estudos da linguagem possibilitam reflexões sobre a ética, a cidadania, a diversidade e o meio ambiente, uma vez que é na e pela linguagem que os sujeitos se constituem como seres sociais. Assim, o uso da língua, como forma de marcar os sujeitos, é investigado em teorias e análises discursivas, com vistas à formação de profissionais que articulem língua e cultura para atuar como professores e pesquisadores e, também, como críticos literários, revisores de textos, roteiristas, secretários, assessores culturais, produtores de materiais destinados a cursos a distância, entre outras atividades.

A principal atividade, contudo, está relacionada à docência da Língua Portuguesa e sua literatura.

3.6 Objetivos do curso

3.6.1 Objetivo geral do curso

Formar profissionais de educação na área de Letras que respondam à realidade social e intervenham nela de forma ética, estética e democrática.

3.6.2 Objetivos específicos do curso

- Propiciar uma formação teórica e prática voltada para o conhecimento das grandes transformações da sociedade, de modo que os profissionais sejam capazes de aplicar conhecimentos e habilidades adquiridos e conduzir investigações para as questões da linguagem, quer relacionadas à comunicação, quer relacionadas ao ensino;
- Proporcionar uma formação humanística, em que a ética, a cidadania e o compromisso com a diversidade, com o meio ambiente e com o ensino e a aprendizagem sejam os parâmetros do seu trabalho;
- Relacionar os conteúdos com a realidade circundante para interferir no contexto social, mediante a proposição e a implementação de alternativas teórico-práticas no seu campo de atuação.
- Propor experiências e atividades no contexto escolar que possibilitem a formação para a docência visando a relação entre teoria e prática.

3.7 Perfil profissional do egresso e campo de atuação

3.7.1 Perfil profissional do egresso

Metas delineadas para o profissional licenciado na Univille:

- Desenvolver compreensão das abordagens e métodos envolvidos na produção e comunicação dos saberes em sua área de conhecimento, incluindo as tecnologias da informação;

- Desempenhar a função de educador, fundamentado em uma formação humanística, em que a ética, a cidadania e o compromisso com a diversidade, com o meio ambiente e com o ensino e a aprendizagem sejam os parâmetros do seu trabalho;

- Interferir no contexto social, mediante a proposição e a implementação de alternativas teórico-práticas no seu campo de atuação e, ao mesmo tempo, pelo envolvimento com a realidade que o cerca, considerando a multidimensionalidade do trabalho pedagógico;

- Planejar, executar e avaliar atividades de ensino, pesquisa e extensão criando condições de inovação em sua área de atuação;

- Apresentar senso crítico perante a realidade sociocultural;

- Perceber-se como profissional da educação (identidade na docência).

Levando em consideração as diretrizes específicas do curso de Letras, o graduado deverá demonstrar domínio ativo e crítico da Língua Portuguesa e da sua literatura, utilizando-se das teorias desse campo de conhecimento, bem como de sua aplicação ao ensino-aprendizagem, e na reflexão sobre a prática pedagógica e a necessária adequação do seu fazer pedagógico, considerando o aluno como centro de todo o processo. Do mesmo modo, deverá demonstrar capacidade de desempenhar o papel de multiplicador ético e comprometido com a formação de leitores, intérpretes e produtores de textos de diferentes gêneros e registros (linguísticos), fomentando o desenvolvimento da cultura, da estética e das relações sociais pela linguagem. O perfil do graduado deverá incluir as seguintes competências e habilidades:

- Compreensão, avaliação e produção de textos de gêneros variados;

- Interpretação de textos de diferentes gêneros e registros linguísticos e explicitação dos processos ou argumentos utilizados para justificar sua análise;

- Descrição e justificativa das peculiaridades fonológicas, morfológicas, lexicais, sintáticas e semânticas do português brasileiro, com especial destaque para variações regionais e socioletais e para as especificidades da norma padrão;

- Domínio de repertório de termos especializados por meio dos quais se pode discutir e transmitir a fundamentação do conhecimento da língua e da literatura;

- Compreensão dos fatos da língua e condução de investigações de língua e linguagem, por intermédio da análise de diferentes teorias, bem como da sua aplicação a problemas de ensino e aprendizagem da língua portuguesa;

- Apreensão crítica de obras literárias, não somente por meio de uma interpretação derivada do contato direto com elas, mas, também, pela mediação de obras de crítica e de teorias literárias;
- Identificação da multiplicidade de discursos presentes no texto literário;
- Contextualização do texto literário;
- Domínio ativo e crítico de um repertório representativo de literatura em língua portuguesa;
- Domínio do conhecimento histórico e teórico necessário para refletir sobre as condições sob as quais a escrita se torna literatura;
- Capacidade de pesquisar e articular informações linguísticas, literárias, culturais e educacionais;
- Capacidade de atuar como professor, pesquisador e consultor, com as diferentes manifestações linguísticas possíveis, sendo usuário, enquanto profissional, da norma padrão;
- Compreensão do processo de aquisição e aprendizagem de língua materna;
- Capacidade de desempenhar papel de multiplicador, formando leitores críticos, intérpretes e produtores de textos de diferentes gêneros e registros linguísticos e fomentando o desenvolvimento de habilidades linguísticas, culturais e estéticas;
- Atitude investigadora que favoreça processo contínuo de construção do conhecimento na área e utilização de novas tecnologias;
- Atitude investigadora que favoreça o processo de continuidade na área didático-pedagógica.

3.7.2 Campo de atuação profissional

O curso de Letras pressupõe um vínculo com o estudo da língua, das literaturas e, também, das manifestações artísticas e culturais. Uma de suas principais tarefas é a formação de professores de ensinos fundamental e médio, mas estende-se ao trabalho com a arte e a cultura.

No que se refere ao profissional de educação em Letras, o magistério é a atividade primeira que pode ser exercida tanto em instituições de educação como em empresas, ONGs e prestadoras de serviços, pois a educação é considerada um

caminho para a melhoria das relações humanas na sociedade pós-moderna e como marco diferencial num mercado competitivo.

As opções de trabalho para os formados em Letras têm aumentado nos últimos anos. Dessa maneira, o curso de Letras visa à formação de profissionais que demandem o domínio da língua estudada e de suas culturas para que atuem como professores e pesquisadores, assim como críticos literários, intérpretes, revisores de textos, roteiristas, secretários, assessores culturais etc.

Outras atividades ganham importância, como a área de editoração e revisão textual, que se apresentam como oportunidades para os formados em Letras.

3.8 Estrutura curricular e conteúdos curriculares

A estrutura e os conteúdos curriculares dos cursos da Univille, de acordo com o Projeto Pedagógico Institucional, têm como principal finalidade materializar as intenções e funções sociais das profissões e, conseqüentemente, dos cursos. Diante de uma sociedade em contínua transformação e das demandas sociais, os currículos devem proporcionar uma formação que permita ao estudante:

- uma visão ampla e contextualizada da realidade social e profissional;
- o desenvolvimento de competências profissionais e humanas;
- o contato com diferentes conteúdos e situações de aprendizagem por meio da flexibilização curricular;
- a construção do pensamento crítico e reflexivo;
- o aprimoramento de uma atitude ética comprometida com o desenvolvimento social;
- o acesso a diferentes abordagens teóricas e a atualizações e inovações no campo de saber do curso;
- o contato com diferentes realidades sociais e profissionais por intermédio da internacionalização curricular.

As intenções curriculares deste Projeto Pedagógico do Curso (PPC), construído coletivamente por professores e estudantes, estão em sintonia com o Projeto Pedagógico Institucional, as diretrizes curriculares nacionais e outras orientações legais.

3.8.1 Matriz curricular

Quadro 3 – Matriz curricular do Curso de Letras – Língua Portuguesa da Univille cadastrada no e-mec no processo de renovação de reconhecimento do curso em 2016)*

Série	Disciplinas	Carga horária (C/h) teórica (h/a)	C/h Práticas vivenciadas	C/h total h/a	C/h total horas	Operacional (h/a)
1. ^a	Língua Inglesa I	116	28	144	120	
	Língua Portuguesa I	116	28	144	120	
	Linguística Geral	58	14	72	60	
	Teoria da Literatura I	58	14	72	60	
	Literatura Brasileira I	58	14	72	60	
	Linguística Aplicada à Língua Estrangeira	58	14	72	60	
	Filosofia	58	14	72	60	
	Metodologia da Pesquisa em Educação	58	14	72	60	
	Total 1.^a série	580	140	720	600	
2. ^a	Língua Portuguesa II	116	28	144	120	
	Linguística Aplicada à Língua Portuguesa I	58	14	72	60	
	Teoria da Literatura II	58	14	72	60	
	Literatura Brasileira II	58	14	72	60	
	Literatura Infantil-juvenil	58	14	72	60	
	Estudos Culturais / Temas Transversais	58	14	72	60	72
	Psicologia da Educação	58	14	72	60	
	História da Educação	58	14	72	60	
	Optativa	58	14	72	60	
	Total 2.^a série	580	140	720	600	72
3. ^a	Língua Portuguesa III	58	14	72	60	
	Filologia Portuguesa	58	14	72	60	
	Estudos Semânticos e Pragmáticos	58	14	72	60	
	Literaturas de Língua Portuguesa	130	14	144	120	
	Linguística Aplicada à Língua Portuguesa II	58	14	72	60	72

	Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa	58	14	72	60	72
	Didática	58	14	72	60	
	Diversidade e Educação Inclusiva	58	14	72	60	
	Subtotal 3.ª série	536	112	648	540	144
	Estágio Curricular Supervisionado			240	200	72
	Total com estágio 3.ª série			888	740	216
4.ª	Língua Portuguesa IV	58	14	72	60	
	Literatura Brasileira III	58	14	72	60	72
	Produção e Revisão Textual	58	14	72	60	72
	Análise de Materiais Didáticos	58	14	72	60	72
	Políticas Públicas e Gestão Escolar	58	14	72	60	
	Libras – Códigos de Comunicação	58	14	72	60	
	Intertextualidade e Estudos Literários	58	14	72	60	72
	Optativa	58	14	72	60	
	Subtotal 4.ª série	464	112	576	480	288
	Estágio Curricular Supervisionado			240	200	72
	Total com estágio 4.ª série			816	680	360
TOTAIS	Subtotais	2.160	504	3.144	2.620	720
	Atividades Complementares (At. Acadêmico-científico-culturais)			240	200	
	GERAL			3.384	2.820	720

Fonte: Coordenação de Letras (setembro de 2015)

3.8.2 Ementas e referencial bibliográfico

A seguir a ementa e a referência básica e complementar de cada disciplina da matriz da matriz em vigor até 2016 e cadastrada no e-mec.

LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA

1.ª série

Língua Inglesa I

Desenvolvimento das habilidades de leitura e de produção de textos do cotidiano no tempo presente, passado e futuro simples. O estudo de Língua Inglesa considerando a abordagem discursivo-textual no processo ensino-aprendizagem.

Bibliografia básica

HARRISON, M. **Oxford practice grammar in use**. OUP, 2006.

MURPHY, R. **Essential grammar in use**. Cambridge: CUP, 2001.

OXEDEN, S. New English file – **Student's book** 1. OUP: Oxford, 2004 428 O98n

OXEDEN, S. New English file – **workbook** 1. OUP: Oxford, 2004 428 N532

Bibliografia complementar

BROWN, D. **Teaching by principles: interaction to language pedagogy**. New Jersey: Prentice Hall, 1995.

DOFF, A. (Ed.) **Cambridge skills for fluency: reading** 1. Great Britain: Cambridge University Press, 1991.

LARSEN-FREEMAN, D. (Org.) **Grammar dimension: book one**. 1. ed. USA: Heinle & Heinle, 1997.

PENGUIN Readers. Levels 1 and 2. Essex: Pearson.

RICHARDS, J. C. **Changes: student book** 1 and **workbook** 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

Língua Portuguesa I

Introdução aos estudos de morfossintaxe da Língua Portuguesa. Formação do léxico e seu papel na sintaxe. Descrição, análise e uso. A morfologia e o texto.

Bibliografia básica

FARACO & MOURA. **Gramática**. São Paulo: Ática, 2000.

FAVERO, L. L. **Coesão e coerência textuais**. São Paulo: Ática, 1991.

GUIMARÃES, E. **A articulação do texto**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2000.

MACAMBIRA, J. R. **A estrutura morfo-sintática do português**: aplicação do estruturalismo linguístico. São Paulo: Pioneira, 2001.

SOUZA e SILVA, M. C. P.; KOCH, I. G. V. **Linguística aplicada ao Português**: morfologia. São Paulo: Cortez, 2002.

Bibliografia complementar

CAMPEDELLI, S. Y.; SOUZA, J. B. **Produção de textos & usos da linguagem**. São Paulo: Saraiva, 1998.

COSTE, D. *et al.* **O texto, leitura e escrita**. Campinas: Pontes, 1988.

FARACO, C. A. **Estrangeirismos**: guerras em torno da língua. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2004.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Para entender o texto**. São Paulo: Ática, 1990.

KEHDI, V. **Morfemas do português**. São Paulo: Ática, 2002.

NUNES, J. H.; PETTER, M. (Orgs.). **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. São Paulo: Humanitas; Pontes, 2002.

PERINI, Mario A. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 2001.

Linguística Geral

A Linguística enquanto ciência. A contribuição de Saussure. Aspectos introdutórios de fonética, fonologia, morfologia e semântica. Modalidades de gramática. Fundamentos psicológicos e sociológicos da linguagem humana.

Bibliografia básica

BAGNO, M. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 28. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____; STUBBS, M.; GAGNÉ, G. **Língua materna**: letramento, variação & ensino. São Paulo: Parábola, 2002.

CÂMARA JR., J. M. **História da linguística**. Tradução de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

CRYSTAL, D. **Dicionário de linguística e fonética**. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MARTIN, R. **Para entender a linguística**: epistemologia elementar de uma disciplina. São Paulo: Parábola, 2003.

ORLANDI, E. P. **O que é linguística**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. 26. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

Bibliografia complementar

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.

CALVET, L.-J. **Sociolinguística**: uma introdução crítica. São Paulo: Parábola, 2002.

DUBOIS, J. *et al.* **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 1993.

FIORIN, J. L. (Org.). **Introdução à linguística**: objetos teóricos. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

LOPES, E. **Fundamentos da linguística contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 1999.

LYONS, J. **Linguagem e linguística**: uma introdução. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. v. 1, 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____; _____. **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos. v. 3. São Paulo: Cortez, 2004.

Teoria da Literatura I

Discussões sobre as especificidades do texto ficcional; teorias da recepção de textos por meio de leituras de obras com temáticas e gêneros diversos.

Bibliografia básica

-
- COMPAGNON, A. **O demônio da teoria** – literatura e senso comum. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

ECO, U. **Sobre a literatura**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FOUCAMBERT, J. **A leitura em questão**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

ISER, W. **O ato da leitura**: por uma teoria do efeito estético. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

- ROGEL, S. (Org.). **Manual de teoria literária**. Petrópolis: Petrópolis, 1996.

Bibliografia complementar

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

EAGLETON, T. **Teoria da literatura: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ECO, U. **Seis passeios pelo bosque da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, R. A. de. **Teoria da literatura**. São Paulo: Ática, 1995.

ZILBERMAN, R. **Estética da recepção e história da literatura**. São Paulo: Ática, 1995.

Literatura Brasileira I

A formação da identidade nacional por intermédio da literatura brasileira e sua inserção cultural investigando diferentes representações literárias por meio de análise e interpretação de textos fundantes.

Bibliografia básica

AUERBACH, E. **Introdução aos estudos literários**. São Paulo: Cultrix, 1972.

BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1979.

_____. **O ser e o tempo na poesia**. São Paulo: Cultrix, 1985.

COUTINHO, A. **Introdução à literatura do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Bibliografia complementar

ALENCAR, J. **Iracema**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bruguera, 1971.

_____. **O Guarani**. 8. ed. São Paulo: Ática, 1979. (Série Bom Livro).

_____. **Ubirajara**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1977. (Série Bom Livro).

CAMINHA, P. V. de. **Carta a el-rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1974.

DURÃO, S. R. **O Caramuru**. Rio de Janeiro: Agir, 1961. (Col. Nossos Clássicos, n.º 11).

VIEIRA, A. Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as da Holanda. In: _____. **Sermões**. Rio de Janeiro: Agir, 1968. (Col. Nossos Clássicos, n.º 11).

Linguística Aplicada à Língua Estrangeira

Teorias de língua e de aprendizagem. Abordagens e métodos do ensino de língua estrangeira. A voz oficial. Pesquisa na área de língua estrangeira.

Bibliografia básica

ALMEIDA FILHO, J. C. P. **Dimensões comunicativas no ensino de línguas**. São Paulo: Pontes, 1993.

FORTKAMP, M. B. M.; TOMITCH, L. M. B. (Orgs.). **Aspectos da linguística aplicada: estudos em homenagem ao Professor Hilário Inácio Bohn**. Florianópolis: Insular, 2000.

MOITA LOPES, I. **Oficina de linguística aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino-aprendizagem de línguas**. São Paulo: Mercado de Letras, 2000.

RICHARDS, J. C.; RODGERS, T. S. **Approaches and methods in language teaching**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

SEIDLHOFER, B. (Ed.). **Controversies in Applied Linguistics**. New York: Oxford University Press, 2003.

WILLIAMS, M.; BURDEN, R. **Psychology for language teachers: a social constructivist approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

Bibliografia complementar

BOHN, H.; VANDERSEN, P. (Orgs.). **Tópicos de linguística aplicada: o ensino de línguas estrangeiras**. Florianópolis: UFSC, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1998.

LIGHTBOWN, P.; SPADA, N. **How languages are learned**. Oxford: Oxford University Press, 1997.

LITTLEWOOD, W. **Foreign and second language learning**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**. Florianópolis, 1998.

STERN, H. H. **Fundamental concepts of language teaching**. Oxford: Oxford University Press, 1983.

STEVIK, E. W. **Teaching and learning languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

Filosofia

Filosofia – conceito e reflexão. Modelos de reflexão filosófica: epistemologia, ética e educação. Filosofia, educação e sociedade.

Bibliografia básica

CHALITA, G. **Vivendo a filosofia**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2007.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003.

MATOS, O. C. **Filosofia: a polifonia da razão**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2001.

ROBINET, J.-F. **O tempo do pensamento**. São Paulo: Paulus, 2004.

RUSSELL, B. **História do pensamento ocidental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

Complementar

CAREL, Havi; GAMEZ, David (Org.). **Filosofia contemporânea em ação**. Porto Alegre: Artmed, 2009 190 F488

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia**. São Paulo: Paulus, 1992 109 R288h

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?**. 3. ed. São Paulo: 34, 2007 101 D348q

Metodologia da Pesquisa em Educação

Normas para a elaboração de trabalhos técnicos e científicos. Fundamentos da Ciência. Tipos de pesquisa. Instrumentos de Pesquisa. Tipos de conhecimento. Leitura, interpretação e redação científica. Ética em Pesquisa. Base de Dados. O Projeto de Pesquisa

Bibliografia básica

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000. 001.42 D383m

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 001.42 G463c

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 001.42 L192f

PEREIRA, P. A. **Que é pesquisa em educação**. São Paulo: Paulus, 2005. 370.7 P436q

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989. 301.018 R524p

Complementar:

ALMEIDA, Julio Gomes; NOQUE, Janete Ribeiro (Org.). **Pesquisa na educação básica: a escola e a produção de conhecimento**. Curitiba: CRV, 2016 370.78 P474

LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação abordagens qualitativas**. 2. Rio de Janeiro E.P.U. 2014 370.78 L944p

POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009 300.72 P474

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003 001.42 V331c

2.ª Série

Língua Portuguesa II

Constituição e organização frasal da língua portuguesa. A sintaxe tradicional e a descrição gerativa. Descrição, análise e uso. A sintaxe e o texto.

Bibliografia básica

AZEREDO, J. C. de. **Fundamentos da gramática do português**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

_____. **Iniciação à sintaxe do português**. 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MIOTO, C. *et al.* **Novo manual de sintaxe**. Florianópolis: Insular, 2004.

NEVES, M. H. de M. **A gramática: história, teoria e análise, ensino**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

_____. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998.

SILVA, M. C. P. de S.; KOCH, I. G. V. **Linguística aplicada ao português: sintaxe**. São Paulo: Cortez, 2000.

GRAMÁTICAS NORMATIVAS DIVERSAS.

Bibliografia complementar

BACCEGA, M. A. **Concordância verbal**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994.

BATISTA, A. A. G. **Aula de português: discurso e saberes escolares**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NEVES, M. H. de M. **Gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação**. 5 CDs. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Gramática: ensino plural**. São Paulo: Cortez, 2003.

VANOYE, F. **Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita**. 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Linguística Aplicada à Língua Portuguesa I

A Linguística Aplicada como ciência. As relações entre língua, ciência e Estado. O ensino da língua materna: concepções de linguagem e orientações oficiais. Noção de gêneros discursivos e tipologias textuais. Reflexões sobre o acesso à escrita. O ato de ler e suas implicações.

Bibliografia básica

BAGNO M. (Org.). **Linguística da norma**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001.

KLEIMAN, A. (Org.). **A formação do professor: perspectivas da linguística aplicada**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

SIGNORINI, I. (Org.). **Gêneros catalisadores: letramento e formação do professor**. São Paulo: Parábola, 2006.

SOLÉ, I. **Estratégias de leitura**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

Bibliografia complementar

CASTRO, S. T. R. de; SILVA, E. R. da (Orgs.). **Formação do profissional docente: contribuições de pesquisas em linguística aplicada**. Taubaté: Cabral, 2006.

GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LOPES, L. P. da M. **Oficina de linguística aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas**. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

SILVA, R. V. M. **Contradições no ensino de português: a língua que se fala X a língua que se ensina**. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, M. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. 17. ed. São Paulo: Ática, 2002.

Teoria da Literatura II

O lugar da crítica e as correntes críticas do século XX e XXI. Análises críticas aplicando as metodologias de pesquisa em literatura.

Bibliografia básica

BAKHTIN, M. **Questões de literatura/estética: a teoria do romance**. São Paulo: Unesp/Hucitec, 1990.

BARTHES, R. *et al.* **Análise estrutural da narrativa**. Petrópolis: Vozes, 1972.

_____. **Crítica e verdade**. São Paulo: Perspectiva, 1970. (Col. Debates, n.º 24).

_____. **O prazer do texto**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

LUKACS, G. **Introdução à estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

PROPP, W. **A morfologia do conto maravilhoso**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

Bibliografia complementar

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____; VOLOCHINOV. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1979.

BARROS, D. L. P.; FIORIN, J. L. (Orgs.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

BENJAMIN, A.; HORCKHEIMER, H. **Os pensadores**. São Paulo: Abril, 1980.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Nacional, 1965.

JAKOBSON, R. *et al.* **Língua, discurso, sociedade**. São Paulo: Global, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, F. **Sobre literatura e arte**. São Paulo: Global, 1979.

Literatura Brasileira II

A disciplina orienta e acompanha a leitura de textos canônicos produzidos no Brasil, na segunda metade dos séculos XIX e XX, em sua trajetória afirmativa.

Bibliografia básica

ANDRADE, O. **Memórias sentimentais de João Miramar**. 3. ed. São Paulo: Globo, 1991.

ASSIS, M. de. **Quincas Borba**. Brasília: INL; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

BARRETO, L. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d.

RODRIGUES, N. **O vestido de noiva**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

ROSA, J. G. **Primeiras estórias**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

Bibliografia complementar

ANUÁRIO DE LITERATURA. Florianópolis: UFSC, n. 4, 1996.

BLOOM, H. **Como e por que ler**. Tradução de José Roberto O'Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

COSTA LIMA, L. **Pensando nos trópicos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

FAORO, R. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. São Paulo: Globo, 2002.

LAFETÁ, J. L. **1930: a crítica e o modernismo**. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

MODRO, N. R. **Poesia brasileira contemporânea**. Jaraguá do Sul: Design, 2007.

MONTEIRO FIGUEIREDO, C. A. de. **O mapa e a trama: ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

Literatura Infantil-juvenil

Estudo do conceito de literatura infantil/juvenil e caracterização desse tipo de texto.

Bibliografia básica

BETTELHEIM, B. **Psicanálise dos contos de fadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

COELHO, N. N. **Literatura infantil – teoria – análise – didática**. São Paulo: Moderna, 2000.

COLOMER, T. **A formação do leitor literário**. Tradução de Laura Sandronis. São Paulo: Global, 2003.

LAJOLO, M.; ZILBERMANN, R. **Literatura infantil brasileira: história e histórias**. São Paulo: Ática, 1994.

MATOS, G. A. **A palavra do contador de histórias**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

OLIVEIRA, I. de (Org.). **O que é qualidade em literatura infantil e juvenil? Com a palavra o escritor**. São Paulo: DCL, 2005.

WALTY, I. L. C. *et al.* **Palavra e imagem: leituras cruzadas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Bibliografia complementar

ARIES, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

COELHO, N. N. **Panorama histórico da literatura infantil/juvenil**. São Paulo: Ática, 1991.

DUARTE, L. C. **Lobato humorista**. A construção do humor nas obras infantis de Monteiro Lobato. São Paulo: Unesp, 2006.

LAJOLO, M. **Literatura: leitores e leitura**. São Paulo: Moderna, 2001.

MIGUEZ, F. **Nas arte-manhas do imaginário infantil**. Rio de Janeiro: Zeus, 2000.

WARNER, M. **Da fera à loira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ZILBERMANN, R. **Como e por que ler a literatura infantil brasileira?** Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

Estudos Culturais – Temas Transversais

Pesquisa, análise e discussão de produção cultural para percepção da ação da mídia sobre a compreensão da realidade contemporânea.

Bibliografia básica

BARTHES, R. **O rumor da língua**. 2. ed. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**. Volume I: magia e técnica, arte e política. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BURKE, P. **Linguagem, sociedade e indivíduo**. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

CEVASCO, M. E. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Editempo, 2003.

CONNOR, S. **Cultura pós-moderna**. 4. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2000.

DERRIDA, J. **A escritura e a diferença**. Tradução de Maria Beatriz Marques Nizza e Silva. São Paulo: Perspectiva, 1971.

ECO, U. **Sobre os espelhos e outros ensaios**. 2. ed. Tradução de Beatriz Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

HENRIQUES, C. C.; PEREIRA, M. T. G. (Orgs.). **Língua e transdisciplinaridade: rumos, conexões, sentidos**. São Paulo: Contexto, 2002.

Bibliografia complementar

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BURKE, P. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 6. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

JAMESON, F. **Pós-modernismo – a lógica cultural do capitalismo tardio**. Tradução de Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Ática, 2000.

ORLANDI, E. P. *et al.* **Leitura: perspectivas interdisciplinares**. São Paulo: Ática, 2004.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação**. São Paulo: Cortez, 1996.

Psicologia da Educação

Psicologia da educação. Psicologia do desenvolvimento e aspectos cognitivo, socioafetivo e motor. Teorias da aprendizagem. As relações humanas no processo ativo da aprendizagem. Problemas atuais da aprendizagem.

Bibliografia básica

FADIMAN, J.; FRAGER, R. **Teorias da personalidade**. São Paulo: Harbra, 1992.
MENESTRINA, T.; MENESTRINA, E. **Auto-realização e qualidade docente**. Porto Alegre: Est, 1996.

VYGOTSKY, L. S.; LÚRIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Teone, 1991.

Complementar:

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. **Psicologia escolar e educacional: história, compromissos e perspectivas**. *Psicol. Esc. Educ.* (Impr.) Campinas, v.12, n.2, dec. 2009

LEONT'EV, Aleksei Nikolaevich et al. **Psicologia e pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento**. São Paulo: Centauro, 2014

MOYSÈS, Maria Aparecida Affonso. **A medicalização na educação infantil e no ensino fundamental e as políticas de formação docente**. Disponível em http://31reuniao.anped.org.br/4sessao_especial/se%20-%2012%20-%20maria%20aparecida%20affonso%20moyses%20-%20participante.pdf
372.21 M938m FOL

MAHONEY, Abigail Alvarenga; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de (Org.). **Henri Wallon: psicologia e educação**. São Paulo, SP: Loyola, 2005 370.15 H518

História da Educação

A educação como processo de humanização. Principais movimentos educacionais. Tendências e perspectivas da educação contemporânea. Contribuição dos principais intelectuais na formação do educador.

Bibliografia básica

ARANHA, M. L. de A. **História da educação**. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Moderna, 1996.

GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas** – série educação. São Paulo: Ática, 1997.

MANACORDA, M. A. **História da educação da Antiguidade aos nossos dias**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MARROU, H.-I. **História da educação na Antiguidade**. São Paulo: EPU/Edusp, 1973.

Complementar:

GONÇALVES, Diana e HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (orgs.). **Brasil 500 Anos: tópicos em história da educação**. São Paulo: EDUSP, 2003. 370.981 B823

MONTEIRO, A. **Reis. História da educação**. Uma perspectiva. Porto: Porto, 2005 370.9 M778h

VASCONCELOS, Maria Lucia M. Carvalho (Org.). **Educação e história da cultura: fronteiras**. São Paulo: Mackenzie, 2002. 306.43 E24

Optativa

O aluno selecionará uma disciplina dos cursos de licenciatura da Univille.

3.ª série**Língua Portuguesa III**

O desenvolvimento das habilidades de construção de sentido em língua portuguesa. Recepção e produção textual, considerando os gêneros do discurso. Análise do discurso: as linhas francesa, americana e brasileira.

Bibliografia básica

BATISTA, A. A. G. **Aula de português: discurso e saberes escolares**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BRANDÃO, H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

DIONÍDIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). **Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

KOCH, I. G. V. **A coesão textual**. São Paulo :Contexto, 1989.

ORLANDI, E. **A linguagem e seu funcionamento**. Campinas: Pontes, 1996.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2000.

Bibliografia complementar

KOCH, I. V. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 1992.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes; Editora da Unicamp, 1997.

MUSSALIM, F. Análise do discurso. *In*: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001.

Filologia Portuguesa

O papel dos fatores linguísticos e extralinguísticos na dialeção do latim vulgar e na conseqüente formação das línguas românicas. Estudo de mudanças fônicas, morfológicas, sintáticas e semânticas do latim vulgar ao português atual. Correlação entre variação e mudança em processos recentes ou em andamento no português do Brasil.

Bibliografia básica

CÂMARA JR., J. M. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

COUTINHO, I. de L. **Pontos de gramática histórica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1999.

FURLAN, O. A. **Língua e literatura latina e sua derivação portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 2006.

ILARI, R. **Linguística românica**. São Paulo: Ática, 1992.

MATTOS E SILVA, R. V. **O português arcaico**. São Paulo: Contexto, 2001. 2v.

Bibliografia complementar

BAGNO, M. **A língua de Eulália: novela sociolinguística**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

FONSECA, F. I. P. da. **Noções de história da língua portuguesa**. Lisboa: Clássica, s.d.

IDA, M. S. A. **Gramática histórica da língua portuguesa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971.

NUNES, J. H.; PETTER, M. (Orgs.). **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. São Paulo: Humanitas; Pontes, 2002.

SILVA NETO, S. da. **História da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1970.

VALENTE, A. **A linguagem nossa de cada dia**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

Estudos Semânticos e Pragmáticos

Noções básicas de semântica: sentido e referência; a natureza do significado, a noção de verdade e sua relação com o significado; a noção de modelo de mundos possíveis. A significação das palavras: sinonímia, antonímia, polissemia, ambiguidade, contradição, redundância, pressuposição. Princípios de análise. Recepção e produção textual.

Bibliografia básica

FIORIN, J. L. A linguagem em uso. *In*: _____ (Org.). **Introdução à linguística: princípios de análise**. v. II. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. Pragmática. *In*: _____ (Org.). **Introdução à linguística: princípios de análise**. v. II. São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, I. V. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOURA, H. **Significação e contexto** – uma introdução a questões de semântica e pragmática. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2000.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** Campinas: Pontes, 2000.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação.** 5CDs. São Paulo: Cortez, 2000.

Bibliografia complementar

DUCROT, O. **Princípios de semântica linguística.** São Paulo: Cultrix, 1977.

MARQUES, M. H. D. **Iniciação à semântica.** 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

OLIVEIRA, R. P. Semântica. *In*: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras.** v. 2. São Paulo: Cortez, 2001.

PINTO, J. P. Pragmática. *In*: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras.** v. 2. São Paulo: Cortez, 2001.

Literaturas de Língua Portuguesa

Cânones da literatura portuguesa. Estudos das principais características e vertentes.

Autores contemporâneos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Bibliografia básica

CEREJA, W. R.; MAGALHAES, T. A. C. **Panorama da literatura portuguesa.** São Paulo: Atual, 1991.

MOISÉS, M. **O conto português.** 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1981.

NICOLA, J. de. **Literatura portuguesa: das origens aos nossos dias.** 7. ed. São Paulo: Scipione, 2000.

SARAIVA, A. J. **Iniciação à literatura portuguesa.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Bibliografia complementar

MOISÉS, M. **A literatura portuguesa.** São Paulo: Cultrix, 1973.

_____. **Dicionário de termos literários.** São Paulo: Cultrix, 1974.

PESSOA, F.; ZENITH, R. **Livro do desassossego.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SARAIVA, A. J.; LOPES, O. **História da literatura portuguesa.** 11. ed. Porto: Porto,

1955.

SARAMAGO, J. **Que farei com este livro?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

VIEIRA, N. H. **Brasil e Portugal** – a imagem recíproca (o mito e a realidade na expressão literária). Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991.

Linguística Aplicada à Língua Portuguesa II

As pesquisas em Linguística Aplicada ao Ensino da Língua Portuguesa. Análise de livro didático. Práticas do professor.

Bibliografia básica

CASTRO, S. T. R. de; SILVA, E. R. da (Orgs.). **Formação do profissional docente:** contribuições de pesquisas em linguística aplicada. Taubaté: Cabral, 2006.

LOPES, L. P. da M. **Oficina de linguística aplicada:** a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros:** teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005.

SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. C. (Org.). **Linguística aplicada e transdisciplinaridade.** Campinas: Mercado de Letras, 1998.

Bibliografia complementar

BAGNO, M. (Org.). **Linguística da norma.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GERALDI, J. W. (Org.). **O texto na sala de aula:** leitura e produção. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.

SIGNORINI, I. (Org.). **Gêneros catalisadores:** letramento e formação do professor. São Paulo: Parábola, 2006.

_____; CAVALCANTI, M. C. (Orgs.). **Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento.** Campinas: Mercado de Letras, 2001.

Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa

Políticas oficiais. Concepções de linguagem e de ensino de língua e literatura. Métodos e estratégias para o desenvolvimento das habilidades no uso da língua. Planejamento de ensino e planos de aula. Avaliação.

Bibliografia básica

BATISTA, A. A. G. **Aula de português: discurso e saberes escolares.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KLEIMAN, A. **Oficina de leitura: teoria e prática.** 10. ed. Campinas: Pontes, 2004.

MATÊNCIO, M. de L. M. **Leitura, produção de textos e a escola: reflexões sobre o processo de letramento.** Campinas: Mercado de Letras, 2002.

ORLANDI, E. P. *et al.* **Leitura: perspectivas interdisciplinares.** São Paulo: Ática, 2004.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina.** Florianópolis: Cogen, 1998.

SILVA, R. V. M. **Contradições no ensino de português: a língua que se fala X a língua que se ensina.** São Paulo: Contexto, 2003.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

Bibliografia complementar

FAVERO, L. L. *et al.* **Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna.** São Paulo: Cortez, 2000.

HENRIQUES, C. C.; PEREIRA, M. T. G. (Orgs.). **Língua e transdisciplinaridade: rumos, conexões, sentidos.** São Paulo: Contexto, 2002.

KLEIMAN, A. **Leitura: ensino e pesquisa.** Campinas: Pontes, 1989.

OLSON, D. R.; TORRANCE, N. **Cultura, escrita e oralidade.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola.** Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil, 2004.

VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. H. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** 7. ed. São Paulo: Ícone, 2001.

Didática

Educação e didática. A multidimensionalidade do processo educativo. A organização do trabalho pedagógico: natureza e especificidades. A relação pedagógica e a dinâmica da triangulação: professor/aluno/conhecimento. Estudo de Propostas Curriculares da Educação Básica, Conceitos e Conteúdos Articulados. O

planejamento do processo da prática pedagógica crítica. Aspectos didáticos no uso das novas tecnologias. Vivência de processos de ensino e de aprendizagem no cotidiano escolar.

Bibliografia básica

FÁVERO, M. de L. A. **Conhecimento educacional e formação do professor**. Campinas: Papyrus, 1999.

FREITAS, L. C. de. **Crítica da organização pedagógica e da didática**. Campinas: Papyrus, 1995.

MOREIRA, A. F.; TOMAZ, T. (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

OLIVEIRA, M. R. N. S. **A reconstrução da didática**: elementos teórico-metodológicos. Campinas: Papyrus, 1993.

SAVIANI, N. **Saber escolar, currículo e didática**: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. São Paulo: Autores Associados, 2003.

Complementar:

GOODSON, Ivor. **O currículo em Mudança**. Estudos na construção Social do Currículo. Porto: Porto, 2001 375 G655c

LOPES, Antônio Osimas. **Repensando a Didática**. Campinas: Papyrus, 2000 371.3 R425

MEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que planejar?** Como planejar? Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 371.207 M541p

MERCADO, Luiz Leopoldo (org.) **Novas Tecnologias na Educação**. Alagoas: EDUFAL, 2002 371.334 N936

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998. 371.3 Z12p

Diversidade e educação inclusiva

Conceituação, legislação, documentos. Pressupostos filosóficos e pedagógicos. Políticas de inclusão. Racismo, preconceito e discriminação. Educação especial. Atitude e técnicas quanto a práticas pedagógicas inclusivas.

Bibliografia básica

BRASIL. Ministério da Educação. **Direito à educação**: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais. Orientações gerais e marcos legais. Brasília, 2004.

FONSECA, V. da. **Libertar as inteligências**: exclusão escolar como processo de exclusão social. São Paulo: Salesiana, 2002.

GOES, M. C. R. de; LAPLANG, A. L. F. de (Orgs.). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. Campinas: Autores Associados, 2004. (Coleção Educação Contemporânea).

MITTLER. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

Complementar:

BARRETO, M^a Angela de Oliveira Champion e BARRETO, Flávia de Oliveira Champion. **Educação Inclusiva**. São Paulo: Érica, 2014.

PERRENOUD, Philippe. **10 novas competências para ensinar**: convite à viagem. Porto Alegre: ArtMed, 2001

VENERA, Raquel Alvarenga Sena; CAMPOS, Rosânia (Org.). **Abordagens teórico-metodológicas**: primeiras aproximações. Joinville, SC: UNIVILLE, 2013

Base Nacional Curricular Comum. In: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCCpublicacao.pdf>

COLL C.; MARCHESI A.; PALACIOS J. **Desenvolvimento psicológico e educação**: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Porto Alegre: Artmed, 2004. p.172.

KRONBAUER, Selenir C. G.; STRÖHER, Marga Janete. **Educar para a convivência na diversidade**: desafio à formação de professores. São Paulo: Paulinas, 2009.

Estágio Curricular Supervisionado de Língua Portuguesa

Atividades práticas ligadas ao ensino de língua portuguesa. Inserção do aluno no espaço educacional.

Bibliografia básica

BERNARDO, G. **Educação pelo argumento**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

BONINI, L. M. de M.; PRADOS, R. M. N. (Orgs.). **A teia do saber**: um novo olhar sobre a formação do professor. Mogi das Cruzes: Oriom, 2004.

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SILVA, M. da. **Como se ensina e como se aprende a ser professor: a evidência do *habitus* professoral e da natureza prática da didática**. Bauru: Edusc, 2003.

ZABALA, A. **A prática educativa**. Como ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

Bibliografia complementar

ABRAMOVICH, F. **Quem educa quem?** São Paulo: Summus, 1985.

FELDMAN, D. **Ajudar a ensinar: relações entre didática e ensino**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

LARA, W. **Relações do ensinar**. São Paulo: Paulus, 2004.

LEITE, L. C. M.; BRANDÃO, H. H. N.; MICHELETTI, G. (Coords.). **Aprender e ensinar com textos didáticos e paradidáticos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TARDELLI, M. C. **O ensino da língua materna: interações em sala de aula**. São Paulo: Cortez, 2002.

4.ª série

Língua Portuguesa IV

Fonética e introdução à fonologia da língua portuguesa. Descrição, análise e uso. Ortoépia e prosódia. Aplicação da fonética e da fonologia no estudo de línguas.

Bibliografia básica

CAGLIARI, L. C. **Análise fonológica: introdução à teoria e à prática**. Campinas: Editora do Autor, 2002.

HENRIQUES, C. C. **Fonética, fonologia e ortografia: estudos fono-ortográficos do português**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SILVA, Thais Cristófar. **Fonética e fonologia do português**. São Paulo: Contexto, 1999.

Bibliografia complementar

BAGNO, M. **A língua de Eulália: novela sociolinguística**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

BECHARA, E. **Ensino da gramática: Opressão? Liberdade?** 11. ed. São Paulo: Ática, 2003.

CRYSTAL, D. **Dicionário de linguística e fonética.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Literatura Brasileira III

Leitura e discussão de obras canônicas da literatura brasileira. Leitura comparativa de diversos discursos narrativos e poéticos contemporâneos.

Bibliografia básica

ANDRADE, Oswald de. **Memórias Sentimentais de João Miramar.** São Paulo: Globo, 1991.

ASSIS, Machado de. **Quincas Borba.** Brasília: INL/Civilização Brasileira, 1997.

AZEVEDO, Aluísio de. **O Cortiço.** São Paulo: círculo do Livro, 1980.

BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma.** Rio de Janeiro: Edição de Ouro, 1983.

LINS DO REGO, José. **Fogo Morto.** 15ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

LISPECTOR, Clarice. **A paixão segundo GH.** Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1974.

RODRIGUES, Nelson. **O vestido de noiva.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

ROSA, João Guimarães. **Primeiras estórias.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1975.

Bibliografia complementar

BATALHA, M. C. Nelson Rodrigues ou o avesso da moda. **Revista Matraca**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 55-60, mar. 1977.

BOSI, A. **Machado de Assis: o enigma do olhar.** São Paulo: Ática, 1999.

GUIDARINI, M. **Nelson Rodrigues: flor de obsessão.** Florianópolis: UFSC, 1990.

GUINSBURG, J.; BARBOSA, A. M. (Org.). **O pós-modernismo.** São Paulo: Perspectiva, 2005.

KOTHE, F. R. **O cânone colonial.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

PEIXOTO, F. **O que é teatro.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RIBEIRO, G. P. O alegórico em Guimarães Rosa. *In*: COUTINHO, C. N. *et al.* **Realismo & anti-realismo na literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

ROSENFELD, A. **Letras e leituras**. São Paulo: Perspectiva; Edusp; Unicamp, 1994.

_____. Reflexões sobre o romance moderno. *In*: _____. **Texto/contexto**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1985. (Debates, v. 7).

SANTOS, W. **A construção do romance em Guimarães Rosa**. São Paulo: Ática, 1978. (Série Ensaio 48).

SCHEFFEL, M. V. **Do registro diário à criação**: em Lima Barreto. Joinville: Editora Letradágua, 2007.

SCHWARZ, R. **A sereia e o desconfiado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

Produção e Revisão Textual

Produção textual de gêneros diversos. Procedimentos de reescrita. Prática de análise linguística de textos impressos e de textos de alunos. Adequação do texto às diferentes condições de produção e aos diferentes modos de registro. Aplicação de conceitos gramaticais à revisão textual.

Bibliografia básica

BAGNO, M. (Org.). **Norma linguística**. São Paulo: Loyola, 2001.

FARACO, C. A.; TEZZA, C. **Oficina de texto**. Petrópolis: Vozes, 2003.

KOCH, I. V. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____; TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SIGNORINI, I. (Org.). **Investigando a relação oral/escrito e as idéias do letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 2001. (Coleção Idéias sobre Linguagem).

Bibliografia complementar

CUNHA, A. F.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.). **Linguística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ILARI, R. **A linguística e o ensino da língua portuguesa**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PEZATTI, E. G. O funcionalismo em linguística. *In*: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. v. 3. São Paulo: Cortez, 2004.

Análise de Materiais Didáticos

A prática docente e os desafios educacionais. Pesquisa de recursos educacionais. Planejamento da ação didática. Confeção de materiais didáticos. O professor e a qualidade do ensino.

Bibliografia básica

DIONISIO, A. P.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). **O livro didático de português: múltiplos olhares**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

PERRENAUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SCARPATO, M. (Org.). **Os procedimentos de ensino fazem a aula acontecer**. São Paulo: Avercamp, 2007.

SILVA, M. K. **O lúdico na formação humana**. 2002. 70 p. Dissertação (Mestrado)– Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2002.

VALENTE, A. (Org.). **Aulas de português: perspectivas inovadoras**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

Bibliografia complementar

BROUGÈRE, G. **Brinquedos e companhia**. São Paulo: Cortez, 2004.

CRUZ, B. P. da. A contribuição do lúdico na produção textual. **Iniciação Revista de Divulgação Científica da Universidade do Contestado**, Caçador, v. 12, n. 1, p. 7-17, jun. 2003.

DÍAZ BORDENAVE, J. E.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

HUZINGA, J. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

LIBÂNIO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1991.

RAUSCHKOLB, E. C.; SCHEIFLER, N. L. K. Lúdico – um mundo de conhecimento e satisfação para o desenvolvimento das inteligências múltiplas. **Iniciação**, Mafra, v. 6, n. 2, p. 149-153, jul./dez. 1997.

SOUZA, O. S. H. de. A valorização dos recursos didáticos inovadores na construção do conhecimento das pessoas com necessidades educativas especiais. **Reflexão e ação**, Santa Cruz do Sul, v. 6, n. 2, p. 23-32, jul.-dez. 1998.

Políticas Públicas e Gestão Escolar

A história da organização escolar brasileira. A educação básica no sistema educacional brasileiro. Estrutura Política e Organização do Ensino: Função Social da Escola. O modelo social brasileiro e as diretrizes de ensino (currículo e legislação). Os problemas da escola do Brasil e sua vinculação com o contexto da educação brasileira. Legislação (federal, estadual, municipal).

Bibliografia básica

APPLE, M.; BEAN, J. **Escolas democráticas**. São Paulo: Cortez, 1997.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Orgs.). **Autonomia da escola: princípios e preposições**. São Paulo: Cortez, 1997.

GIMENO, J. P. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

PÉREZ GÓMEZ, A. I. **A cultura escolar na sociedade neoliberal**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

Complementar:

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **A educação como política pública**. Campinas / SP: Autores Associados, 2004.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 1998.

FERNANDES, Reinaldo, et al (organizadores). **Políticas públicas educacionais e desempenho escolar dos alunos da rede pública de ensino**. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/produtos/download/aep_fep/chamada_publica_FEP0410_Políticas_Publicas_BNDE_S.pdf

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular. Florianópolis, 2014. Disponível em: <http://www.propostacurricular.sed.sc.gov.br/site/>

Libras – Códigos de Comunicação

Linguagem e aprendizagem. Língua, sociedade e cidadania. Processos de comunicação e recursos mediadores para a educação especial: Libras, Braile, comunicação alternativa e tecnologia assistiva.

Bibliografia básica

MANTOAN, M. T. E. O direito de ser, sendo diferente, na escola. **Revista de Estudos Jurídicos**, Brasília, n. 26, jul.-set. 2004.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. **Língua de Sinais Brasileira** – estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SILVA, Ângela Carramcho da; NEMBRI, Armando Guimarães. **Ouvindo o silêncio: educação, linguagem e surdez**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis. Editora UFSC. 2008.

Complementar:

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walquiria Duarte. Novo Deit - **Libras** : dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira baseado em linguística e neurociências cognitivas, volume I. São Paulo: EUSP, 2008.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walquiria Duarte. Novo Deit - **Libras** : dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira baseado em linguística e neurociências cognitivas, volume II. São Paulo: EUSP, 2008.

FELIPE, Tanya Amara. **Libras em contexto: curso básico**: livro do estudante. 8. ed. Distrito Federal: WalPrint Gráfica e Editora, 2007

OPTATIVA

O aluno selecionará uma disciplina dos cursos de licenciatura da Univille.

Estágio Curricular Supervisionado de Língua Portuguesa

Articular as técnicas de aprendizagem em sala de aula para o ensino de língua com as concepções de linguagem, compreendendo o que vem a ser a prática docente e os elementos do processo ensino-aprendizagem.

Bibliografia básica

BARREIRO, I. M. de F.; GEBRAN, R. A. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2007.

BATISTA, A. A. **Aula de português**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PIMENTA, S. G. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina**. Florianópolis: Cogen, 1998.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

Bibliografia complementar

BERNARDO, G. **Educação pelo argumento**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

PERRENOUD, P.; SCHILLING, C. **A prática reflexiva no ofício do professor: profissionalização e razão pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SOARES, M. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. 15. ed. São Paulo: Ática, 2002.

SUASSUNA, L. **Ensino de língua portuguesa: uma abordagem pragmática**. Campinas: Papyrus, 1995.

TARDIFF, M. **Saberes docentes & formação profissional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

VALENTE, A. (Org.). **Aulas de português: perspectivas inovadoras**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZABALA, M. A. Teorias pedagógicas anarquistas. **Educativa**, Goiânia, v. 7, n. 1, p. 123-146, jun. 2004.

a) Trabalho de conclusão do estágio

O componente curricular Trabalho de conclusão do curso (TCC) é regido pelas resoluções vigentes na Univille e por dispositivos legais relativos ao tema, bem como por meio de um regulamento que integra o PPC. O regulamento elaborado e aprovado pelo Cepe regulamenta a forma de orientação e avaliação dos estudantes por docentes da Univille e a forma de socialização dos resultados dos trabalhos.

O Regulamento interno atende à Resolução do Cepe que define as diretrizes gerais para a regulamentação dos trabalhos de conclusão de curso para todos os cursos de graduação da Univille.

Por se tratar de um curso de licenciatura, o trabalho de conclusão recebe o nome de Trabalho de Conclusão de Estágio (doravante TCE), documento que reúne todas as informações do estágio realizado pelo acadêmico. Considerando que o estágio se desenvolve em dois períodos letivos distintos, ao final de cada período é solicitado um trabalho que apresente uma análise reflexiva, fundamentada teoricamente, sobre suas vivências e experiências no campo de estágio e na sala de aula.

A elaboração do TCE é de responsabilidade de cada estagiário, no qual constam suas reflexões feitas com base em suas atividades individuais e discutidas em seminários. Deve apresentar a descrição do campo de estágio, o relato e a análise das observações das aulas assistidas e das atividades de participação. Também deve ser apresentado o projeto de regência que é aplicado no ECS II. No final de cada etapa do ECS (I e II), o estudante deve apresentar em seminário seu projeto de ensino e os resultados de sua aplicação, além de documentar toda a sua experiência no Trabalho de Conclusão de Estágio (TCE). Nessas apresentações o estagiário deve evidenciar suas reflexões sobre a sua própria prática pedagógica, com base no referencial teórico do seu projeto.

b) Atividades complementares

As atividades complementares integram a parte flexível do currículo e devem estar relacionadas com a área de formação. O seu cumprimento é indispensável para a integralização do curso e a obtenção do título.

O caráter das atividades complementares é a flexibilização dos currículos, de forma a incentivar o discente a expandir sua formação e ampliar o nível do conhecimento, favorecendo sua integração com o meio social.

A carga horária das atividades complementares não incluiu a carga horária prevista para o Estágio Curricular Supervisionado, bem como a carga horária ministrada nas disciplinas previstas na matriz curricular do curso. A carga horária de

atividades complementares a ser integralizada pelo acadêmico está determinada neste PPC e atende às disposições legais pertinentes. Todas as atividades consideradas como complementares devem ser obrigatoriamente comprovadas por declarações ou certificações.

As atividades complementares são regidas por resoluções vigentes na Univille, dispositivos legais relativos ao tema e por regulamento que segue anexo.

Nas Licenciaturas, este componente se denomina Atividades Acadêmico Científico Culturais e integram a parte flexível do currículo, devendo estar relacionadas com a área de formação. O seu cumprimento é indispensável para a integralização do curso e a obtenção do título. O caráter destas atividades é a flexibilização dos currículos, de forma a incentivar o discente a expandir sua formação e ampliar o nível do conhecimento, favorecendo sua integração com o meio social. A carga horária deste componente não incluiu a carga horária prevista para o ECS, ou para as disciplinas previstas na matriz curricular do curso. Tais atividades compõem o currículo e atendem ao previsto nas DCN dos cursos de licenciaturas. No caso de Letras o acadêmico precisa cumprir um total de 200 horas ou 240 horas/aula.

Essas atividades promovem a articulação entre o ensino de graduação, a pesquisa e a extensão, possibilitando a formação humanística e profissional desencadeadora da cidadania, da integração social, da inovação e da responsabilidade ambiental como alicerce de uma sociedade sustentável. As atividades são regidas por uma norma geral da instituição (Resolução 04/08/CEPE) e por meio do regulamento construído em concordância com todas as licenciaturas da Univille, aprovado pelo Parecer 019/15 (CEPE em 19/02/2015). Alguns itens deste regulamento são apresentados na sequência:

Artigo 5.º Para os cursos de ciências humanas e biológicas, as atividades acadêmico-científico-culturais estão divididas em três categorias:

- I) Atividades complementares de ensino;
- II) Atividades complementares de pesquisa;
- III) Atividades complementares de extensão.

Artigo 6.º As atividades que podem ser cumpridas pelos acadêmicos em cada categoria são:

Atividades Complementares de Ensino:

Assistência, comprovada, de defesas de dissertações de mestrado

Assistência, comprovada, de defesas de TCC / TCE
Assistência, comprovada, de defesas de teses de doutorado
Estágio não obrigatório na área
Monitoria acadêmica
Monitoria em atividades culturais
Programas de incentivo à docência
Viagem de estudos e visitas técnicas
Atividades Complementares de Pesquisa:
Atividade Voluntária em Projeto de Pesquisa
Bolsista em Projeto de Pesquisa de Professor
Participação em projetos de Iniciação à Pesquisa
Publicação de artigos em revistas
Publicação de capítulo de livro
Publicação de livro na área de formação
Publicação de trabalhos em anais de eventos científicos
Atividades Complementares de Extensão:
Assistência de palestras isoladas
Atividade Profissional na Área Fim
Atividade Voluntária em Projeto de Extensão
Bolsa de Trabalho
Bolsa de Trabalho (área afim)
Bolsista Art 170 Extensão
Cursos EaD na área de formação
Cursos de Idiomas cujas disciplinas não constarem na matriz curricular
Cursos de Informática
Cursos ministrados na área de formação
Cursos presenciais na área de formação
Disciplinas extracurriculares de graduação
Participação em Eventos Científicos
Exposição de trabalhos e materiais didáticos relacionados à área de formação
Participação em programas e projetos de Extensão
Participação na organização de eventos na Área
Palestras ministradas
Participação em Atividades Culturais

Participação em Exposições como artista

Participação em programas de mobilidade internacional com comprovação de aproveitamento de estudos

Participação em programas de mobilidade nacional com comprovação de aproveitamento de estudos

Representação em competições

Representação esportiva institucional

Representação estudantil

Semanas Acadêmicas de Cursos da Instituição

Artigo 7.º Para que haja equilíbrio em relação às experiências e vivências dos acadêmicos, por meio das atividades acadêmico-científico-culturais, ficam estabelecidos os seguintes percentuais:

II) Cursos com exigência de 200 horas de atividades acadêmico-científico-culturais:

- Atividades complementares de ensino: 20% da carga horária total (40 horas);
- Atividades complementares de pesquisa: 17% da carga horária total (35 horas);
- Atividades complementares de extensão: 63% da carga horária total (125 horas).

§ 1.º As atividades acadêmico-científico-culturais devem, de preferência, ser realizadas ao longo do curso.

§ 2.º As horas de atividades acadêmico-científico-culturais cumpridas devem ser comprovadas por meio de documentos como: declarações, certificados, atestados, entre outros. As cópias desses documentos devem ser protocoladas nas secretarias dos cursos para convalidação e registro.

§ 3.º A convalidação dessas horas deve ser feita pela coordenador e/ou coordenação de cada curso ou por professor indicado pela referida coordenador e/ou coordenação.

§ 4.º O registro dessas horas é feito pela secretaria dos cursos e encaminhado à Central de Atendimento Acadêmico para constar no histórico escolar de cada acadêmico.

Com relação à participação em eventos científico-acadêmicos, o aluno poderá cumprir a carga prevista em eventos promovidos pela própria

universidade/curso ou por outras instituições, desde que pertinentes à sua formação. Na Univille o aluno tem a oportunidade de participar dos seguintes eventos:

b) Colóquio das Licenciaturas (Clic), planejado pelas licenciaturas, objetiva integrar os acadêmicos e envolvê-los em discussões, com base inter e transdisciplinar, que permitam a reflexão sobre o processo educativo e a identidade docente. Há a socialização de metodologias de ensino-aprendizagem por meio de oficinas, palestras e mesas-redondas. A partir de 2018 será realizado a cada 2 anos, sempre no início do 2º semestre;

c) Salve o Cinema e o Encontro PROLER Joinville e Seminário de Pesquisa em Linguagens, Leitura e Cultura, ligados ao Programa de Incentivo à Leitura (Proler), programa de extensão ligado ao curso de Letras. O primeiro caracteriza-se por sessões de exibição de filmes cult e posterior discussão dirigida para a linguagem do cinema e mediada por um especialista/cinéfilo convidado, abrangendo diferentes temáticas. O segundo ocorre anualmente e envolve também o público externo, com a participação efetiva de ex-alunos do curso. Objetiva abrir espaço para discussões em torno do incentivo à leitura;

d) Abril Mundo, promovido pelo Programa de Literatura Infantil Juvenil (Prolij), também ligado ao curso, no qual são divulgadas ações que valorizem a promoção, a crítica e a circulação da literatura infantil e juvenil na região;

e) Semana Univille de Ciência, Sociedade e Tecnologia e (SUCST), evento de socialização de resultados de projetos de pesquisa, de extensão e relatos de experiências de ensino;

f) Sarau de Letras, com apresentação de produções artísticas de autoria dos estudantes do curso e, também, de outros cursos;

g) Semana de Letras, que se constitui com palestras, seminários, oficinas e sessões de comunicações, nas quais os estudantes podem fazer o relato de pesquisas desenvolvidas no âmbito das disciplinas ou nos projetos de pesquisa e extensão nos quais se encontram ligados;

h) Simpósio Edupaz que ocorre no segundo semestre do ano promovido e objetiva discutir temáticas abordadas durante as atividades extensionistas;

i) Palestras e encontros promovidos pelos mestrados da instituição ao longo do ano, para os quais os estudantes são convidados.

A participação em atividades de extensão e pesquisa é integrada à formação do futuro profissional e articulada aos programas e projetos vinculados ao Curso de Letras (Proler, Prolij, Edupaz), às licenciaturas (PROESDE) ou a outros cursos.

O acadêmico tem autonomia para escolher entre desenvolver pesquisa, extensão, monitoria ou representação.

O envolvimento político e social do acadêmico é reconhecido quando este participa como representante de turma, das instâncias de representação estudantil e dos Conselhos da Universidade. Também são convalidadas as participações no coral e/ou no teatro e em eventos que objetivam a divulgação do curso, como acontece na Semana da Comunidade/ Feira de Profissões nas escolas da cidade.

c) Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado (ECS) compreende as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e de trabalho em seu meio, sendo realizado na comunidade em geral ou junto de pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da instituição de ensino – Univille.

As atividades a serem desenvolvidas pelo estudante no campo de estágio deverão ser pertinentes aos objetivos do curso e ao perfil do egresso.

O ECS compreende um ciclo da carreira acadêmica que promove a unificação de atividades práticas e teóricas, de modo que se estudam na academia os conteúdos necessários para o embasamento do fazer pedagógico do futuro profissional da educação e, ao mesmo tempo, realizam-se atividades práticas de simulação da realidade escolar na própria instituição escola. Essa etapa é iniciada somente após os primeiros anos da graduação, porque é a partir desse período que o acadêmico já adquiriu bagagem linguística e cultural acerca dos processos de ensino e aprendizagem, possibilitando que ele reflita sobre o seu campo de atuação de maneira mais crítica e sensível, num total de 400 horas. Dessa forma, este período é concebido como uma oportunidade de se construir um novo entendimento acerca do que é ser professor na atual conjuntura e, mais ainda, do que é ensinar.

Esse momento introdutório no mundo da educação, cujo objetivo principal é refletir sobre a relação entre teoria e prática, só pode ser compreendido quando se

torna possível observar a realidade que será encontrada posteriormente nas salas de aula, ou seja, inserir o docente em formação dentro do contexto escolar. Ao colocar o estagiário em contato com as exigências da profissão, torna-se possível posicioná-lo em um futuro bem próximo, fazendo com que o acadêmico compreenda que o seu maior compromisso, tratando-se do ensino, não é apenas transmitir conteúdos curriculares, mas unir o mundo da aprendizagem ao meio em que os diferentes estudantes estão inseridos.

Evidencia-se que o estágio é um momento de muitas descobertas, principalmente porque possibilita que o acadêmico saia da sua condição de estudante e passe a se enxergar como um profissional da educação. Além disso, recebe o status de supervisionado porque a sua idealização se dá no espaço da universidade, com a orientação de docentes atuantes na área da educação, os quais têm vivências e experiências a serem compartilhadas com os licenciandos. Sobretudo porque visa a preparação do acadêmico para a vida cidadã e do mundo do trabalho, sendo as suas metas primordiais: a ampliação dos conhecimentos; o desenvolvimento de competências; a construção de atividades e comportamentos adequados ao relacionamento sócio-profissional com o ambiente escolar.

O ECS é um requisito obrigatório para os cursos de formação de professores, que se constitui de atividades que o estudante deverá desenvolver na escola, seu principal local de trabalho, oportunizando sua participação em situações reais da profissão docente. Objetiva equacionar as dificuldades de relacionar teoria e prática, inserir o profissional-aprendiz na realidade escolar, proporcionando a vivência da profissão professor. Contribui de forma significativa para desenvolver o perfil profissiográfico do egresso a fim de que se identifique como profissional da educação, com base em uma formação humanística em que a ética, a cidadania e o compromisso com a diversidade, com o meio ambiente e com o ensino e aprendizagem sejam parâmetros do seu trabalho.

Assim, o ECS é realizado sob responsabilidade e coordenação da Instituição, sendo que as atividades a serem desenvolvidas pelo estudante no campo de estágio deverão ser pertinentes aos objetivos do curso e ao perfil do egresso. As 400 horas estarão distribuídas em 200 horas na 3.^a série e 200 horas na 4.^a série), conforme se evidencia no Projeto Pedagógico e no Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos de Licenciatura .

No primeiro momento o ECS acontecerá de modo multidisciplinar, quando o estagiário observará o campo de estágio e acompanhará uma turma do ensino fundamental e/ou médio, em um turno, assistindo a aulas de todas as disciplinas. Posteriormente, o estagiário deverá observar aulas específicas de sua área de formação com o objetivo de analisar o processo de ensino e de aprendizagem. Com base nas observações nas disciplinas vinculadas a sua habilitação, o acadêmico deverá elaborar um projeto de intervenção, na forma de regência.

Estabelecidas as parcerias com instituições de ensino regular da região, firma-se o termo de compromisso entre a escola, o estagiário e a Univille. Por meio de reuniões com a direção das escolas e com supervisores de estágio, são estabelecidas as relações entre as instituições e esclarecidas as atividades e o cronograma do ano letivo, propiciando a integração entre os cursos de licenciatura e as escolas de ensino básico.

A coordenação do ECS é responsabilidade do coordenador do curso, que acompanha as atividades delegadas à Comissão Orientadora de ECS, formada por professores da Univille, os quais se reúnem para planejar, discutir e acompanhar o processo de desenvolvimento do estágio e, se necessário, seu replanejamento.

O professor orientador de estágio (integrante da Comissão Orientadora de ECS) é o responsável pela orientação, planejamento e execução do estágio, fornecendo aos estagiários os roteiros norteadores para o desenvolvimento de cada etapa. É o responsável pela articulação entre escola e estagiários, estimulando a sua participação nas atividades a serem desenvolvidas. Além de supervisionar o desempenho dos estagiários, acompanha e avalia a execução do estágio. Para tanto, são realizadas periodicamente visitas aos campos de estágio a fim de se manter um diálogo com os responsáveis pelo ECS nas UE e acompanhar o desempenho do acadêmico.

Na escola, o acompanhamento do estagiário é realizado pelo supervisor de estágio e, também, por professor(es) habilitados.

O estágio é dividido em ECS I e ECS II.

No ECS I, os acadêmicos inserem-se no espaço escolar e iniciam seu estágio com a etapa de observação do campo de estágio, buscando conhecer a realidade da instituição como um espaço educativo em que as variáveis físicas e os recursos humanos, o apoio pedagógico e o material didático precisam ser conhecidos para

uma atuação docente consciente. Tais dados vão compor a descrição do campo de estágio com uma análise reflexiva. Deve haver consulta ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) e a verificação do quanto o documento orienta as ações desenvolvidas na escola. Também aspectos físicos devem ser considerados no desenvolvimento das aulas.

Com relação às observações de aulas, em um primeiro momento, os estagiários assistem a aulas de diferentes disciplinas para verificar como se dá a prática pedagógica, incluindo-se aí a relação professor-aluno, as estratégias e técnicas de ensino, os recursos empregados, os usos linguísticos, o comportamento dos alunos e as formas de abordagem dos professores das diferentes áreas.

A participação consiste em experienciar diversificadas ações educativas, em atividades curriculares e extracurriculares, como: projetos já existentes na escola ou propostos pelo estagiário; colaboração em atividades de avaliação, de elaboração de material didático-pedagógico; participação em conselhos de classe e/ou reuniões pedagógicas, em projetos de extensão (seminários, minicursos e oficinas para professores, alunos e comunidade escolar ou, ainda, grupos de educação não formal, desde que abordem temas específicos do curso); monitorias; colaboração em atividades e comemorações escolares.

No ECS II, o aluno retoma parte de suas atividades de observação de aulas, agora com vistas à regência, desenvolvida de forma individual e diretamente relacionada à sua área de formação. O projeto deve partir de uma situação problemática observada ou apontada pelo professor que acompanha o estagiário. Com base em referencial teórico devem ser propostas ações pedagógicas, com conteúdos, estratégias e técnicas que possam contribuir para modificar tal situação. Uma vez aprovado pelo professor orientador de estágio, o licenciando elabora os planos de aula correspondentes para a aplicação do projeto. No final do ECS II, deve apresentar em seminário seu projeto de ensino e os resultados de sua aplicação, além de documentar toda a sua experiência no Trabalho de Conclusão de Estágio (TCE). Nessas apresentações o estagiário deve evidenciar suas reflexões sobre a sua própria prática pedagógica, com base no referencial teórico do seu projeto.

A avaliação do ECS I e do ECS II é feita com base na somatória de todas as produções solicitadas ao longo do processo. Constituem-se de notas parciais que não poderão ser inferiores a 7,0 (sete). Também, para ser aprovado, o estagiário

deverá cumprir toda a carga horária prevista, incluídas as horas destinadas à disciplina Estágio Curricular Supervisionado.

No ECS há a oportunidade de construção, apropriação e transformação de conhecimentos na área e numa perspectiva interdisciplinar, desenvolvendo sua formação pessoal e profissional. O estagiário é acompanhado durante todo o processo, por meio de aulas de orientação, leituras, seminários e produção de textos, em que revele a análise de suas observações e vivências.

Enfim, o ECS é entendido como espaço de pesquisa, de ação colaborativa, de movimento de ação-reflexão-ação e de atuação docente. Trata-se de um espaço que englobe todas essas vertentes, designando-o, principalmente, como um lugar de pesquisa e reflexão que se aproxima do real desde a formação inicial.

d) Atividades Práticas

As atividades práticas incluem aulas de campo, atividades em laboratório e atividades extraclasse conforme o PPC e são previstas no plano de ensino e aprendizagem (PEA) da disciplina, que é elaborado pelo professor e aprovado pela coordenação do curso. Essas atividades oportunizam a articulação entre teoria e prática, além de constituírem momentos de aproximação de estudantes e professores com a realidade.

Constituem-se em atividades práticas as seguintes ações:

- a) Desenvolvimento de sondagem com vistas a reconhecer a familiaridade de determinado grupo com determinada temática;
- b) Desenvolvimento de pesquisa aplicada a pequenos grupos ou a uma situação determinada;
- c) Participação na organização e no desenvolvimento do Sarau de Letras mediante apresentações artísticas;
- d) Análise de material didático, tais como livros didáticos, aplicativos e programas disponíveis na internet;
- e) Participação em ações de sensibilização literária, tais como correio elegante com distribuição de pequenos poemas, “Liberte um poema” no qual são disponibilizados poemas em gaiolas para toda a comunidade acadêmica, fixação de poemas em pontos estratégicos do campus;

- f) Postagens de produções escritas no Jornal Literando (blogspot.poeticatecnologias);
- g) Construções de bricolagens e mapas conceituais;
- h) Participação em sessões do Salve o Cinema;
- i) Aula de campo na zona rural de Joinville, como parte do Projeto Interdisciplinar Olhares de Viajantes do Século XIX sobre Joinville, envolvendo os cursos de Letras, História e Ciências Biológicas. O objetivo é verificar as transformações da realidade no século XXI. Foram visitadas áreas descritas no Diário de Viagem, de Avé-Lallemant, acerca da Colônia Dona Francisca. Foram feitas análises e intervenções antrópicas, posteriormente registradas em um Diário da Aula de Campo;
- j) Contação de histórias;
- k) Seminários;
- l) Leitura dramática.

Em sua maioria, as atividades propostas se relacionam com a área de formação do licenciado em Letras, considerando o envolvimento com práticas variadas de leitura e de escrita, habilidades prioritárias no trabalho do professor de Língua Portuguesa. Algumas atividades focalizam mais diretamente o fazer pedagógico, abordando os materiais que acompanham a ação docente, como é o caso do livro didático, que deve ser analisado com cuidado antes de sua adoção. Algumas das iniciativas arroladas servem para que, por meio da própria vivência, o estudante compreenda que é possível agir com criatividade nos mais diversos espaços educativos.

3.8.4 Abordagem dos temas transversais: educação ambiental, educação das relações étnico-raciais e educação em direitos humanos

O tratamento da educação ambiental, da educação das relações étnico-raciais e direitos humanos, no âmbito do curso, vai ocorrer pela oferta de disciplinas que abordam especificamente a temática, de forma transversal, e sob o entendimento de que são práticas sociais que interagem e se situam no campo dos direitos humanos e da cidadania.

Reforçam esse entendimento no tocante à educação ambiental os princípios enunciados no artigo 4.º da Lei n.º 9.795 de 27 de abril de 1999:

- I. o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II. a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III. o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV. a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V. a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI. a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII. a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII. o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural (BRASIL, 1999).

No que diz respeito à educação para as relações étnico-raciais, destaca-se o Parecer CNE/CP n.º 003 de 10 março de 2004 (BRASIL, 2004), com ênfase para os princípios que indicam:

- a) o reconhecimento da igualdade da pessoa humana como sujeito de direitos;
- b) a necessidade de superação da indiferença e da injustiça com que os negros e os povos indígenas vêm sendo tratados historicamente;
- c) a importância do diálogo na dinâmica da sociedade brasileira, essencialmente pluriétnica, e que precisa ser justa e democrática;
- d) a necessidade de valorização da história e da cultura dos povos africanos e indígenas na construção histórica da sociedade brasileira;
- e) a indispensável implementação de atividades que expressem a conexão dos objetivos, estratégias de ensino e atividades com a experiência de vida dos alunos e professores, valorizando aprendizagens vinculadas às relações entre negros, indígenas e brancos no conjunto da sociedade.

A Educação em Direitos Humanos, conforme Resolução n.º 1 de 30 de maio de 2012 do CNE, é entendida como um processo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direito. Portanto, além de se propor momentos específicos para o estudo da temática, o PPC está fundamentado nos princípios:

- I. dignidade humana;
- II. igualdade de direitos;
- III. reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- IV. laicidade do Estado;
- V. democracia na educação;

- VI. transversalidade, vivência e globalidade;
- VII. sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2012).

Como o curso de Letras tem seu foco na linguagem, disciplinas como Língua Portuguesa, Linguísticas e Literaturas fazem opções por textos que tratam dos temas. Vale ressaltar que na matriz de Língua Portuguesa, havia uma disciplina denominada Estudos Culturais/Temas Transversais, nas quais tais discussões ganhavam maior relevância.

No que se refere à Educação Ambiental, a Univille tem como um dos seus princípios a responsabilidade ambiental e promove diversas atividades e eventos que abordam essa temática. Há ainda projetos de extensão que desenvolvem ações de conscientização, das quais os estudantes de todos os cursos podem participar, tais como: Trilhas, Desenho Animado Ambiental, Reciclar, dentre outros.

Quanto à Educação das Relações Étnico-Raciais, o programa de extensão Prolij publicou, em 2012 e 2014, respectivamente, as obras da Coleção Livro dos Livros – Resenhas do Prolij: Literatura africana e afro-brasileira (volume 2) e Literatura indígena (volume 3). As obras foram lançadas e oferecidas aos estudantes e professores de Joinville e região para consulta e estudos sobre o tema.

A Educação em Direitos Humanos é contemplada no projeto de Extensão Edupaz que tem desenvolvido atividades e eventos que abordam as temáticas: bullying, preconceito racial e preconceito de gênero e no Projeto A leitura como instrumento de ressocialização e cidadania: remição penal, no qual alunos voluntários e bolsistas desenvolvem leituras e análises de textos produzidos por apenados do Presídio Regional de Joinville SD Jackson dos Santos, para remição de pena.

Essas temáticas são tratadas também em eventos institucionais, como o Colóquio das Licenciaturas, previsto no calendário acadêmico institucional, quando todos os acadêmicos podem participar, com vistas a estabelecer relações entre a educação em direitos humanos e a educação das relações étnico-raciais; compreender a dinâmica da sociedade brasileira atual, particularmente no que se refere aos direitos que conformam uma vida cidadã; e sistematizar e construir sínteses e formas de intervenção com base nos temas abordados e experiências vividas. No ano de 2015, o VI Colóquio das Licenciaturas (CLic) versou sobre o tema “Educação e direitos humanos – O direito de ter direitos”. O evento ocorreu entre os

dias 31 de agosto e 4 de setembro, com programação voltada para o tema, como oficinas, palestras e comunicações orais.

Também vale ressaltar que esta foi a temática que orientou as atividades desenvolvidas no âmbito do subprojeto Interdisciplinar, do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), do qual participaram estudantes do Curso de Letras.

Dessa forma, os estudantes terão a oportunidade de vivenciar práticas que os levem a:

- estabelecer relações entre a educação ambiental e a educação das relações étnico-raciais;
- compreender a dinâmica da sociedade brasileira atual, particularmente no que se refere aos direitos que conformam uma vida cidadã;
- sistematizar e construir sínteses e formas de intervenção com base nos assuntos estudados e experiências vividas.

3.8.5 Atividades extracurriculares

Além das atividades obrigatórias, os estudantes podem realizar outras atividades que propiciem o enriquecimento curricular:

a) Disciplinas extracurriculares

O acadêmico regularmente matriculado poderá requerer matrícula em disciplinas ofertadas em outros cursos de graduação da Univille na forma de disciplina optativa, com vistas ao seu enriquecimento curricular.

São condições para o deferimento do requerimento:

- Oferta da disciplina em turma regular no período letivo em que o acadêmico está pleiteando a matrícula;
- Não ocorrer coincidência de horários entre a disciplina e as demais atividades didático-pedagógicas do curso em que o aluno está matriculado originalmente;
- Ter disponibilidade de vaga na turma/disciplina em que o aluno está requerendo matrícula;

- O aluno arcar com os custos da disciplina extracurricular.

O aluno poderá requerer matrícula em disciplina extracurricular de outros cursos de graduação da Univille, incluindo a disciplina de Libras. Para obter aprovação, deverá cumprir os requisitos previstos no regimento da Universidade. Obtendo aprovação, a disciplina será registrada no seu histórico como disciplina extracurricular. Em caso de reprovação, não haverá registro no histórico escolar, e o aluno também não estará obrigado a cursá-la em regime de dependência.

b) Estágio não obrigatório

Além do ECS, os estudantes podem realizar estágios não obrigatórios. Esses estágios seguem a legislação e as regulamentações institucionais e são formalizados por meio de convênios estabelecidos entre a Universidade e as organizações e termos de compromisso de estágio entre o estudante, o campo de estágio e a Universidade. Esta oferece suporte aos estudantes por meio do Escritório de Empregabilidade e Estágio (EEE).

3.9 Metodologia de ensino-aprendizagem

A proposta metodológica para o processo de ensino-aprendizagem na universidade aponta para um paradigma de educação que privilegie o papel e a importância do estudante, que deverá estar no centro do processo.

Essa proposta visa construir um ensino superior de qualidade tendo como princípios:

- a mobilização e o desafio para o desenvolvimento de atitudes científicas e de autonomia;
- a pesquisa, o que pressupõe considerar o conhecimento como ferramenta de intervenção na realidade;
- a relação entre teoria e prática;
- a interdisciplinaridade com o intuito de promover o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento na compreensão da realidade;

- o desenvolvimento de habilidades, conhecimento e atitudes de forma integrada;
- o uso das tecnologias de informação e comunicação como forma de potencializar a aprendizagem, contemplar as diferenças individuais e contribuir para a inserção no mundo digital.

Assim, diferentes estratégias viabilizam o processo de ensino-aprendizagem como estudo de caso, estudo por problema, ensino por projetos, entre outras.

O Projeto Pedagógico do curso de Letras adota os princípios da Política de Ensino da Univille e a concepção de inovação pedagógica e curricular que tem sido debatida na Instituição, adotando estratégias ou metodologias de ensino e aprendizagem diversificadas, respeitando os objetivos de aprendizagem de cada disciplina, as peculiaridades dos conteúdos a serem abordados e a autonomia docente.

As teorias de aprendizagem cognitivista e histórico-cultural fundamentam a prática dos docentes, entendendo-se a aprendizagem como o processo de contraste, revisão e construção de esquemas de conhecimentos sobre os conteúdos escolares e a linguagem vista na concretude de um sujeito no mundo e de sua prática social. Assim, podem-se apontar ações que vão caracterizar o papel do aluno e do professor

Professor: cria condições de aprendizagem, levando em consideração o conhecimento prévio do aluno, intervindo no seu processo de aprendizagem, buscando desenvolver a sua autonomia e a sua autoestima; proporciona experiências de ensino, pesquisa e extensão, relacionando teoria e prática, adotando a pesquisa como princípio educativo e possibilitando a reflexão da prática pedagógica.

Aluno: assume a responsabilidade pela sua aprendizagem, compreendendo e mobilizando-se para o processo de aprender e conhecer; desenvolve sua autonomia; age com ética, solidariedade e respeito; produz conhecimento pela pesquisa e reflete e investiga sobre a prática pedagógica; compreendendo sua responsabilidade sócio-ambiental.

As metodologias de ensino-aprendizagem são dirigidas para pesquisa, ensino e extensão, considerando o avanço do conhecimento associado à reflexão linguística sobre a realidade regional nos níveis social, político, econômico, educacional e cultural, e para o desenvolvimento e aquisição de habilidades

específicas ao exercício da docência. Portanto, o processo de formação objetiva a formação de um professor reflexivo, pesquisador, crítico e ético. Nesse sentido, a relação entre a teoria e a prática será contemplada nas disciplinas da matriz.

Em todas as séries há disciplinas compartilhadas entre todas as licenciaturas, que constituem o Núcleo Pedagógico Integrador (NPI). Os alunos de todas as licenciaturas estudam juntos as disciplinas pedagógicas, o que permite uma visão, análise e discussão com diferentes focos e percepções. Também há disciplinas pelas quais o aluno pode optar, dentre todas oferecidas pela universidade, conforme seus interesses e disponibilidade de horário.

Há a possibilidade de participação de atividades coletivas como na Semana da Comunidade e o Colóquio das Licenciaturas (Clic). Assim, pretende-se um docente capaz de perceber os vários campos do saber que constituem o currículo escolar, com os quais deverá dialogar de forma colaborativa para a promoção de uma educação mais abrangente e significativa.

Os Programas de Ensino e Aprendizagem (PEA) das disciplinas apresentam metodologias de caráter participativo e investigativo para a construção de conhecimento pela utilização de estratégias de ensino como:

- produção de mapa conceitual, estudos de textos, resenhas, resumos
- realização de pesquisa de campo, pesquisas na web, estudos dirigidos de textos ou estudos de caso, ensino por projetos ou por problemas;
- realização de seminários, debates, GVGO, pergunta circular, role play, teatralização;
- exposição dialogada, com o uso de software de apresentação e computador conectado a projetor multimídia e à internet/web;
- Promoção de palestras ou entrevistas (como os encontros com escritores de Joinville, que acontecem desde 2013);
- atividades desenvolvidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem: fóruns, enquetes, trabalhos e atividades;
- Sarau de Letras: realizado desde 2010, envolve todo o curso, com apresentação de números musicais, poemas, e performances autorais ou obras lidas;
- Salve o Cinema (do projeto de extensão PROLER), faz seleção de filmes, apresentados em sessões para os estudantes do curso e comunidade, com posterior intervenção de professor convidado;

- Produção de resenhas críticas e ensaios para serem publicados no Caderno Literando (blog poéticas tecnológicas –<http://poeticatecnologica.blogspot.com>);
- microaulas, preparadas e aplicadas pelos estudantes (com objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação) a seus colegas de sala, com posterior avaliação do professor e dos colegas.

A instituição dispõe do Centro de Inovação Pedagógica (CIP) que operacionaliza o Programa de Profissionalização Docente (PPD) e em todo início de período letivo promove oficinas, mesas-redondas, workshops e palestras com temáticas voltadas para a profissionalização docente. Busca a melhoria contínua da qualidade dos cursos, com a promoção de atividades pedagógicas coerentes com as metodologias implantadas, primando sempre pela acessibilidade atitudinal (refere-se à percepção do outro, sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações) e acessibilidade pedagógica (refere-se à ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo).

A Univille instituiu a Central de Relacionamento com o Estudante (CRE) que oferece aos estudantes, de forma integrada, os serviços e programas de atendimento psicopedagógico e psicossocial. Há os seguintes projetos/programas e serviços: a) Programa de Acompanhamento Psicopedagógico em que ocorrem os seguintes atendimentos: 1) Programas de nivelamento, em língua portuguesa, química e matemática; 2) Atendimento psicológico; 3) Atendimento pedagógico; b) Projeto de Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais; c) Laboratório de Acessibilidade, equipado com tecnologias assistivas.

3.10 Inovação pedagógica e curricular

De acordo com a Resolução do Cepe n.º 07/2009, na Univille a inovação pedagógica e curricular é compreendida como um sistema de mudança planejado e passível de avaliação que leve a processos de ensino e aprendizagem centrados no estudante, mediados pelo professor.

A Univille instituiu o Centro de Inovação Pedagógica (CIP) com a missão de promover a inovação pedagógica e curricular nos cursos da Univille por meio de ações relacionadas à organização didático-pedagógica

dos projetos pedagógicos dos cursos, à profissionalização docente e à melhoria contínua da infraestrutura empregada no processo de ensino e aprendizagem (UNIVILLE, 2009).

Um dos grandes avanços das licenciaturas da Univille foi a criação do Núcleo Pedagógico Integrador (NPI). Os estudantes têm aulas com colegas dos demais cursos, em matérias com enfoque pedagógico, tais como Didática, Psicologia da Educação, História da Educação, Políticas Públicas, entre outras, o que promove a integração entre as turmas e discussões sob vários pontos de vista.

O curso mantém uma prática que permite a inserção de ações da pesquisa e da extensão em suas atividades. Professores que ministram aulas no Mestrado em Educação e no Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade promovem constantes atividades relacionando suas pesquisas.

Outra questão que merece destaque são os eventos promovidos pelos programas e projetos de extensão. A participação nessas ações tem influenciado os estudantes na construção de seus trabalhos de conclusão de estágio.

3.11 Flexibilização curricular

A flexibilização curricular pode ocorrer ao se efetivar o aproveitamento de estudos e experiências anteriores do estudante com base no art. 41 da LDB nº 9394/1996 que, de maneira bastante ampla, dispõe: o conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

A sistemática de avaliação prevista pelo Curso compreende estratégias como o exame de proficiência que, segundo o Resolução do CEPE, destina-se à avaliação das potencialidades, conhecimentos e experiência profissional anteriores do estudante, propiciando-lhe o avanço nos estudos, mediante comprovada demonstração do domínio do conteúdo e das habilidades e competências requeridas por disciplina do currículo do seu curso por meio de avaliação teórica, prática ou teórico-prática.

Além disso, por meio das abordagens de temas transversais e por meio das atividades extracurriculares a instituição proporrá atividades que viabilizem a flexibilidade curricular.

3.12 Procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem

A avaliação da aprendizagem é um ato necessário, que abriga em seu movimento uma crítica pedagógica, a qual inclui desempenho e posturas docentes e discentes, expressando abertura para redimensionar as suas ações em face do desempenho dos acadêmicos no decorrer do processo.

Essa concepção implica um processo contínuo, sistemático e transparente fundamentado nos princípios institucionais e no projeto pedagógico do curso, que delinea o perfil do egresso e solicita a avaliação de habilidades, conhecimentos e atitudes. Deve equilibrar aspectos quantitativos e qualitativos, favorecer a formação científica, profissional e cidadã do acadêmico, tanto no seu percurso individual quanto no coletivo.

A avaliação do desempenho acadêmico no curso é feita por componente curricular e tem como critérios: frequência; e a avaliação da aprendizagem nos estudos, expressa em notas.

Para cada componente curricular serão atribuídos quatro médias bimestrais (M). O estudante que obtiver média aritmética simples das médias bimestrais $((M1+M2+M3+M4)/4)$ igual ou superior a 7 (sete), estará isento do exame final.

O exame final poderá constituir-se de prova teórica ou prática, devidamente registrada. A média aritmética simples das médias bimestrais $((M1+M2+M3+M4)/4)$ inferior a 3 (três) impossibilitará o estudante de prestar o exame final na disciplina.

A aprovação do estudante em cada componente curricular de cada período letivo dependerá do cumprimento, concomitantemente, das seguintes condições:

I - obtenção de frequência mínima de 75% da carga horária lecionada;

II - obtenção na avaliação de aprendizagem: a) de média aritmética das médias bimestrais mínima de 7 (sete), dispensando o exame final; e b) média final, após a realização de exame, não inferior a 5 (cinco).

O acadêmico que não fizer avaliações parciais ou finais ou não apresentar trabalhos acadêmicos previstos nas datas fixadas, poderá requerer segunda chamada em cinco dias úteis, mediante recolhimento de taxa, quando o motivo da falta estiver previsto em lei ou houver outro motivo justificável;

Todas as provas e/ou trabalhos escritos devem ser devolvidos ao estudante depois de avaliados pelo professor, exceto os exames finais, que deverão ser entregues à CAA para serem arquivados;

A divulgação das notas é feita de acordo com o Calendário Acadêmico, disponível no site www.univille.br.

Outros detalhes da avaliação, como peso e periodicidade, serão especificados no Planejamento de Ensino e Aprendizagem, elaborado por cada professor quando do início do período letivo.

A avaliação curricular e a avaliação dos PEA acontecem semestralmente, em reuniões departamentais, com o objetivo de melhoria e atualização constante.

A avaliação discente, conforme o Regimento Geral da Univille, seção VII, prevê provas teóricas, provas práticas, trabalhos práticos de laboratório e clínicos, estágios extramuros supervisionados, participação em projetos de pesquisa, seminários e atividades de extensão, resultando na assimilação progressiva e cumulativa de conhecimentos, bem como na capacidade de aplicação destes.

Considerando o aspecto legal, esse é o procedimento adotado. No entanto a avaliação discente, na verdade, constitui um processo muito amplo e acontece constantemente nas relações disciplina-conteúdo e professor-aluno.

No Curso de Letras, mais especificamente, as avaliações são feitas continuamente a partir dos mais diversos trabalhos realizados na sala de aula que poderão, inclusive, englobar mais de uma disciplina, tentando perceber o estudante e seu desenvolvimento nas dimensões intelectuais de relacionamento com os colegas e professores, desenvolvimento afetivo e a organização de hábitos pessoais e profissionais. Imprimir, gradativamente, nos trabalhos e produções dos estudantes alguns critérios estabelecidos entre os professores e os alunos é o que se deseja. Também é importante considerar que o erro é parte do processo e há necessidade de oportunizar a reelaboração dos trabalhos. Uma das práticas se caracteriza pela possibilidade de o aluno refazer algumas atividades, revedendo pontos destacados pelo professor.

3.13 Apoio ao discente

As condições de atendimento ao discente decorrem principalmente de um dos objetivos do Planejamento Estratégico da Univille: expandir o acesso e favorecer a permanência do estudante na Instituição de modo sustentável. Esse objetivo é desdobrado na estratégia relativa à dimensão Sustentabilidade, que diz respeito a facilitar o acesso e a permanência do estudante. É com tal finalidade estratégica que a Univille desenvolve ações, projetos e programas para o atendimento aos discentes, conforme descrito no PDI.

1 - Acolhimento e integração do ingressante: anualmente a Reitoria promove um evento de recepção em que reitor, vice-reitor, pró-reitores e coordenadores apresentam a Univille para os estudantes ingressantes. Além disso, a Divisão de Comunicação e Marketing realiza a Gincana do Calouro, com o objetivo de propiciar o início da integração dos novos estudantes ao contexto universitário.

2 - Central de Atendimento Acadêmico (CAA): responde pelo serviço de expediente, registro e controle acadêmico dos cursos de graduação.

3 - Central de Relacionamento com o Estudante: oferece aos estudantes, de forma integrada, os serviços e programas de atendimento psicopedagógico e psicossocial. Apresenta os seguintes projetos/programas e serviços:

3.1 Programa de Acompanhamento Psicopedagógico (PAP): com a missão de “promover o acompanhamento psicopedagógico de acadêmicos a fim de contribuir no processo ensino-aprendizagem, combatendo a evasão escolar e cooperando para o sucesso na vida acadêmica” (UNIVILLE, 2011): a) Programas de nivelamento em língua portuguesa, matemática e química, com o objetivo de oportunizar aos estudantes a revisão e o aprimoramento de conteúdo, com vistas a melhorar seu desempenho acadêmico; b) Atendimento psicológico; c) Atendimento pedagógico, cujo principal objetivo é atender o discente em caráter preventivo, informativo e de orientação;

3.2 Programa de Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais: a Univille tem o compromisso com o movimento da “educação para todos”, por meio de ações compartilhadas entre acadêmicos, professores e demais setores da Instituição, visando fortalecer uma educação cada vez mais inclusiva, de modo a assegurar o acesso e a permanência de estudantes que compõem o movimento da inclusão. No curso de Letras, em 2018, um estudante com necessidades especiais (Síndrome de Asperger) está recebendo apoio de uma professora designada pelo colegiado para o desenvolvimento de suas atividades de estágio, além do

acompanhamento de uma estudante do próprio curso (com bolsa para tal) nas ações que precisa realizar na escola, relativas ao estágio;

3.3 Laboratório de Acessibilidade: equipado com tecnologias assistivas;

3.4 Escritório de Empregabilidade e Estágio (EEE): promove a aproximação da Instituição e dos acadêmicos ao mercado de trabalho, capacita os estudantes em competências comportamentais necessárias e gera diferenciais à empregabilidade de estudantes e egressos da Instituição;

3.5 Acesso e permanência dos estudantes: anualmente a Univille oferece bolsas e financiamentos de diversas fontes de recurso para incentivar os estudantes a permanecer frequentando os cursos de graduação escolhidos por eles para formação profissional. Algumas das bolsas utilizadas pelos estudantes de Letras: do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (2 em 2016 e em 2017), do Programa Residência Pedagógica (2 bolsas, de 2018 a 2019), 1 de Pesquisa (em 2017), 1 de Extensão (em 2017), e 3 relativas à participação no PROESDE (Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional/Licenciatura) em 2018;

4 - Assessoria Internacional: promove para estudantes e professores da Univille programas e projetos de internacionalização curricular.

5 - Coordenação: o curso é a unidade acadêmica responsável pela gestão acadêmica, administrativa-financeira e didático-pedagógica dos cursos. A Instituição está promovendo a integração dos cursos por áreas, com vistas a propiciar ações de melhoria contínua da qualidade. Cada área dispõe de atendimento aos estudantes por meio de uma equipe de auxiliares de ensino. No caso de Letras, a área é o CHB (Área de Ciências Humanas e Biológicas).

Os estudantes do curso são representados pelo DCE da Univille. Por iniciativa da coordenação do curso, os representantes de turma são convidados a participar de reunião semestral para que possam se expressar em relação ao andamento das aulas e das atividades do curso. São chamados, também, a participar da organização de eventos e demais atividades de representação, quando necessário. Podem procurar a coordenação do curso sempre que houver necessidade. Periodicamente, fica à disposição dos estudantes uma caixa de sugestões em que eles podem deixar suas solicitações, não havendo necessidade de identificação. Também há uma página em redes sociais que é alimentada por estudantes do curso sob a supervisão da coordenação.

A Univille também oferece um programa de monitoria por meio de Resolução 02/12 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. A monitoria na Univille é a função exercida por aluno de graduação que demonstre capacidade de desempenho em atividades técnico-didáticas de determinada disciplina, no âmbito da Universidade e sob orientação de um professor. São objetivos do Programa de Monitoria: proporcionar condições para que o aluno busque o aperfeiçoamento de competências e habilidades na sua formação acadêmica e profissional; auxiliar no desenvolvimento de determinada disciplina, nos aspectos teórico e prático, conforme projeto de monitoria; propiciar ao aluno oportunidades de desenvolvimento inerentes à carreira docente, nas funções de ensino; assegurar cooperação didática aos corpos docente e discente nas atividades de ensino.

No que se refere ao Estágio não obrigatório remunerado este fica sob a responsabilidade da Central de Relacionamento com o Estudante (CRE) e a Coordenação do Curso. É um processo pedagógico que visa propiciar ao estudante experiência prática em consonância com a teoria e com as reflexões desenvolvidas no curso. É realizado na comunidade em geral ou em pessoas jurídicas de direito público ou privado, a partir do 1.º ano do curso, desde que o estudante esteja regularmente matriculado e frequentando as aulas.

Por meio da Assessoria Internacional, os acadêmicos têm a oportunidade de realizar intercâmbios. Em 2014 e 2015, o curso recebeu duas alunas da Universidade de Verona, Itália, que passaram 6 meses (de fevereiro a julho) estudando disciplinas do curso pelo Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional. Esta é uma ação de recepção de aluno estrangeiro (incoming) que traz interações importantes que privilegiam nossos alunos. Está em tramitação uma ação de pesquisa internacional pelo Grupo de pesquisa Letramento no Trabalho e na Formação Docente, coordenado por professora do colegiado, e contando com a participação de duas outras professoras e de estudantes e egressos.

Em 2018, por ocasião das comemorações relativas aos 50 anos do Curso de Letras, foram desenvolvidas algumas programações envolvendo diretamente os estudantes do curso, especialmente na organização:

1. Lançamento do evento, que aconteceu no dia 16 de março, do qual participaram todos os estudantes e egressos do curso. Foram convidados 4 egressos com significativa inserção na comunidade para falarem sobre as suas

vivências enquanto estudantes do curso e as contribuições trazidas para a sua carreira;

2. Evento comemorativo, que aconteceu entre os dias 22 e 24 de maio, para o qual foram convidados estudantes, egressos do curso e público em geral. Configurou-se com palestras e mesas-redondas, além de lançamentos de livros de estudantes e egressos;

3. Sessão cultural, que aconteceu no dia 23 de agosto, para o qual foram convidados todos os atuais estudantes do curso. Caracterizou-se por uma montagem teatral intitulada “Direito ao Delírio”, da Companhia Teatral da Univille (da qual fazem parte estudantes do curso).

3.13.3 Programas de Bolsa de Estudo

Os programas de bolsas são regidos por legislação própria e pelas regulamentações institucionais. Além disso, a Instituição mantém uma Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da concessão de bolsas de estudo. Conforme a legislação, a fiscalização do cumprimento dos critérios para a concessão, obtenção e manutenção de bolsas de estudo caberá a uma comissão, criada no âmbito de cada instituição de ensino superior, constituída pelos membros a seguir relacionados, que elegerão, entre si, o seu presidente para mandato de um ano:

- dois representantes da Instituição de Ensino Superior, pela mesma indicados, para mandato de dois anos;
- três representantes da entidade representativa dos estudantes, pela mesma indicados, para mandato de um ano;
- um representante do Ministério Público Estadual, pelo mesmo indicado, para mandato de dois anos;
- dois representantes de entidades organizadas da sociedade civil, estabelecidas no município sede da respectiva Instituição de Ensino Superior, eleitos em foro civil específico, para mandato de dois anos; e
- um representante indicado pela Secretaria de Desenvolvimento Regional, com a aprovação do Conselho de Desenvolvimento Regional.

As informações e orientações sobre os programas de bolsas de estudo são divulgadas na comunidade acadêmica por meio de folders e cartazes, bem como por email e no Portal da UNIVILLE.

A Instituição mantém uma série de oportunidades de bolsas de estudo, conforme descrito a seguir:

I. Bolsas de estudo com base em análise socioeconômica

a) Programa de Bolsas de Estudo - Constituição do Estado de Santa Catarina (UNIEDU)

- O que é: o processo de bolsa de estudo que engloba bolsas com recursos do Artigo 170 e Artigo 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina e se destina a estudantes dos cursos de graduação da Univille. São bolsas a partir de 25% dependendo da condição socioeconômica apresentada e comprovada pelo estudante. Também apresenta a modalidade de Pesquisa e Extensão se destina a estudantes dos cursos de graduação interessados em desenvolver pesquisa ou participar de determinado programa ou projeto de extensão na Univille.
- Contrapartida: o acadêmico contemplado deve ler atentamente o Edital, pois, para ter direito ao benefício ele deve participar de programas e projetos desenvolvidos pela UNIVILLE, apresentando um Termo de Adesão no início e um relatório de 20 horas a cada semestre, totalizando 40 horas.
- Quando solicitar: o prazo para estudantes solicitarem bolsa de estudo é especificado em Edital. Geralmente acontece no início de cada ano. Para participar os candidatos devem preencher um cadastro no site www.uniedu.sed.sc.gov.br e posteriormente preencher o cadastro no portal da UNIVILLE.
- Quem pode solicitar: estudantes matriculados nos cursos de graduação da Univille.
- Quem não pode solicitar: estudantes que já concluíram ensino superior ou que pagam menos que 50% do valor do curso (base utilizada: Edital de Matrícula e Encargos Financeiros), sem considerar as dependências.

b) Programa Universidade para Todos do Governo Federal (PROUNI):

- O que é: programa federal de bolsas para universitários.

- Quando solicitar: As inscrições para o PROUNI, programa federal de bolsas para universitários, poderão ser efetuadas no site do MEC: www.mec.gov.br em período específico.
- Quem pode solicitar: Para se inscrever no programa de concessão de bolsas, os candidatos devem ter realizado o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) em ano anterior, não ter diploma de curso superior e, ainda, atender a um dos critérios:
 - tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública;
 - tenham cursado o ensino médio completo em instituição privada, na condição de bolsista integral da respectiva instituição;
 - tenham cursado todo o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em instituição privada, na condição de bolsista integral na instituição privada;
 - sejam portadores de deficiência;
 - sejam professores da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica e
 - integrando o quadro de pessoal permanente da instituição pública.

O candidato deve ter obtido nota mínima de 400 no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O candidato também precisa ter nota superior a zero na redação do ENEM. Informações são obtidas na CAA ou por meio de formulário eletrônico no Portal do Ministério da Educação (www.mec.gov.br).

II. Bolsas de estudo por mérito

a) Programa institucional de bolsas de extensão (PIBEX)

- O que é: o programa de bolsa de extensão com recursos da UNIVILLE. Destina-se a estudantes dos cursos de graduação, pós-graduação e mestrado interessados em participar de programas ou projetos de extensão da UNIVILLE.
- Quando solicitar: pode ser solicitado no final do ano (aproximadamente em outubro). De acordo com a necessidade dos programas e projetos de extensão o professor coordenador do programa ou projeto pode realizar seleção para substituição a partir de entrevista durante o ano.

- Quem pode solicitar: todos os alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação, pós-graduação e mestrado da UNIVILLE.
- b) Programa institucional de bolsas de iniciação científica (PIBIC):
- O que é: o programa de bolsa de pesquisa com recursos do FAP se destina a estudantes dos cursos de graduação, pós-graduação e mestrado interessados em desenvolver pesquisa ou participar de determinado programa ou projeto de pesquisa na UNIVILLE.
 - Quando solicitar: pode ser solicitado no final do ano (aproximadamente em outubro). De acordo com a necessidade dos programas e projetos de pesquisa o professor coordenador do programa ou projeto pode realizar seleção para substituição a partir de entrevista durante o ano.
 - Quem pode solicitar: todos os alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação, pós-graduação e mestrado da UNIVILLE.
- c) Programa de bolsas de iniciação científica do CNPq (PIBIC/CNPq):
- O que é: o programa de bolsa de iniciação científica com recursos CNPq.
 - Quando solicitar: pode ser solicitado de acordo com editais internos com base no cronograma do CNPq.
 - Quem pode solicitar: todos os alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação.
- d) Programa de bolsas de iniciação tecnológica do CNPq (PIBITI/CNPq):
- O que é: o programa de bolsa de iniciação tecnológica com recursos CNPq.
 - Quando solicitar: pode ser solicitado de acordo com editais internos com base no cronograma do CNPq.
 - Quem pode solicitar: todos os alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação.

3.13.4 Crédito universitário

Além dos programas de bolsas, os estudantes podem contar com modalidades de crédito para seus estudos:

a) CredIES - Fundacred

- O que é: É um crédito universitário que permite o pagamento de apenas parte da mensalidade à instituição enquanto estuda. A restituição inicia-se após a data prevista para a formatura e é feita diretamente à Fundacred.
- Quando solicitar: estudantes podem contratar o crédito a qualquer momento do ano. No caso daqueles que ainda não estudam, é possível fazer uma consulta de pré-aprovação antes de estarem matriculados ou dos vestibulares, pois o preenchimento da proposta é sem compromisso. As informações são obtidas no portal www.fundacred.org.br.
- Quem pode solicitar: estudantes veteranos e ingressantes matriculados nos cursos de graduação da UNIVILLE, condicionados aos critérios e limites estabelecidos pela Instituição.

b) PRAVALER

- O que é: o PRAVALER é um programa de crédito universitário privado que permite aos estudantes de graduação e de pós graduação pagar seus estudos ao longo do tempo, de uma maneira mais leve.
- Quando solicitar: estudantes podem contratar o programa a qualquer momento do ano. No caso daqueles que ainda não estudam, é possível fazer uma consulta de pré-aprovação antes de estarem matriculados ou dos vestibulares, pois o preenchimento da proposta é sem compromisso. As informações são obtidas no portal www.creditouniversitario.com.br.
- Quem pode solicitar: estudantes veteranos e ingressantes matriculados nos cursos de graduação da UNIVILLE.

3.13.7 Coordenação ou área

A Coordenação é a unidade acadêmica responsável pela gestão administrativa, acadêmica e didático-pedagógica dos cursos. A Instituição está promovendo a integração dos cursos por áreas, com vistas a propiciar ações de

melhoria contínua da qualidade. Cada área dispõe de atendimento aos estudantes por meio de uma equipe de auxiliares de ensino.

As coordenações de curso realizam o atendimento a estudantes e grupos de estudantes. As demandas individuais e de grupo são analisadas e encaminhadas aos setores competentes. As situações relativas à gestão didático-pedagógica são discutidas e os encaminhamentos são realizados por meio de reuniões administrativas e pedagógicas com o colegiado, o Núcleo Docente Estruturante, os professores de determinada turma ou ainda com os professores de forma individual. As decisões e as ações são balizadas pela legislação interna e externa, pelo Projeto Pedagógico do Curso e pela busca da melhoria contínua da qualidade e da sustentabilidade do curso.

O curso é a unidade acadêmica responsável pela gestão administrativa, acadêmica e didático-pedagógica dos cursos. A Instituição está promovendo a integração dos cursos por áreas, com vistas a propiciar ações de melhoria contínua da qualidade. Cada área dispõe de atendimento aos estudantes por meio de uma equipe de auxiliares de ensino.

As coordenações de curso realizam o atendimento a estudantes e grupos de estudantes. As demandas individuais e de grupo são analisadas e encaminhadas aos setores competentes. As situações relativas à gestão didático-pedagógica são discutidas e os encaminhamentos são realizados por meio de reuniões administrativas e pedagógicas com o colegiado, o Núcleo Docente Estruturante, os professores de determinada turma ou ainda com os professores de forma individual. As decisões e as ações são balizadas pela legislação interna e externa, pelo Projeto Pedagógico do Curso e pela busca da melhoria contínua da qualidade e da sustentabilidade do curso.

A coordenação do Curso de Letras procura manter um diálogo aberto com os estudantes e com os professores. Periodicamente a coordenação promove uma conversa com as turmas para verificar o andamento das atividades e detectar possíveis dificuldades. Com isso, algumas soluções são pensadas juntamente com o NDE, evitando desdobramentos indesejáveis. Uma especificidade do curso a ser relatada é a outorga da organização do Sarau de Letras para uma comissão formada por estudantes das várias turmas. Cabe à coordenação fazer a supervisão das ações desta comissão, bem como colocar-se à disposição para qualquer

necessidade que possa surgir. Também cabe à coordenação a atualização das informações postadas em rede social.

3.13.8 Outros serviços oferecidos

Os estudantes dos cursos de graduação da Univille também têm acesso a outros serviços, conforme discriminado no quadro a seguir:

Quadro 10 – Serviços disponibilizados aos estudantes

Outros serviços disponibilizados aos estudantes	Descrição
Serviço de Psicologia	<p>Os serviços oferecidos pelo Serviço de Psicologia (SPsi) da Univille compreendem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • serviço de atendimento clínico psicológico; • serviço de psicologia educacional; • serviço de psicologia organizacional e do trabalho; • programas e projetos nas diversas áreas de aplicação da Psicologia. <p>O SPsi tem como público-alvo as comunidades interna e externa da Univille. Dispõe de um psicólogo responsável e conta com uma equipe formada pelos professores e estudantes da 5.^a série do curso de Psicologia da Univille.</p>
Ouvidoria	<p>É um serviço de atendimento à comunidade interna e externa com atribuições de ouvir, registrar, acompanhar e encaminhar críticas e sugestões, em busca de uma solução. É uma forma acessível e direta, sem burocracia, à disposição da comunidade geral e universitária.</p>
Centro de Atividades Físicas	<p>É um programa de extensão institucional que tem por objetivo propiciar aos estudantes da Univille e à comunidade em geral a oportunidade de participar de atividades físicas e recreativas que contribuam para o desenvolvimento pessoal e profissional, valorizando o bem-estar físico e mental e a promoção da saúde e da qualidade de vida. Conta com uma infraestrutura que inclui piscina, academia de musculação, tatame, sala de ginástica, pista de atletismo. O CAF oferece turmas regulares em diversas modalidades esportivas e de saúde, incluindo musculação, ginástica e natação.</p>
Serviços de reprografia	<p>O <i>Campus</i> Joinville da Univille conta com o fornecimento de serviços de reprografia por meio de empresa terceirizada. Essa estrutura é composta por: 1) centro de reprografia: localizado no Bloco B, que oferece serviços de fotocópia e encadernação nos turnos matutino, vespertino e noturno; 2) áreas de fotocópias: uma localizada no Bloco E, próximo do CAF, e outra no prédio da Biblioteca Central, as quais fornecem serviço de fotocópia nos três turnos. O <i>Campus</i> São Bento do Sul e as demais unidades da Univille também contam com o fornecimento de serviços de</p>

	reprografia por meio de empresa terceirizada.
Serviços de alimentação	O <i>Campus</i> Joinville da Univille conta com o fornecimento de serviços de alimentação por meio de empresas terceirizadas. Essa estrutura é composta por: 1 restaurante, localizado ao lado da pista de atletismo, que oferece refeições no almoço e no jantar, bem como serviço de cafeteria nos turnos matutino, vespertino (a partir das 16h) e noturno; 3 lanchonetes, uma localizada no Bloco C, outra no Bloco E e uma no Bloco D. Os estabelecimentos fornecem serviço de lanchonete e cafeteria e funcionam nos três turnos. O <i>Campus</i> São Bento do Sul também conta com o fornecimento de serviços de alimentação por meio de uma lanchonete localizada no prédio principal do <i>campus</i> .
Serviços médicos e odontológicos	A instituição mantém convênio com empresa de atendimento de emergência que disponibiliza ambulância e atendimento de paramédicos quando da ocorrência de situações graves e de encaminhamento a hospitais. O serviço de emergência prevê o atendimento em todos os <i>campi</i> e unidades da Univille. As clínicas odontológicas do curso de Odontologia funcionam no Bloco C do <i>Campus</i> Joinville e atendem a comunidade em sistema de agendamento de consultas. Os estudantes da Univille podem utilizar os serviços mediante triagem realizada pela coordenação das clínicas odontológicas.
Serviços assessoramento jurídico	Os cursos de Ciências Jurídicas da Univille, em Joinville e São Bento do Sul, mantém escritórios de práticas jurídicas nos respectivos <i>campi</i> . Os escritórios atendem a comunidade em sistema de agendamento, e os estudantes da Univille utilizam os serviços mediante triagem realizada pelas coordenações dos escritórios.

Fonte: Primária (2014)

3.14 Gestão do Curso e os processos de avaliação interna e externa

A Política de Avaliação Institucional da Univille tem por objetivo definir as diretrizes institucionais que orientam os processos de autoavaliação de atividades, processos, projetos e programas desenvolvidos pela Universidade e a gestão da participação da Instituição nos processos de avaliação externa promovidos pelos órgãos governamentais de avaliação, regulação e supervisão da educação.

São diretrizes gerais a serem observadas na Avaliação Institucional: integração com ensino, pesquisa e extensão; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; representatividade e participação; qualidade; transparência; legalidade; acompanhamento; comunicação; imparcialidade; equidade e melhoria contínua.

A gestão da autoavaliação de curso de graduação objetiva obter nas coordenações dos cursos de graduação um relatório que sintetize os resultados do processo de autoavaliação do curso, que visa promover a reflexão e discussão sobre a qualidade identificada pelos instrumentos de avaliação, estimular o NDE a analisar os resultados e propor ações para a melhoria do curso. Tais ações são apresentadas no Relatório de Autoavaliação do curso.

A gestão da avaliação externa de curso objetiva viabilizar as providências necessárias para a realização do processo de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de curso de graduação. A Pró-Reitoria de Ensino é responsável pelo processo, e a sua operacionalização cabe às coordenações de cursos.

A gestão institucional criou o Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG) que é um processo de autodesenvolvimento e integra as ações do PEI/PDI (Planejamento Estratégico Institucional/Programa de Desenvolvimento Institucional) e objetiva contribuir para a profissionalização da gestão e formação de novas lideranças.

Quanto à gestão da participação no Enade, a PROEN, os coordenadores dos cursos e a Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucional fazem o acompanhamento da inscrição do acadêmico e auxiliam no preenchimento dos quesitos quanto às necessidades especiais na realização da prova. Ainda se faz o monitoramento quanto ao local de prova e dos alunos que não compareceram a fim de acompanhar os pedidos de dispensas. Quanto à gestão dos resultados do Enade, de posse dos relatórios sínteses e relatórios de cursos, a Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucional produz um relatório de curso que é disponibilizado aos coordenadores, membros do NDE e colegiados para que possam realizar a autoavaliação do curso. Ainda, a cada ano, a Gestão Institucional, através da Assessoria de Planejamento e Avaliação institucional, realiza encontros com os coordenadores e NDE para discutir e elaborar o plano de ação para a melhoria do desempenho do curso. É considerada a análise dos seguintes documentos: o relatório síntese e de curso do ENADE; o relatório de avaliação externa feita pelo MEC; a autoavaliação institucional, considerando principalmente a avaliação contínua de desempenho docente e registros de reuniões realizadas com professores e estudantes. Após a conclusão deste processo, o NDE estrutura um relatório de autoavaliação e um plano de ação com o propósito de implementar ações necessárias para a melhoria contínua da qualidade do curso. Esse relatório e

o plano de ação devem ser encaminhados à CPA que, através do relatório de autoavaliação institucional, divulga para a comunidade acadêmica para que essa se aproprie das ações necessárias para essa melhoria e assim contribua para isso dentro da função que cada um exerce.

O curso de Letras apresenta os seguintes instrumentos de avaliação: a autoavaliação, o reconhecimento do curso, a avaliação institucional docente e os resultados do Enade.

A autoavaliação, organizada pelo NDE, segue o ciclo proposto pelo SINAES (. Há participação do corpo docente e discente, por meio de instrumentos de pesquisa e reuniões com professores, representantes de turma nas quais são discutidos temas para a melhoria contínua do curso. Na última autoavaliação, realizada em 2014, quanto ao Projeto Político Pedagógico de Letras, observou-se que o compromisso social do curso está relacionado à oferta de vagas para a formação docente, orientada para a inclusão social e uma prática indissociada entre ensino/pesquisa/extensão. Em 2017 o processo de autoavaliação se deu com a reestruturação do curso a partir das novas Diretrizes Curriculares Nacional.

A partir de pesquisa feita com os estudantes e discussões com o colegiado do curso, em 2014, foi iniciado estudo para a reformulação do curso. Em 2015 foi consolidada a reformulação. Em 2016, com a nova proposta do MEC para as licenciaturas, houve uma adaptação à matriz já estudada e as exigências legais foram atendidas. Em 2017, iniciou-se o curso com a nova matriz e com a inclusão de matérias a distância, no de Letras apenas para dupla habilitação.

No que tange à comunidade externa, há relativa dificuldade de trazer os egressos e representantes para participar do processo de autoavaliação. O ECS gera mecanismos que possibilitam essa participação, por meio do estabelecimento de parcerias com as escolas. Também há convites para a participação em eventos de divulgação científica e cultural promovidos pelo curso.

Com relação ao processo de renovação de reconhecimento do curso, os documentos a serem apresentados são elaborados pela Coordenação do Curso com apoio do NDE, que revisa o texto inicial e promove adequações e complementações. Também são obtidas informações nos diferentes setores da Universidade para a completude do documento. Tal atividade é também um processo de autoavaliação dos documentos que se tem para indicar muitas das vezes a necessidade de revisão do PPC.

O processo de avaliação docente possibilita uma visão do desempenho dos professores na percepção dos alunos. Esta avaliação, realizada anualmente, possibilita ao professor medir seu desempenho em sala de aula e corrigir rumos para o ano seguinte. A Univille oferece cursos de capacitação docente concentrados em fevereiro e julho, como também curso regular durante o ano com módulos mensais de apoio pedagógico, além das atividades on line. O professor que não alcançar determinada média deverá, com auxílio do Núcleo de Capacitação Docente, elaborar programa de desenvolvimento pedagógico visando melhorar seu desempenho em sala de aula.

Nos últimos anos, a avaliação do desempenho docente é feita pela página da universidade, à qual todos os alunos têm acesso, embora nem todos participem do processo, já que não é atividade obrigatória. Os professores são avaliados pelas competências técnico-científica, pedagógica, relacional e organizacional e recebem os resultados via sistema. O coordenador do curso, que também tem acesso aos resultados individuais dos professores, faz a devolutiva das avaliações no próprio sistema, a partir de uma conversa com cada professor, verificando as suas proposições e os seus pareceres em relação ao resultado obtido.

O Curso de Letras, no último ciclo avaliativo divulgado (2017), obteve ENADE 3 (conceito contínuo 3,9511) e CPC 4 (contínuo 3,4849). O resultado é decorrente das ações que o curso vem realizando a partir da autoavaliação e do resultado do ciclo anterior, em 2014. Destaca-se que no quesito formação geral, a nota média dos concluintes foi maior na instituição (67,9) que no Brasil (52,5). Já, para o componente específico, as notas dos alunos concluintes da instituição foram (45,9) e as notas no Brasil foram (38,2), concluindo-se que os alunos do curso estão acima da média nacional. Somando resultado, tem-se os insumos obtidos pelo questionário que também refletiram na qualidade percebida pelos estudantes, em 2017. Assim, o CPC do curso no ciclo avaliativo 2017, foi 4 (contínuo 3,4849). Apesar de os números do ENADE indicarem um desempenho acima da média nacional, fez-se necessário um olhar cuidadoso sobre os resultados.

3.15 Tecnologias de Informação e Comunicação no processo ensino-aprendizagem

A proposta metodológica para o processo de ensino e aprendizagem na Universidade aponta para um paradigma de educação que privilegia o papel central do estudante e a mediação e facilitação pelo professor. Essa proposta contempla o emprego de materiais didático-pedagógicos e tecnologia educacional que inclui recursos oferecidos pela tecnologia de informação e comunicação (TIC).

A Univille disponibiliza aos estudantes e profissionais da educação uma infraestrutura de TIC composta por servidores que hospedam os sistemas de informação da Instituição, redes de computadores no âmbito da Universidade, laboratórios de informática e conexão à internet/web por meio de cabo e wi-fi, atualmente instalados em todas as salas de aula. A Universidade mantém contratos com empresas terceirizadas que fornecem serviços de tecnologia da informação. Além disso, convênios propiciam parcerias entre a Instituição e empresas com vistas a disponibilizar materiais e tecnologias a serem utilizados por docentes e estudantes no desenvolvimento das atividades acadêmicas. Adicionalmente é ofertado suporte aos usuários dos sistemas e das tecnologias por e-mail ou presencialmente.

A Univille mantém um portal acadêmico na internet (www.univille.br). Todos os estudantes, profissionais da educação e pessoal administrativo dispõem de uma conta de e-mail no domínio univille.br, bem como usuário e senha de acesso ao portal e às redes internas de computadores da Instituição. O acesso ao portal é customizado de acordo com o perfil do usuário (estudante, profissional da educação, pessoal administrativo). O perfil permite acesso a informações e rotinas administrativas relacionadas à vida acadêmica, além do acesso ao ambiente virtual de aprendizagem (AVA) Enturma.

O Enturma consiste em um Learning Management System (LMS) disponibilizado e customizado para a Univille por meio de um contrato com a empresa Grupos Internet S.A. (www.gruposinternet.com.br). Ele é organizado em comunidades com uma estrutura hierárquica que parte da comunidade mais ampla, denominada Univille, até comunidades de turma/disciplina. Cada comunidade de turma/disciplina é formada pelos estudantes e professores da turma da disciplina em um período letivo específico. Por meio de ferramentas disponíveis na comunidade virtual, os seus integrantes podem compartilhar materiais didático-pedagógicos, dados e informações, colaborar com a produção de conteúdos, interagir e se comunicar. As ferramentas incluem disco virtual, mural, grupo de discussão, fórum, repositório de aulas, cronograma, trabalhos/atividades, questionários, entre outros.

Mediante sistemas específicos integrados ao Enturma, há também recursos relacionados à gestão acadêmica, tais como diário de classe, calendário de provas e boletim de notas. Pelo acesso ao portal e ao Enturma, os usuários podem interagir virtualmente com os integrantes das comunidades a que pertencem e com as diversas áreas institucionais.

Os materiais didático-pedagógicos favorecem o “diálogo didático”, servindo para orientar o aprendizado e proporcionando suporte para a compreensão e apreensão eficaz dos conteúdos, além de espaços à participação e contextualização para a construção do conhecimento. Os materiais bibliográficos constituem o principal referencial a ser empregado no processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e o Planejamento de Ensino e Aprendizagem (PEA) das disciplinas da Univille apresentam um referencial bibliográfico básico e complementar de cada disciplina. Esse referencial integra o acervo da Biblioteca Universitária (BU) e está disponível para consulta e empréstimo pelos estudantes, profissionais da educação e pessoal administrativo de acordo com regulamentações internas. A Univille também disponibiliza para a comunidade acadêmica o acesso à biblioteca virtual MinhaBiblioteca®, na forma de e-books. Outro recurso disponível é o acesso a bases de dados científicas por meio dos Portais Capes e EBSCO.

Além de referencial bibliográfico disponível na BU, docentes e discentes contam com recursos de TIC para produzir materiais tais como textos e apresentações, os quais podem ser disponibilizados no AVA ou reproduzidos por meio dos serviços terceirizados de reprografia existentes na Instituição.

A Univille também conta com laboratórios nas diferentes áreas do conhecimento, conforme o previsto nos PPC. Nos laboratórios são disponibilizados recursos tecnológicos e materiais didático-pedagógicos a serem empregados nas atividades de ensino de acordo com o PEA, elaborado pelo professor para cada disciplina que leciona, a cada início de ano letivo.

O setor de Tecnologia da Informação da Univille, subordinada à Pró-Reitoria de Infraestrutura, é responsável por desenvolver, implementar, atualizar e manter soluções computacionais, garantir a segurança da informação, executar projetos de informática, prover recursos audiovisuais, realizar a gestão documental, além de oferecer suporte para a comunidade acadêmica, técnicos administrativos e

professores. Esta estrutura atende a todos os Campi e unidades que fazem uso dos sistemas de gestão e tecnologia da informação.

Para capacitar os professores na utilização do que é disponibilizado pela instituição em termos de Tecnologias de Informação, anualmente são oferecidas oficinas pelo Programa de Profissionalização Docente. Estas oficinas ocorrem prioritariamente no início de cada período letivo, ao longo do mês de fevereiro.

A Biblioteca está disponível para estudantes, professores e pessoal administrativo da Univille. A Univille também possui assinatura da Base EBSCO, Science Direct e do Portal de Periódicos CAPES, na qual podemos encontrar diversos periódicos da área do curso.

No curso de Letras podem ser evidenciadas algumas estratégias baseadas no uso das tecnologias da informação e comunicação, tais como trabalho/atividades, fórum e grupos de discussão, leitura e trabalhos de resenhas descritivas e resenhas críticas, produção de material didático para estudantes da educação básica usando ferramentas digitais, como disco virtual, power point, blogs etc., criação de vídeos e PPTs narrados, criação de revistas virtuais, blogs e mapas conceituais, realização de estudos temáticos com apoio do Design Thinking, poesias e edição do Jornal Literando. Há aulas que acontecem no Laboratório de Informática onde são realizadas pesquisas na internet sobre um tema específico, visualização de vídeos, leitura de infográficos e elaboração de apresentação utilizando power point ou outro recurso, mapa conceitual ou imagético, resumo e resenha. No ECS são utilizadas ferramentas que possibilitam a correção de planos de aula e produção textual além de orientação via e-mail.

3.16 Material didático

Os materiais bibliográficos constituem-se como referenciais fundamentais para o bom andamento do processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, os projetos pedagógicos dos cursos da Univille apresentam um referencial bibliográfico básico e complementar de cada disciplina. Esse referencial integra os acervos da Biblioteca Universitária (BU), bem como da Biblioteca Virtual da Univille (BVU), e estão disponíveis para consulta e empréstimo pelos estudantes, professores, tutores e técnicos administrativos, de acordo com regulamentações internas.

Além de referencial bibliográfico disponível na BU e BVU, docentes e discentes contam com recursos de TIC para produzir materiais didáticos, tais como

textos, vídeos, *podcast*, esquemas explicativos e apresentações, os quais podem ser disponibilizados no AVA ou reproduzidos por meio dos serviços terceirizados de reprografia existentes na Instituição.

A Univille também conta com laboratórios nas diferentes áreas do conhecimento, como previsto nos PPC. Nesses laboratórios, são disponibilizados recursos tecnológicos e materiais didático-pedagógicos a serem empregados nas atividades de ensino, pesquisa ou extensão, de acordo com o planejamento de curso elaborado anualmente pelo professor para cada disciplina que leciona. Tal planejamento e as atividades que nele foram previstas são aprovados pelos coordenadores de curso.

3.17 Número de Vagas

O Estatuto da Univille conceitua o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) como um processo cíclico, participativo e contínuo de análise do ambiente interno e do ambiente externo à Instituição, direcionando, definindo e monitorando o alcance de objetivos e metas, bem como a execução das estratégias, com vistas a aperfeiçoar a interação da Instituição com o ambiente externo, melhorar os seus resultados e propiciar a consecução de sua missão e a construção de sua visão, levando em conta os valores institucionais (PDI 2017-2021, p. 19 e Estatuto da Univille, capítulo II, art 13).

O PEI é um dos macroprocessos que consta da Política de Gestão institucional, conforme o PDI (PDI 2017-2021 p.115). A Política de Gestão também inclui como macroprocessos a Gestão Integrada do Ensino, Pesquisa e Extensão; Gestão de Pessoas; Gestão Financeira e de Investimentos; Gestão da Infraestrutura e a Gestão da Comunicação Organizacional.

A Política e seus macroprocessos leva em conta as seguintes diretrizes: Integração da Gestão com o ensino, a pesquisa e a extensão; Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; Representatividade e Participação; Qualidade; Transparência; Atendimento a Demandas Sociais; Acompanhamento; Legalidade; Sustentabilidade; Viabilidade.

A Política de Gestão Institucional prevê o monitoramento da execução do que foi planejado e proporciona um feedback sobre o alinhamento do que está sendo

executado em relação à estratégia e ao alcance dos objetivos e metas. Esse monitoramento e feedback permitem que se decida sobre mudanças no que foi planejado ou, ainda, sobre alterações na forma de execução, oferecendo a necessária flexibilidade diante das mudanças no cenário externo ou na realidade interna institucional.

O processo do PEI resulta na elaboração e atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O PDI, conforme art. 14 do Estatuto da Univille, tem uma vigência quinquenal e anualmente é atualizado com base no PEI.

Entre outros aspectos, o PDI contempla o cronograma de oferta de cursos de graduação cuja execução é objeto de análise contínua levando em conta aspectos externos como a demanda da sociedade em relação à formação a ser oferecida, evolução de matrículas da educação básica, evolução da concorrência, legislação e oportunidades identificadas pela IES, bem como aspectos internos como infraestrutura existente (salas de aula, laboratórios, acervo bibliográfico etc.), investimentos a serem realizados, corpo docente/pessoal administrativo da Universidade e necessidade de contratações.

Neste contexto, o número de vagas em um curso de graduação, no ato de criação e ao longo de sua evolução, está fundamentado em estudos quantitativos e qualitativos realizados pela Assessoria de Planejamento e Avaliação para subsidiar processos decisórios no âmbito da Reitoria, comissão de criação do curso e coordenação/NDE/colegiado do curso. A decisão quanto ao número de vagas considera as diretrizes da Política de Gestão citadas acima e leva em conta o dimensionamento do corpo docente e infraestrutura física. Além disso, estes estudos quantitativos e qualitativos são periódicos e incluem pesquisas junto à comunidade acadêmica relacionadas à infraestrutura e serviços e avaliação do desempenho docente e pesquisa periódica realizada junto aos egressos.

Como procedimentos e instrumentos de pesquisa, é possível citar:

a - ferramenta do "mercadoedu" onde, de forma sistemática, fazemos consultas sobre a evolução das matrículas em outras IES e em outras regiões;

b – acompanhamento anual da evolução das matrículas da educação básica, principalmente no que se refere aos concluintes do ensino médio;

c - acompanhamento do desempenho da concorrência no que se refere aos indicadores do SINAES;

d - pesquisa do ingressante, feita semestralmente, que apresenta uma pergunta pedindo sugestão de cursos e identificando o perfil do nosso ingressante.

Além disso, a infraestrutura física e tecnológica é analisada semestralmente, quando é realizada a análise do quadro de cursos e vagas para o ingresso no próximo semestre, verificando salas de aula e laboratórios disponíveis.

É feito o acompanhamento periódico de evasão e ociosidade e essa análise é levada em consideração no momento da decisão de oferta do curso e das vagas a serem oferecidas.

Na definição do quadro de cursos e vagas para o período letivo seguinte são levadas em consideração as vivências da equipe de atendimento com o contato com candidatos e alunos dos cursos, buscando, dessa forma, entender as necessidades do mercado.

Atualmente, o curso de Letras oferece 44 vagas anuais por meio de vestibular e processos seletivos. Até 2016, ao chegar na 2ª série, o estudante poderia optar entre cursar Letras – Língua Portuguesa ou Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa. Contudo, Letras – Língua Portuguesa não foi mais ofertada no Vestibular de 2015 (com ingresso previsto em 2016) dado o baixo número de estudantes que optava por esta habilitação. O curso conta com 18 professores com a seguinte titulação: Especialistas: 1; Mestres: 8; Doutores: 9, totalizando 94,4% dos docentes com pós-graduação *stricto sensu*. O curso conta com uma infraestrutura que contempla os seguintes laboratórios: LAPPE (Laboratório de Práticas Pedagógicas, Laboratório de Informática – A-111 e Sala de Metodologias Ativas). O curso conta com 7 salas de aula com projetor multimídia, computador, rede wi-fi, mesas, cadeiras. Conta ainda com o acervo bibliográfico composto pelo acervo físico da Biblioteca Universitária e o acervo digital da MinhaBiblioteca disponibilizado por meio do ambiente virtual de aprendizagem acessível a estudantes e docentes.

A avaliação do desempenho docente é realizada na Univille desde 1992 e em sua última edição, em 2017, apurou que 80,6% dos estudantes de Letras consideram como ótimo/bom a competência técnico-científica, 73,84% consideram como ótimo/bom a competência pedagógica, 81,02% consideram como ótimo/bom a competência relacional e 87,6% como ótimo/bom a competência organizacional. É também realizada periodicamente uma pesquisa sobre a empregabilidade dos egressos que, em sua última edição, em 2017, foi questionado o quanto que o curso

de Letras colaborou para a sua situação profissional e 73,4% dos egressos consideraram como muito bom/bom.

4. GESTÃO DO CURSO E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Este capítulo caracteriza a gestão do curso e os profissionais de Educação envolvidos. Primeiramente é caracterizada a gestão do curso que, de acordo com as regulamentações institucionais, prevê o colegiado, a coordenação e o núcleo docente estruturante a serem implantados quando do início de funcionamento após a sua autorização.

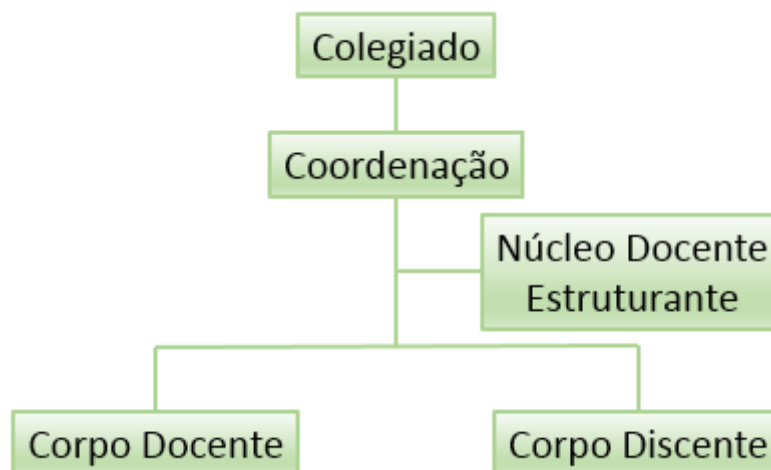
4.1 Gestão do curso

De acordo com a legislação vigente e as regulamentações institucionais, ao entrar em funcionamento o curso contará com estrutura administrativo-acadêmica composta por:

- Colegiado: órgão deliberativo composto por corpo docente, tutores, preceptores, se houver, e representação estudantil;
- Coordenação: órgão executivo composto pelo docente coordenador de curso;
- Núcleo Docente Estruturante: órgão consultivo composto por docentes que atuam na concepção, no acompanhamento, na consolidação e na avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.

Esses órgãos, bem como o corpo docente e o corpo discente (figura 21), são os atores envolvidos na implementação e no contínuo aperfeiçoamento do curso.

Figura 21 – Estrutura organizacional do curso



Fonte: Primária (2017)

4.2 Colegiado do curso

O colegiado do curso é o órgão deliberativo sobre temas pedagógicos, acadêmico-científicos, didático-pedagógicos e administrativos-financeiros no âmbito do curso, considerando a legislação e as regulamentações institucionais (art. 19 do Estatuto da Univille e artigos 30 a 33 do Regimento da Univille).

O Colegiado de Curso de Graduação é constituído por:

- I - Docentes em exercício no curso no período letivo vigente, incluindo os docentes em atuação em disciplinas de núcleo comum e núcleo compartilhado;
- II - Docentes responsáveis por disciplinas, afastados da disciplina conforme regulamentação vigente e que estejam em exercício docente na Univille;
- III - Preceptores e tutores em exercício no curso no período letivo vigente;
- IV - representação estudantil.

O número de membros dos incisos I, II e III corresponde a 70% do Colegiado.

O número de representantes citados no inciso IV corresponde a 30% do Colegiado e será determinado por meio da fórmula $E = (30 \cdot D) / 70$, em que D = número de membros dos incisos I, II e III.

O Colegiado reúne-se com a presença da maioria de seus membros e é presidido pelo Coordenador do Curso.

As convocações das reuniões do Colegiado são feitas pelo Coordenador de Curso ou por, no mínimo, 1/3 dos seus membros.

As reuniões ocorrem com a presença, em primeira convocação, da maioria de seus membros e, em segunda, com qualquer número. As deliberações são tomadas pela maioria simples dos votos dos presentes. O encaminhamento das deliberações é feito pelo Coordenador do Curso. As ações que têm relação com os projetos do Planejamento Estratégico Institucional são registradas em sistema de informação disponível na intranet da instituição e são acompanhadas pelos supervisores de cada projeto.

O Colegiado tem reuniões ordinárias nos meses de fevereiro, julho e dezembro, porém conforme a necessidade, poderão ser realizadas reuniões extraordinárias. As reuniões contam com pauta, lista de presença e ata.

O Colegiado também poderá designar comissões de caráter consultivo com vistas a estudar temas pertinentes ao curso de graduação e emitir pareceres que subsidiem as discussões do NDE e as decisões do Colegiado e da Coordenação.

4.3 Coordenação do curso

A coordenação do curso é responsável pela gestão pedagógica, acadêmico-científica e administrativa do curso, pela relação com docentes e discentes e pela representação do curso nas instâncias institucionais.

Uma das funções da coordenação é acompanhar o progresso do estudante do curso, além de coordenar e supervisionar as atividades dos professores. O desenvolvimento destas funções baseia-se em indicadores do Programa de Qualificação Docente, do Software de Gestão Business Intelligence da Totvs, da CPA, das matrículas dos processos seletivos, das avaliações externas e internas, inclusive da Avaliação Contínua de Desempenho Docente.

A coordenação é exercida por professora com titulação, experiência e regime de trabalho conforme as regulamentações institucionais, a legislação vigente e os adequados níveis de qualidade a serem alcançados pelo curso.

Algumas ações realizadas pela coordenação do curso serão destacadas na sequência.

No início de cada período letivo é definido um plano de ação do NDE, sendo que os itens deste plano de ação a serem trabalhados no período são discutidos e acordados pelas docentes do NDE; as ações do plano se desdobram, em alguns casos, na necessidade de convocação de reuniões do colegiado do curso composto não apenas pelos professores, mas, também, pela representação dos estudantes. Na maioria das reuniões podemos constatar a presença da representação dos estudantes comprovada pelas listas de presença das reuniões que ficam arquivadas na coordenação.

A coordenadora do curso também participa das reuniões do Conselho Universitário da Universidade onde assuntos do âmbito do curso são levados a conhecimento de todos os coordenadores e em alguns casos passam pela aprovação deste Conselho, sendo que estas reuniões ocorrem mensalmente e são comprovadas pelas listas de presença e atas arquivadas na Assessoria dos Conselhos da Univille.

Da mesma forma, para discutir assuntos de interesse do curso ocorrem as reuniões de coordenadores dos cursos (Comitês de áreas) onde são discutidos temas relacionados à operacionalização do funcionamento da Universidade e necessidades de cada coordenação são discutidas, sendo que essas reuniões também são comprovadas por listas de presença.

Outra ação institucionalizada pela Universidade é o Programa de Desenvolvimento Gerencial, em que os coordenadores são convocados para participar de reuniões com vistas à profissionalização da gestão da Universidade. Dentro desta programação são abordados temas desde inteligência emocional até reuniões para elaboração do Planejamento Estratégico da Instituição. Por fim, outra atividade relevante está ligada ao processo de avaliação do desempenho docente. Uma vez concluído o ciclo de avaliação feita pelos discentes por disciplina, fica a cargo dos coordenadores analisarem o resultado da avaliação e realizarem uma reunião de feedback com cada professor, apontando pontos positivos e negativos de seu desempenho. O relato desta reunião e suas conclusões são registrados na ferramenta de registro das devolutivas das reuniões de feedback que fica na intranet da Universidade. A avaliação de desempenho do Coordenador do Curso é realizada pela Pró-Reitoria de Ensino. Ainda sobre avaliação, é de responsabilidade do coordenador zelar pelas práticas que permitam a melhoria contínua da avaliação feita em cada ciclo avaliativo. Para isso, o plano de ação do NDE define estratégias

que envolvem a revisão do Projeto Pedagógico do Curso e a elaboração de projetos interdisciplinares para melhoria da qualidade de ensino. Todas estas ações são discutidas em reuniões do NDE, especificamente com as turmas envolvidas neste processo e, também, com o colegiado.

Para fins didáticos, a Política de Gestão da Univille, que integra o PDI, encontra-se dividida em macroprocessos. Um deles diz respeito à Gestão integrada de ensino, pesquisa e extensão que traz em seu escopo a gestão do Projeto Pedagógico do Curso e que tem como insumos dados para análise do cenário interno e externo à instituição. As Políticas Institucionais são entendidas como diretrizes a serem seguidas e integradas ao PP do curso.

O PDI aponta diretrizes para a gestão de:

- Relacionamento com os estudantes;
- Acompanhamento dos egressos;
- Didático-pedagógica e acadêmico-científica;
- Pessoas;
- Administrativo-financeira e,
- Processos de Avaliação.

Tais ações resultam em dados importantes para que se possa fazer a gestão do curso, de forma global.

4.4 Núcleo Docente Estruturante do curso

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo composto pelo coordenador do curso e por docentes que atuam na concepção, no acompanhamento, na consolidação, na avaliação e na atualização periódica do Projeto Pedagógico do Curso, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando o impacto a adequação do perfil do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais e as particularidades do mundo do trabalho. A composição e o funcionamento do NDE ocorrem de acordo com regulamentações institucionais. As reuniões do NDE são convocadas e dirigidas pelo seu presidente, prevendo-se o registro por meio de listas de presença e atas.

O NDE do Curso de Letras da Univille é formado por professores atuantes no curso, os quais, por meio desse grupo, buscam garantir a melhoria contínua do processo de ensino e aprendizagem dos discentes, utilizando-se da integração curricular das diferentes disciplinas trabalhadas no curso, do incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, da assessoria prestada ao colegiado nas revisões e melhorias no PPC, do acompanhamento de processos avaliativos, entre outras atividades.

4.5 Corpo docente do curso

Os profissionais da educação superior da Univille são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e por instrumentos coletivos de trabalho. Os docentes admitidos antes de 30/10/2014 são regidos pelo Estatuto do Magistério Superior.

A admissão é feita pela Reitoria, para preenchimento das funções existentes, à vista dos resultados obtidos nos processos de seleção, de acordo com as normativas internas.

De acordo com o Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Educação Superior, o quadro de profissionais da educação superior da Univille é compreendido por integrantes do quadro de carreira e demais contratados.

O quadro de carreira da educação superior é composto por:

- Docentes titulares: docentes em cursos superiores, responsáveis por disciplinas;
- Docentes adjuntos: docentes em cursos superiores que, por meio de seleção externa e aprovação em estágio probatório, ingressam nos quadros da Instituição;
- Preceptores: profissionais médicos que atuam com os alunos em internato, na construção de conhecimentos específicos da sua área;
- Tutores: profissionais contratados para mediar e orientar o processo pedagógico nos cursos a distância e semipresenciais;
- Instrutores/professores de cursos livres: profissionais contratados para atribuições de instrução/docência específica, em cursos livres de curta ou

longa duração, de acordo com suas habilidades e/ou competências, com relação de emprego por prazo indeterminado.

A instituição também pode efetuar contratações de:

- Docentes visitantes: aqueles contratados em caráter excepcional para atribuições de docência, em função de sua notoriedade expressiva no meio acadêmico e/ou na sociedade e da necessidade da Instituição, sem a obrigatoriedade de processo seletivo. A relação de emprego pode se dar por prazo determinado ou indeterminado;
- Docentes temporários: docentes contratados por objeto ou prazo determinado, nas hipóteses autorizadas pela legislação trabalhista e em situação emergencial, no decorrer do período letivo, relacionada às atividades em sala de aula;
- Professores de cursos livres temporários: profissionais contratados para atribuições de docência específica, em cursos livres de curta ou longa duração, de acordo com suas habilidades e/ou competências, com relação de emprego por prazo determinado.

5 INFRAESTRUTURA

A Univille mantém a infraestrutura física necessária ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão no *Campus Joinville*, *Campus São Bento do Sul*, Unidade São Francisco do Sul e Unidade Centro. Além disso, por meio de convênios e contratos, a Instituição mantém parcerias com instituições públicas, privadas e não governamentais com vistas a o desenvolvimento das atividades acadêmicas em hospitais, postos de saúde e espaços de atendimento psicossocial.

O Quadro 11 sintetiza os dados sobre os espaços físicos da Universidade.

Quadro 11 – Infraestrutura física Furj/Univille

Local	Área do terreno (m ²)	Área construída (m ²)
<i>Campus Joinville</i> Rua Paulo Malschitzki, 10 – Zona Industrial Norte – CEP 89219-710 – Joinville – SC	163.802,30	53.084,34
<i>Campus Joinville:</i> Terreno 1, ao lado do rio	7.747,00	
Terreno 2, ao lado do rio	2.780,00	
<i>Campus Joinville:</i> Terreno dos ônibus	1.005,28	
Terreno Jativoca – Joinville Rua A – Loteamento Bubi – Bairro Jativoca – Joinville	66.769,00	-
Unidade Centro Rua Rio do Sul, 439 – Centro – CEP 89202-207 – Joinville – SC	2.390,60	1.790,69
Univille Centro (área locada)	1.866,59	1.470,17
<i>Campus São Bento do Sul</i> Rua Norberto Eduardo Weihermann, 230 – Bairro Colonial – CEP 89288-385 – São Bento do Sul – SC	22.933,42	7.660,56
Cepa Rugendas Bairro Rio Natal – São Bento do Sul	27.892,25	388,08
Unidade São Francisco do Sul Rodovia Duque de Caxias, 6.365 – km 8 – Bairro Iperoba – CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – SC	57.200,32	2.491,50

Unidade São Francisco do Sul Ancoradouro para barcos	71.382,60	626,75
Cepa Vila da Glória Estrada Geral, s/n.º – Vila da Glória – São Francisco do Sul – SC	5.600,00	285,62
Ilha da Rita Baía da Babitonga	47.564,33	163,80
Terreno Bucarein Rua Plácido Olímpio de Oliveira, esquina com a Rua Urussanga – Joinville – SC	12.513,72	2.010,20
<i>Campus Joinville:</i> Terreno A – Complexo/Inovaparq	142.990,45	9.255,18
Terreno B – Complexo/Inovaparq	21.672,51	
Terreno C – Complexo/Inovaparq	11.883,13	
Total	667.993,50	79.226,89

Fonte: Primária (2016)

5.1 *Campus Joinville*

O *Campus Joinville*, é a sede da Universidade e o local onde se concentram as atividades administrativas e acadêmicas da maior parte dos cursos da Instituição. Os espaços físicos do *Campus Joinville* são caracterizados a seguir.

- a) Salas de aula: o *Campus Joinville* dispõe de 167 salas de aula climatizadas e equipadas com mesinhas, cadeiras estofadas, projetor multimídia (*data show*), telão e acesso à internet. O Quadro 12 apresenta o número de salas de aula por dimensão. A área total destinada ao uso de salas de aula é de aproximadamente 10.000 m².

Quadro 12 – Salas de aula do *Campus Joinville*

Dimensão	Número de salas de aula
Entre 30 e 49 m ²	34
Entre 50 e 59 m ²	27
Entre 60 e 69 m ²	34
Entre 70 e 79 m ²	45
Entre 80 e 89 m ²	05
Entre 90 e 101 m ²	22
Total	167

Fonte: Primária (2016)

b) Coordenações de cursos: a área destinada às coordenações de curso varia de 60 m² a 250 m², totalizando cerca de 1.530 m². A Instituição vem promovendo a implantação de áreas em que as coordenações de cursos compartilhem a estrutura física com vistas a favorecer a integração administrativa, acadêmica e didático-pedagógica.

c) Áreas de uso comum: o *Campus Joinville* conta com áreas de uso comum, conforme Quadro 13.

Quadro 13 – Áreas de uso comum no *Campus Joinville*

Descrição	Área (m ²)
Biblioteca Universitária	4.338,11
Bloco Administrativo	1.429,16
Auditório Bloco Administrativo	376,05
Anfiteatro Bloco C	102,62
Anfiteatro Bloco A	97,63
Anfiteatro Bloco F (Colégio Univille)	141,50
Centro de Cópias Bloco C	95,80
Centro de Cópias Bloco D	49,00
Centro de Cópias Bloco E	39,50
Diretório Central dos Estudantes Bloco D	49,00
Lanchonete Bloco C	15,00
Lanchonete Bloco D	47,60
Lanchonete Bloco E	32,41
Área de Exposição Cultural Bloco A	143
Área de Exposição Cultural Biblioteca Universitária	115,76
Estacionamento de bicicletas	144,00
Estacionamento de motos	850,48
Centro de Esportes, Cultura e Lazer	2.587,82
Ginásio-Escola	1.995,83
Quadra polivalente descoberta	836,00
Quadra polivalente coberta	836,00
Circulação interna, vias e jardins	52.094,40

Restaurante Universitário	648,00
Quiosque – Centro de Convivência dos Funcionários	268,94
Almoxarifado central	366,20
Complexo esportivo	6.046,52

Fonte: Primária (2016)

5.1 Sala/gabinetes de trabalho para professores de tempo integral

Na Univille há professores em tempo integral que atuam no *stricto sensu*, neste caso eles têm à disposição espaços de trabalho específico em salas que ficam no bloco D (sala 122) e no bloco A (sala 307) da Instituição, com a seguinte estrutura:

- Sala do Bloco A 307 – 86 metros quadrados, dispendo de salas individualizadas com computadores com acesso à internet e outros equipamentos.

- Sala do Bloco D-122 – 72,8 metros quadrados, dispendo de salas individualizadas com computadores com acesso à internet e outros equipamentos.

Já os professores em tempo integral que atuam na gestão, estes contam com mesas de trabalho nas áreas administrativas em que atuam.

Os professores TI que atuam em extensão têm mesas de trabalhos nas áreas relativas a projetos e programas de extensão.

Os demais professores contam com salas de professores e salas de atendimento nas 4 áreas que agregam os cursos da Univille. No caso das licenciaturas, os professores ocupam um espaço denominado CHB, destinado às áreas de Ciências Humanas e Biológicas. O espaço compreende secretaria dos cursos, sala de professores, sala de reuniões e salas de estudos/orientação, contribuindo para um bom ambiente de trabalho. O ambiente é climatizado e tem acesso à Internet. O espaço permite intensa integração entre as coordenações dos cursos de licenciatura, seus professores e seus estudantes.

Todos estes espaços foram projetados para atender as necessidades institucionais, possuem recursos de tecnologia de informação e comunicação apropriados. Em cada uma dessas salas há um espaço que o professor pode utilizar para fazer atendimento dos estudantes e há também escaninho ou outros espaços para

que o professor possa fazer a guarda de material e equipamentos pessoais com segurança.

5.2 Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos

A coordenação conta com estação de trabalho composta por mesa, cadeira, armário, computador conectado à Internet e à rede de computadores da IES para acesso aos sistemas acadêmicos, bem como impressora/copiadora, material de expediente disponível e linha telefônica. Esta estação de trabalho se encontra na sala de coordenadores da área de Ciências Humanas e Biológicas, que fica no bloco A sala 215 (com 149,30 m²). Todo o ambiente é climatizado, dando totais condições de trabalho. Os cursos têm apoio contínuo de uma assistente administrativa e uma auxiliar de serviços administrativos.

Todo este espaço foi projetado para atender as necessidades institucionais, possui recursos de tecnologia de informação e comunicação e outros equipamentos adequados. Na Coordenação há espaços para se fazer atendimentos em grupo ou individual dos estudantes com privacidade.

5.3 Espaço para os professores do curso (sala dos professores)

O CHB é o espaço de integração entre todos os cursos de licenciatura e Pedagogia da Univille, com exceção de Educação Física, que tem um espaço próprio. No CHB também estão integrados o Bacharelado em Ciências Biológicas e a Coordenação do NPI (Núcleo Pedagógico Integrador). Nos 230 m² há as seguintes divisões: uma sala de reuniões; uma sala para os professores; duas salas de estudos; uma sala para o almoxarifado; um espaço para recepção, onde ficam a assistente e a auxiliar administrativa dos cursos de licenciatura.

A sala dos professores para o curso dispõe de 1 computador com acesso à Internet e impressora e mesas para que os professores possam desenvolver suas atividades. Há também uma mesa para pequenas confraternizações e reuniões nos intervalos entre aulas. A sala dos professores do Curso de Letras fica no Bloco A, sala A215. A sala é climatizada, conta com escaninhos e com cabines que são usadas para atendimento individual e em grupo de alunos. A sala contém purificador de água e estantes nas quais são disponibilizados jornais, revistas, informativos diversos e outros materiais gráficos. Neste mesmo espaço há sala de reuniões com mesa para 8 lugares e há pontos de acesso à Internet e à rede de computadores da IES. As 2 cabines são equipadas com mesa com 4 cadeiras, climatizada e com ponto de acesso à Internet e à rede da IES. A sala possui recursos de tecnologia de informação e comunicação apropriados, permite o descanso e confraternizações, além de dispor de apoio-técnico-administrativo próprio e espaço para guarda de equipamentos e materiais.

5.4 Salas de aula

O Campus Joinville dispõe de 160 salas de aula climatizadas, equipadas com mesinhas, cadeiras estofadas, multimídia (data show), telão, vídeo e acesso à Internet. O quadro a seguir apresenta o número de salas de aula por dimensão. A área total destinada ao uso de salas de aula é de aproximadamente 10.000,00 m².

Salas de aula do Campus Joinville - Dimensão/Número de salas de aula:

Entre 30,00 e 49,00 m²: 33 salas

Entre 50,00 e 59,00 m²: 23 salas

Entre 60,00 e 69,00 m²: 32 salas

Entre 70,00 e 79,00 m²: 45 salas

Entre 80,00 e 89,00 m²: 7 salas

Entre 90,00 e 101,00 m²: 20 salas

Fonte: Setor de Infraestrutura e Transporte (2017)

As dimensões das salas contemplam na sua totalidade o acolhimento do número de estudantes do curso, atendendo as necessidades institucionais, com manutenção e limpeza periódica, conforto e com recursos de tecnologia da informação e comunicação adequadas às atividades a serem desenvolvidas.

Para além da manutenção periódica nas salas há um dispositivo físico na sala de aula para que os estudantes registrem sugestões de melhoria ou necessidades específicas de manutenção em termos de infraestrutura ou tecnologia da informação.

O curso de Letras tem a sua disposição 8 salas de aulas, além do Laboratório de Práticas Pedagógicas (LAPPE), de sala de Metodologias Ativas e do Laboratório de Informática (A-111). Todas as salas de aula apresentam sistema de ar condicionado, computador e projetor multimídia, além de quadro que pode ser para giz ou caneta. As salas, bem como todo o campus, possuem acesso à Internet via rede sem fio.

Considerando a importância do protagonismo discente, a Universidade vem investindo de forma sistemática no incentivo de atividades que otimizem uma aprendizagem mais autônoma. Para tanto, tem centrado esforços no que se refere à capacitação de professores para a aplicação de novas metodologias em suas aulas, havendo flexibilidade relacionada às configurações espaciais. Nessa direção, as Metodologias Ativas de Aprendizagem oferecem aos professores novas possibilidades de inovação pedagógica. Percebendo a importância do uso dessas metodologias, além da aplicação em salas de aula padrão Univille, estão à disposição dos professores, dois laboratórios (Sala E2-214 e Sala I-403) que apresentam um layout favorável a novas formas de ensinar e aprender.

Para além disso, a Instituição tem diversos espaços alternativos para o desenvolvimento de atividades, tais como:

a) Espaço do Programa TRILHAS (Programa de Educação e Interpretação Ambiental nos Centros de Estudos Ambientais da Univille);

b) Para fora do Campus, onde os professores podem marcar aulas de campo:

1) Cepa (Centro de Estudos e Pesquisas Ambientais) Rugendas, situado no Bairro Rio Natal – São Bento do Sul;

2) Cepa Vila da Glória, Estrada Geral, s/n.^o – Vila da Glória – São Francisco do Sul – SC;

3) Unidade São Francisco do Sul, na Rodovia Duque de Caxias, 6.365 – km 8 – Bairro Iperoba – CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – SC. Neste espaço há um programa ambiental em parceria com outra instituição que trata da Baía da Babitonga;

4) Ilha da Rita.

5.5 Acesso dos alunos a equipamentos de informática

O Campus Joinville dispõe dos seguintes laboratórios de informática de uso geral:

- Laboratório de Informática C-114 com 41 computadores – 81 m²
- Laboratório de Informática C-115 com 41 computadores - 81 m²
- Laboratório de Informática C-116 com 41 computadores - 81 m²

Todos os laboratórios têm os seguintes softwares: Scilab 5.5.2; Microsoft Office Professional Plus 2016; Dev C++ 5.11; WinNC; Audacity 2.1.1; Invesalius 3; Ansys 17.0; Mesquite; Arena 15. Para utilização desses laboratórios pelos professores e estudantes, quando da operacionalização de cada disciplina, os professores, devem fazer reserva por meio da intranet, abrindo um e-ticket.

Fora do ambiente de aula, os estudantes também podem reservar os laboratórios por meio da Coordenação do Curso e, também, têm acesso aos computadores disponibilizados no Térreo, 1.º e no 3º andar da Biblioteca Central, no Campus Joinville:

Térreo: 6 máquinas, sendo 2 de acessibilidade

1º - 15 máquinas

3º - 30 máquinas

Todas as máquinas citadas acima possuem o pacote Office, Adobe Reader e navegadores (Chrome, Mozilla e Internet Explorer) instalados. Além destes computadores, na biblioteca há mais 20 máquinas usadas apenas para consulta ao sistema Pergamum.

Todos os laboratórios têm acesso à Internet por cabo e para além disso há acesso à Internet por wi-fi no campus. A Central de Relacionamento com o Estudante (CRE) possui computadores com softwares específicos para atendimento aos alunos com deficiência visual e uma impressora em braile.

A Univille dispõe do setor de Tecnologia da Informação sendo que duas das atividades realizadas podem ser caracterizadas pelos seguintes grupos de processos: Suporte aos usuários e Rotinas de manutenção. Em relação ao suporte aos usuários, o atendimento é feito pela equipe de triagem e pode ocorrer de 3 formas distintas: presencial, por telefone ou pelo sistema Help Desk. Uma vez solicitado o atendimento, a equipe de triagem busca inicialmente resolver o caso e concluir o atendimento. Quando o que foi solicitado não está no escopo para ser resolvido pela triagem, a demanda é repassada para um membro da equipe da TI através do sistema Help Desk, que terá o compromisso em resolver o que foi solicitado. Para a rotina de manutenção, o planejamento e execução são feitos pela equipe de técnicos e auxiliares de manutenção que determinam e organizam o cronograma para as preventivas e preditivas. Já no caso de corretiva, o atendimento é feito mediante as solicitações cadastradas no sistema Help Desk ou, também, por chamado feito por telefone e ou pessoalmente. Cabe aqui chamar a atenção para as manutenções corretivas urgentes onde há equipamentos backup para suprir a necessidade de troca rápida.

A Tecnologia da Informação na Univille está em constante desenvolvimento e atualização para acompanhar as tendências do mercado. Neste sentido, questões como cloud, ambientes compartilhados, segurança da informação, mobilidade, atualização dos sistemas, disponibilidade, desempenho, tolerância a falhas e comunicação, fazem parte do planejamento contínuo com necessidade de previsão orçamentária. O Wireless está instalado em todos os Campi e Unidades na modalidade indoor e outdoor definidas pelas células de acesso. Atualmente são 280 antenas instaladas nos Campi e Unidades que atendem no seu período de maior consumo, noturno, cerca de 3.500 conexões simultâneas. A Univille conta com dois acessos para internet que operam no modelo de redundância, visando aumentar a disponibilidade mesmo com a queda de sinal ou congestionamento de banda. Atualmente é fornecido aos estudantes, profissionais da educação, pessoal administrativo e outras áreas da universidade, um link particular de 100Mbps. Outro link de 200Mbps é fornecido pela Fapesc. Entre 2017/2018 será realizado upgrade do link de Internet para 1Gbps até PTT (ponto de tráfego) de Florianópolis, anunciando assim nosso ASN (Número de Sistema Autônomo). Os objetivos são prover e manter a infraestrutura de rede

necessária, cabeada ou sem fios, em todos os campi e unidades da Univille, para garantir o acesso aos servidores internos e à internet, com segurança e desempenho adequado.

Todos os alunos da Univille têm uma conta de usuário no domínio da instituição. Esta conta permite ao usuário autenticar-se nos microcomputadores dos laboratórios, acessar o sistema acadêmico on-line e a plataforma Microsoft Office 365, onde o aluno também tem direito a um e-mail institucional, além do acesso a diversos softwares. Foi estabelecido um contrato com o datacenter da Sercompe, localizada em Joinville próximo à Univille o que viabilizou a conexão através de um link de 1Gb. Além da Sercompe, a Univille tem contrato de 5 hosts no ambiente Azure da Microsoft. Com isso, há disponibilidade destas tecnologias e serviços: cloud server, conectividade internet, cloud backup, service desk, monitoramento e desempenho da rede, firewall dedicado, suporte, storage e colocation.

No que diz respeito aos investimentos, anualmente ocorre um levantamento de necessidades, realizado de forma descentralizada por todos os setores das mantidas da Furj. Tais necessidades são analisadas e a sua implementação considera a dotação orçamentária, as prioridades institucionais (PDI, PEI), bem como o cumprimento de requisitos legais.

Atualização de um software pode ser identificada quando o desenvolvedor disponibilizar uma nova versão, correções, para atender uma nova legislação ou outra necessidade requerida. A atualização deve ser executada pela TI ou pelo fornecedor sob a supervisão da equipe da TI, conforme planejamento prévio e considerando ambientes para homologações, testes de desempenho, aderência aos requisitos contratados e outras formas de certificação para liberação em produção.

A Univille dispõe atualmente de infraestrutura de TI com ativos de rede, servidores, computadores, projetores e antenas wi-fi que demandam atualização e manutenção. Para manter esta infraestrutura em funcionamento, a TI conta com uma equipe de manutenção preventiva, corretiva e preditiva nos Campi e Unidades.

A atualização de hardware deve considerar as modalidades de compra ou locação que se distinguem na forma de atuação. Para os equipamentos comprados, deve-se levar em conta o período de garantia, depreciação e condições de uso. Já para

os equipamentos locados, o período de atualização é definido em contrato. Neste processo de atualização, deve-se verificar o seguinte: idade do equipamento; capacidade de processamento para demanda atual; capacidade de processamento para demanda futura; estabilidade do equipamento; qualidade de uso; frequência de reparos e aderência aos requisitos de software.

A partir do diagnóstico, que deve ser feito anualmente, a TI deve elaborar o plano de atualização com o cronograma financeiro e de substituição. A manutenção do hardware instalado na Univille deve ser orientada segundo a classificação por tipo: corretiva, preditiva e preventiva. Diante disso, é importante distinguir as diferenças entre estes tipos já que a forma de uso dos equipamentos é variada e se diferenciam pela sua função. Manutenção corretiva - na ocorrência de falhas, o usuário deve registrar no sistema Help Desk uma solicitação de reparo descrevendo o problema. A partir deste registro, a equipe de triagem é acionada e o chamado é direcionado para a equipe responsável que deve providenciar o reparo ou troca do equipamento. Manutenção preditiva - este tipo de manutenção deve ser feita nos equipamentos que permitem a avaliação de funcionamento diante dos parâmetros indicados pelo fornecedor e especificação técnica. Sendo assim, pode-se elencar os equipamentos de fornecimento auxiliar de energia como geradores, no-break, climatização, switch, servidores e outros listados no plano de manutenção. Manutenção preventiva - esse procedimento deve ser realizado em períodos onde há disponibilidade de acesso para intervenção nos equipamentos, como por exemplo, em períodos de recesso, férias ou entre turnos.

5.6 Biblioteca – Sistema de Bibliotecas da Univille (Sibiville)

A Biblioteca Universitária funciona como órgão suplementar da Univille, tendo aos seus cuidados o processamento técnico, bem como os serviços de seleção e aquisição de material bibliográfico do Sistema de Bibliotecas da Univille (Sibiville).

Constituem o Sibiville, além da Biblioteca Central, as seguintes bibliotecas setoriais:

- Biblioteca do *Campus* São Bento do Sul;
- Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, do Colégio Univille – Joinville;

- Biblioteca da Unidade São Francisco do Sul;
- Biblioteca da Unidade Centro – Joinville;
- Biblioteca do Centro de Estudos do Hospital Municipal São José – Joinville;
- Biblioteca do Centro de Estudos Dr. Donaldo Diner, no Hospital Materno Infantil Dr. Jeser Amarante Faria – Joinville.

O Sibiville integra e disponibiliza seus serviços mediante o Sistema *Pergamum* com agilidade e segurança aos seus usuários. Por meio desse sistema, a comunidade acadêmica tem acesso a todas as informações bibliográficas disponíveis no Sibiville, podendo realizar suas pesquisas no âmbito das bibliotecas e com acesso *on-line* pelo *site* <http://www.univille.br/biblioteca>. O sistema permite aos usuários renovação, reservas, solicitação empréstimo entre bibliotecas do Sibiville, verificação de materiais pendentes e débitos. Envia *e-mail* de avisos de renovação, débitos e reservas automaticamente.

O Sibiville tem como objetivos adquirir, disponibilizar e difundir recursos de informação, impressos e eletrônicos, de qualidade a professores, alunos, funcionários e comunidade em geral, contribuindo para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

5.6.1 Espaço físico, horário e Pessoal administrativo

O espaço físico das bibliotecas setoriais conta com equipamentos informatizados para consulta e salas de estudo e ambiente para pesquisa. A Biblioteca Central, que dá suporte às bibliotecas setoriais, conta com: (CONFERIR)

- uma sala polivalente;
- um anfiteatro;
- um salão para exposição;
- uma sala com DVD;
- quatro cabines para estudo individual;
- 12 cabines para estudo em grupo;

- Ambientes para pesquisa/estudo;
- 46 computadores com acesso à internet para pesquisa e digitação de trabalhos;
- uma sala Memorial da Univille;
- uma sala Gestão Documental da Univille;
- uma sala de Coaching;
- uma sala Projeto de Extensão Abrindo as Portas da Nossa Universidade: A Inserção do Aluno do Ensino Médio no Universo Acadêmico;
- uma sala do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler);
- uma sala do Programa Institucional de Literatura Infantil e Juvenil (Prolij).

O horário de funcionamento das bibliotecas setoriais da Univille é apresentado no quadro 14.

Quadro 14 – Horário de funcionamento bibliotecas Univille

Biblioteca	Horário
Biblioteca Campus Joinville	segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 22h sábados das 8h às 11h30.
Biblioteca Campus São Bento do Sul	segunda-feira a sexta-feira, das 7hs15 às 12hs / 13hs às 22h30 sábados das 7hs15 às 12h15
Biblioteca Unidade São Francisco do Sul	segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 12h / 13h30 às 21h30
Biblioteca Unidade Joinville Centro	segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 12h / 13h às 17h
Biblioteca Infanto-juvenil Colégio Univille	segunda-feira a sexta-feira, das 7h45 às 12h / 13h às 16h45
Biblioteca Centro de Estudos do HMSJ	segunda-feira a sexta-feira, das 10h às 15h / 16h às 19h
Biblioteca Centro de Estudos Hospital Infantil	segunda-feira a sexta-feira, das 7h30 às 17h

Fonte: Primária (2018)

O pessoal administrativo do Sibiville é composto por profissionais que respondem pela gestão do acervo e pelo atendimento aos usuários. O quadro 15 apresenta o número de profissionais por cargo.

Quadro 15 – Pessoal administrativo do Sibiville

Cargo	Quantidade
Coordenador	1
Bibliotecário(a)	4
Assistente de serviços de biblioteca	5
Auxiliar de serviços de biblioteca I	10
Auxiliar de serviços de biblioteca II	1
Auxiliar de serviços da biblioteca infanto-juvenil	1

Fonte: Primária (2018)

5.6.2 Acervo

O acervo do Sibiville é composto por livros e periódicos nas quantidades apresentadas nos quadros 16 e 17:

Quadro 16 – Acervo de livros por área de conhecimento

Área	Títulos	Exemplares
000 – Generalidades	13.319	18.958
100 – Filosofia/Psicologia	4.510	6.938
200 – Religião	913	1.136
300 – Ciências Sociais	31.043	54.108
400 – Linguística/Língua	3.262	5.768
500 – Ciências Naturais/Matemática	5.812	11.173
600 – Tecnologia (Ciências Aplicadas)	17.743	33.589
700 – Artes	5.302	9.404
800 – Literatura	13.509	16.836
900 – Geografia e História	5.739	8.701

Fonte: Primária (2018)

Quadro 17 – Acervo de Periódicos por área de conhecimento

Área	Títulos	Exemplares
-------------	----------------	-------------------

000 – Generalidades	202	9.710
100 – Filosofia/Psicologia	85	1.011
200 – Religião	14	258
300 – Ciências Sociais	1.389	33.004
400 – Linguística/Língua	65	1.028
500 – Ciências Naturais/Matemática	201	4.217
600 – Tecnologia (Ciências Aplicadas)	1181	34.470
700 – Artes	209	3.668
800 – Literatura	51	721
900 – Geografia e História	107	2.515

Fonte: Primária (2018)

A atualização do acervo é feita conforme solicitação dos docentes, para atender ao previsto nos PPCs e nos planos de ensino e aprendizagem das disciplinas.

5.6.3 Serviços prestados/formas de acesso e utilização

O **SIBIVILLE**, através dos serviços oferecidos, possibilita à comunidade acadêmica suprir suas necessidades informacionais. São eles:

Empréstimo domiciliar: os usuários podem emprestar o material circulante dentro dos prazos para sua categoria conforme Regulamento do SIBIVILLE.

Empréstimo interbibliotecário: empréstimos entre as bibliotecas que compõem o SIBIVILLE e instituições conveniadas, tais como: Associação Educacional Bom Jesus/Instituto Educacional Luterano de Santa Catarina, escolas municipais e estaduais cadastradas no Programa Arte na Escola.

Consulta ao acervo, renovações, reservas, verificação de débitos e materiais pendentes: tanto nos terminais de consultas das Bibliotecas quanto via internet através do *site* www.univille.br/biblioteca.

COMUT: Serviço que permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informações internacionais.

Levantamento bibliográfico: Serviço de pesquisa através de palavras-chave. Os usuários informam os assuntos e a bibliotecária efetua uma busca exaustiva em bases de dados nacionais e estrangeiras, catálogos de bibliotecas e outras fontes de informação. Os resultados são repassados aos usuários através de correio eletrônico.

Capacitação para utilização das bases de dados e biblioteca virtual: Por meio de agendamento prévio a biblioteca oferece capacitação para uso da base de dados Academic Search Complete (EBSCO), Medline Complete (EBSCO), Portal CAPES, Revista dos Tribunais – RT, biblioteca virtual Minha Biblioteca e outras fontes de informação pertinentes ao meio acadêmico. São explanadas as formas de pesquisa e os diversos recursos oferecidos.

ICAP - Indexação Compartilhada de Artigos de Periódicos: Por meio desse serviço é possível ter acesso aos artigos de periódicos nacionais, editados pelas Instituições que fazem parte da Rede Pergamum.

Elaboração de ficha catalográfica: de publicações da Editora da UNIVILLE, dissertações e teses dos alunos da UNIVILLE.

Treinamento aos calouros: acontece a cada início de semestre ministrado pelas Bibliotecárias, são apresentados os serviços das Bibliotecas do SIBIVILLE, consulta ao Sistema *Pergamum*, localização de materiais, normas e conduta, seus deveres e obrigações no âmbito das Bibliotecas.

ACESSO A BANCO DE DADOS ASSINADO PELA UNIVILLE

ACADEMIC SEARCH COMPLETE (EBSCO) - A UNIVILLE assinou em março de 2005 a base de dados multidisciplinar Academic Search Elite e em 2007 ampliou seu conteúdo assinando a base ACADEMIC SEARCH PREMIER. No ano seguinte o conteúdo da base foi ampliado, desde então, a UNIVILLE conta com a derradeira base multidisciplinar acadêmica da EBSCO que se chama ACADEMIC SEARCH COMPLETE. São 10.583 títulos de periódicos estrangeiros, sendo 6.320 com textos na íntegra.

MEDLINE COMPLETE (EBSCO) – Assinada em maio de 2014, a base de dados Medline Complete oferece mais de 2.400 títulos de periódicos com texto completo nas áreas de: Biomedicina, Ciências do Comportamento, Bioengenharia, Desenvolvimento de Políticas de Saúde, Ciências da Vida entre outros.

DYNAMED (EBSCO) – Disponível dentro da EBSCO é uma base de dados com atualizações na área de medicina baseada em evidências.

PORTAL CAPES: Convênio que disponibiliza o acesso a 125 bases de dados disponíveis no portal, com materiais em texto completo e abstracts.

RT – Revista dos Tribunais on-line - Oferece ferramentas de pesquisa jurídica, tais como: conteúdo doutrinário, legislação, julgados dos Tribunais, acórdãos e notícias em geral.

Biblioteca virtual Minha Biblioteca

Plataforma de e-books, que conta com mais de 8.000 títulos, dando acesso a conteúdo multidisciplinar, técnico e científico de qualidade. Através da plataforma Minha Biblioteca, estudantes tem acesso rápido e fácil entre as principais publicações de títulos acadêmicos das diversas áreas do conhecimento. O acesso pode ser feito na Univille ou fora da instituição, utilizando computador, celular ou tablet com acesso à internet.

Consulta às Bases de Dados Interna: Sistema Pergamum

5.6.4 Acervo específico do curso

A Univille mantém assinatura de uma biblioteca virtual junto ao consórcio MinhaBiblioteca®. A plataforma conta com mais de 8.000 títulos, dando acesso a conteúdo multidisciplinar, técnico e científico de qualidade pela internet. Através da plataforma MinhaBiblioteca®, estudantes têm acesso rápido e fácil entre as principais

publicações de títulos acadêmicos das diversas áreas do conhecimento. O acesso pode ser feito na Univille ou fora da instituição, utilizando computador, celular ou tablet.

Alguns dos periódicos da área disponíveis na Univille são:

1. Cadernos de Pós-Graduação em Comunicação (ISSN 1518-9058);
2. Revista Letras (ISSN 66 0100-0888);
3. Trabalhos em Linguística Aplicada (ISSN 0103-1813);
4. Cadernos de Estudos Linguísticos (ISSN 0102-5767);
5. Estudos Linguísticos e Literários (ISSN 0102-5465 20);
6. Hífen (ISSN 35 0103-1155);
7. Linguagem em Discurso (ISSN 1518-7632);
8. Uniletras (ISSN 25 0101-8698);
9. Estudos Anglo-Americanos (ISSN 0102-4906);
10. Língua Portuguesa (ISSN 1808-3498 51);
11. Asas da Palavra (ISSN 1415-7950 13);
12. Letras (Campinas-SP) (ISSN 0102-0250);
13. Revista de Letras (ISSN 0101-8051);
14. Trama: Revista do Curso de Letras (Cascavel, PR) (ISSN 14 1807-5711);
15. Literatura: Revista do Escritor Brasileiro (ISSN 1518-5109 24).

Total títulos / Periódicos: 15

5.7 Laboratórios

Na Univille, quando da criação de um novo curso, é nomeada uma Comissão que faz uma análise de todas as exigências legais e pedagógicas para o funcionamento deste curso. Para esse estudo são considerados os seguintes documentos: Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso; recomendações dos Conselhos Profissionais, quando há; Plano de Desenvolvimento Institucional; Instrumentos de Avaliação de cursos do MEC/Inep e outras normativas que podem se aplicar ao caso. Esta comissão estrutura um plano de investimento, no qual são colocadas todas as necessidades de construção de espaços, modificação de espaços, aquisição de equipamentos, entre outros dados.

Diante disto, toda a estrutura de laboratórios do curso na Univille atende as exigências legais e pedagógicas e está de acordo o Projeto Pedagógico do Curso.

A infraestrutura de laboratórios de ensino é gerenciada pela Área de Laboratórios, exceto os de informática que conta com uma gerência específica. A Área faz o controle de equipamentos e de pessoal técnico a fim de garantir aos cursos de graduação o acesso a laboratórios funcionais e atualizados para o desenvolvimento de aulas práticas e seus desdobramentos.

O acesso aos laboratórios é realizado por meio de reservas encaminhadas pela coordenação de curso ou diretamente pelo professor.

Trabalha-se com dois tipos de reserva nos laboratórios de uso geral ou compartilhado a saber: reservas de carácter permanente e as esporádicas.

As reservas permanentes para uso dos laboratórios são solicitadas pela Coordenação do Curso no início de cada ano letivo pelo endereço eletrônico laboratorios@univille.br e valem para o ano corrente. Na ocasião deve ser informado além do nome do laboratório pretendido, qual a disciplina, o professor responsável, o horário das aulas e a periodicidade semanal. Esta solicitação precisará ser refeita a cada novo período letivo.

As reservas esporádicas são feitas ao longo de todo o período letivo e sempre que o andamento da disciplina o exigir. Para tanto, é utilizado um formulário padrão disponibilizado pela Área de Laboratórios. Esta categoria de reserva é usualmente feita pelos próprios professores das disciplinas, mas pode ser feita também pela Coordenação do Curso. Os formulários preenchidos devem então ser entregues diretamente na Coordenadoria dos Laboratórios ou enviados por e-mail no endereço eletrônico laboratorios@univille.br.

Importante frisar que mesmo já existindo a reserva permanente de determinado laboratório para uso de uma disciplina, o professor deverá fazer as solicitações de preparo das aulas práticas utilizando o formulário específico, por meio do qual o uso é previsto, as aulas são confirmadas e as práticas são preparadas conforme as necessidades dos professores.

Uma vez feita a solicitação para uso, a prática é preparada por técnicos e estagiários das áreas específicas. No caso dos laboratórios de uso específico a

coordenação gerencia sua utilização e conta com pessoal técnico treinado para atender à demanda de aulas práticas. Tal demanda de aulas é o que determina a aquisição, o emprego e o armazenamento dos insumos, que podem tanto ser comprado pela Área de Laboratórios quanto pela coordenação do curso.

Independentemente do laboratório em que trabalhe, o pessoal técnico tem formação profissional qualificada e recebe treinamentos funcionais específicos em biossegurança e segurança química.

A segurança dos usuários dos laboratórios é um dos itens mais importantes nas rotinas de atividades de aula. Exige-se que os alunos usem os equipamentos de proteção individual (EPIs) e as paramentações especiais, quando for o caso. Todos os laboratórios possuem placas indicativas dos riscos associados às práticas neles desenvolvidas, bem como os EPIs recomendados para permanecer no local.

Além das instruções que os usuários recebem dos professores e dos Assistentes e Técnicos, cada laboratório tem em local visível cartazes informativos reforçando as normas de segurança e a necessidade de emprego dos EPIs.

A política de gerenciamento e ampliação da infraestrutura de laboratórios consiste em ações planejadas e discutidas estrategicamente no âmbito das Pró-Reitorias e coordenação do curso, abrangendo o uso, a manutenção, a atualização e a aquisição de novos equipamentos, de forma a possibilitar o gerenciamento racional dos recursos físicos e humanos dos laboratórios, além do gerenciamento de resíduos laboratoriais, visando manter a qualidade dos serviços e a sua sustentabilidade.

Em todos os casos as prioridades são definidas avaliando-se as solicitações das coordenações, os projetos dos cursos, as recomendações das comissões avaliadoras, o PDI e o Plano de Investimentos da Universidade. Em relação aos equipamentos de laboratório a instituição mantém contratos de manutenção preventiva e corretiva com várias empresas terceirizadas, conforme a especificidade e natureza de equipamentos. A frequência destas manutenções depende da natureza dos equipamentos, porém, na maioria ocorrem duas vezes ao ano. Além das preventivas, temos previstas horas contratuais para as manutenções corretivas.

A pedido da Comissão Própria de Avaliação, a Área de Laboratórios fez um levantamento atualizado de todos os Contratos que a Instituição mantém, o que encontra-se à disposição do setor competente.

No caso da infraestrutura física, as atualizações dependem principalmente das demandas encaminhadas pela Coordenação do Curso quando há a necessidade de novos espaços, de novos laboratórios ou atualização dos já existentes.

Dentro do ciclo de autoavaliação institucional há uma pesquisa periódica da infraestrutura de toda a Universidade, sendo que os resultados, por meio do Relatório de Autoavaliação Institucional, são entregues à Gestão para que os dados ali apontados sejam absorvidos pelo Planejamento Estratégico da Instituição que se responsabiliza por tornar aquela recomendação uma ação específica de determinada área ou transformar-se em um projeto dentro do planejamento.

5.7.1 Laboratórios de formação básica

À disposição do curso há o Laboratório de Práticas Pedagógicas (Lappe), que é usado especialmente pelas turmas em fase de estágio ou pelos grupos de pesquisa e extensão do curso. Trata-se de um espaço que possibilita a confecção de material didático, além de aplicação de determinadas técnicas pedagógicas para posterior avaliação. A reserva do LAPPE é feita na Área de Ciências Humanas e Biológicas.

Os professores também podem ministrar suas aulas nas salas de Metodologias Ativas, equipadas com móveis mais adequados ao trabalho em grupo, além de computadores e quadros brancos. Por se tratar de uma sala de aula bastante ampla, é possível a aplicação de determinadas técnicas de ensino, que poderão ser reproduzidas no espaço escolar, posteriormente. O agendamento deve ser feito junto ao CIP.

5.8 Comitê de Ética em Pesquisa

O Comitê de Ética em Pesquisa da Univille tem como finalidade básica defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos consensualmente aceitos e legalmente preconizados. O CEP é um colegiado inter e transdisciplinar, com “*múnus público*”, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, com o dever de cumprir e fazer cumprir os aspectos éticos das normas vigentes de pesquisa envolvendo seres humanos, de acordo com o disposto na legislação vigente, suas complementares e quaisquer outras regulamentações que venham a ser legalmente aprovadas

O CEP desenvolve suas atividades de maneira autônoma na Univille, em conformidade com regulamentação própria. Além do CEP da Univille, que foi um dos primeiros a receber deferimento de instauração, há mais outros cinco comitês na cidade. O CEP auxilia sempre que possível ou necessário, instituições parceiras que enviam projetos para apreciação mensalente.

O CEP Univille está homologado desde 11/2003 na CONEP. Os projetos de pesquisa são recebidos para análise por meio da Plataforma Brasil e por meio desta, os pesquisadores de todo território nacional podem salvar projetos de pesquisa e documentos para análise. Se o pesquisador é da Univille, naturalmente o projeto pode ser analisado pela Univille. Caso contrário, a CONEP pode indicar outro CEP para analisar os documentos. Os projetos são recebidos mensalmente, em conformidade com o cronograma anual previamente estabelecido. Na sequência, estes são distribuídos aos membros do CEP para análise e emissão de parecer que será apreciado em reunião mensal do Comitê.

O parecer final é registrado na Plataforma Brasil, meio pelo qual o pesquisador toma conhecimento.

Atualmente há 16 membros de várias áreas do conhecimento no CEP Univille.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SÃO BENTO DO SUL (ACISBS); UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE (UNIVILLE). **Perfil socioeconômico – São Bento do Sul – 2012**. São Bento do Sul, 2012.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP n.º 003 de 10 março de 2004**. Brasília, 2004. Disponível em: <portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>.

_____. Ministério da Educação. **Resolução n.º 1 de 30 de maio de 2012**: estabelece diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos. Brasília, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17810&Itemid=866>.

_____. Presidência da República. **Lei n.º 9.795 de 27 de abril de 1999**: dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. **Subsídios para as políticas públicas de emprego, trabalho e renda – Joinville / SC**. São Paulo, jan. 2012.

FALCÃO, Jorge Tarcísio da Rocha. Os saberes oriundos da escola e aqueles oriundos da cultura extraescolar: hierarquia ou complementaridade? **Saber e Educar**, Porto, n. 13, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HOPER EDUCAÇÃO. **Metodologias ativas:** o que é aprendizagem baseada em projeto. Disponível em: <<http://www.hoper.com.br/#!/METODOLOGIAS-ATIVAS-O-QUE-%C3%89-APRENDIZAGEM-BASEADA-EM-PROJETO/cupd/558814630cf27a6b74588308>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna.** 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n.º 07/09:** define missão, princípios, objetivos, serviços oferecidos, público-alvo e composição do Centro de Inovação Pedagógica da Universidade da Região de Joinville. Joinville, 23 abr. 2009. Disponível em: <http://novo.univille.edu.br/site/assessoria_conselhos/ensinopesquisaeextensao/resolucoes/68226>.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n.º 07/11:** define missão, princípios, objetivos, serviços oferecidos, público-alvo e composição do Programa de Acompanhamento Psicopedagógico da Univille. Joinville, 27 out. 2011. Disponível em: <http://novo.univille.edu.br/site/assessoria_conselhos/ensinopesquisaeextensao/resolucoes/68226>.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n.º 10/10:** define os objetivos e atribuições da Assessoria Internacional da Univille. Joinville, 21 out. 2010. Disponível em:

<http://novo.univille.edu.br/site/assessoria_conselhos/ensinopesquisaeeextensao/resolucoes/68226>.


ANEXO 1

Universidade da Região de Joinville – Univille

Regulamento do Trabalho de Conclusão de Estágio – TCE

ANEXO 2

Regulamentação das atividades complementares do curso de Letras – Língua Portuguesa



univille